

Parlamento da RMC se reúne em Campinas para prestação de contas nesta sexta-feira

PÁGINA 3

Multa por maus-tratos a animais fica mais cara

O Município publicou a Lei que altera o Estatuto de Proteção, Defesa e Controle das Populações de Animais Domésticos e endurece as penalidades

para casos de maus-tratos. A nova legislação amplia o valor das multas, que passam a variar de 750 a 1.900 vezes a Unidade Fiscal de Campinas (UFIC)

para a prática de maus-tratos. Com o valor atual da UFIC, de R\$ 5,0996, as penalidades podem variar de R\$ 3.824,70 a R\$ 9.689,24 por animal.

PÁGINA 6

Fábrica em Araraquara vai produzir Trem Intercidades

Ricardo Stuckert / PR

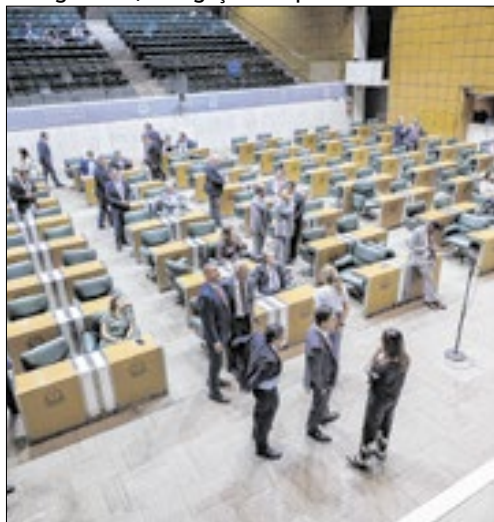
O presidente Lula visitou a fábrica da CRRC Brasil, responsável pela produção do Trem Intercidades, que ligará Campinas e São Paulo. Foi assinado contrato de R\$ 5,6 bilhões em financiamentos do BNDES para projetos de mobilidade urbana no estado de São Paulo. Além do TIC, a empresa será responsável pela produção de trens da Linha 2 do metrô na capital.



PÁGINA 9

Alesp aprova R\$ 15 bi de empréstimo ao Estado

Rodrigo Costa/Divulgação Alesp



Verbas incluem Rodoanel e SuperAção

A Alesp aprovou, em sessão extraordinária, o Projeto de Lei que autoriza o Governo do Estado a contratar empréstimos para financiar obras de infraestrutura, programas sociais e investimentos na área da saúde. O texto segue para sanção do governador.

PÁGINA 12

LEONARDO BOFF

Colonização contra a libertação

PÁGINA 19

VICTOR CORRÊA

Quando a idade vira exclusão na sociedade

PÁGINA 19



Tomaz Silva/Agência Brasil

Preço dos combustíveis é alvo de denúncias

Vereadora cobra fiscalização de preço em postos

Parlamentar pede apuração de eventuais irregularidades na elevação dos valores cobrados

PÁGINA 5

Prefeitura aprova negociação com devedor

Na prática, contribuinte campineiro passará a contar com métodos mais simples para quitar dívidas, com negociação direta antes de qualquer processo na Justiça; parcelamentos chegam a 120 meses e há descontos para casos específicos

PÁGINA 4

Professora da Unicamp é solta após furto

A pesquisadora chegou a ser levada à Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu após prisão em flagrante, mas teve liberdade concedida pela Justiça. A Reitoria da Unicamp instaurou uma sindicância interna para apurar o furto do material de pesquisa.

PÁGINA 5

Coquetel de Campinas inova etanol brasileiro

O Centro Nacional de Pesquisa em Materiais (CNPEM) lançou a chamada pública para a distribuição de amostras de um insumo biotecnológico vital para biorrefinarias. O coquetel tem potencial para revolucionar a produção de biocombustíveis.

PÁGINA 4

Nova UBS amplia saúde em Hortolândia

PÁGINA 8

Fernando Molica

Estado do Rio: a Bolívia é aqui

A condenação de Cláudio Castro pelo Tribunal Superior Eleitoral ressalta uma espécie de padrão boliviano na chefia do Poder Executivo fluminense: dos nove governadores eleitos depois da redemocratização, cinco foram presos, um sofreu impeachment e um sétimo (Castro) só não foi defenestrado porque renunciou na véspera de seu julgamento. O país vizinho teve, entre julho de 1978 e agosto de 1985, nove presidentes e duas juntas militares.

Dos ocupantes do Palácio Guanabara eleitos a partir de 1982, apenas dois — Leonel Brizola (que ocupou o cargo duas vezes) e Marcello Alencar — ficaram incólumes. Como não se pode atribuir o problema à água fornecida pela Cedae, vale tentar entender o que se passa.

A questão da violência é importante, até pela predominância da lógica do domínio territorial — modelo talvez herdado dos bicheiros, adotado por traficantes e milicianos e por estes negociado com políticos. A tolerância com o ilegal — de novo vale citar o jogo do bicho — minou relações institucionais.

Cientista político, professor da UERJ, Christian Lynch atribui boa parte dos problemas à fusão, implantada pela ditadura em 1975, dos antigos estados do Rio e da Guanabara (que ocupava o mesmo território da cidade do Rio de Janeiro).

Em texto no X, ele ressalta que outros estados surgiram por desmembramento; apenas o novo Rio de Janeiro “nasceu da sobreposição forçada de estruturas preexistentes”. Ele frisa que a cidade do Rio jamais deixou de exercer funções federais, administrativas e simbólicas, que a distinguem de

outras capitais. Formou-se então o que chama de “ente híbrido”.

A fusão ocorreu em boa parte pelo desejo da ditadura de esvaziar o MDB: a Guanabara era o único estado governado pelo partido de oposição; a união forçada diminuiu o poder de GB e RJ no Congresso, gerou a perda de deputados federais e de três senadores.

As realidades econômicas eram bem diversas. Estudo de André Villela e resumido por João Gabriel Garcez e Marcel Balassiano revela que, com a fusão, a renda per capita dos cariocas caiu 78,8% de 1973 para 1975. E olha que a cidade já perdera muitas verbas com a transferência da capital para Brasília

As diferenças entre os antigos estados provocaram uma sensação de terra de ninguém: para Lynch, governadores vindos do interior não gostam da capital e prefeitos cariocas não conseguem chegar ao governo estadual. Conclui que “onde a autoridade é ambígua e as competências se sobrepõem, a responsabilização se enfraquece e as redes predatórias prosperam”. Dos nove governadores, apenas Sérgio Cabral (também eleito duas vezes) e Alencar nasceram na capital fluminense; quatro (Brizola, Moreira Franco, Wilson Witzel e Castro) vieram de outros estados.

Defendida pelo Império Serrano em seu desfile de 1988, uma desfusão parece inviável. Mas é preciso superar o impasse que vitima o Rio de Janeiro, algo que passa por uma discussão política séria que supere interesses menores e bravatas policiais: temas com frequência escusos, volta e meia encobertos por discursos mais ligados à fé do que à administração pública.

Tales Faria

Eduardo Leite encosta o PSD de Kassab contra a parede

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, declarou, durante encontro ontem com Gilberto Kassab, presidente nacional de seu partido, o PSD, que não aceita ser vice de Ronaldo Caiado e ameaçou até não concorrer a cargo nenhum nem mesmo em seu estado.

“Se não houver a possibilidade de concorrer à Presidência da República, eu permaneço como governador até o final do meu mandato”, declarou.

Ao explicar o motivo da decisão, Eduardo Leite acabou colocando o presidente de seu partido em xeque. Disse que deseja ser candidato à Presidência da República porque discorda “frontalmente” tanto do PT como dos bolsonaristas.

A desistência do governador do Paraná, Ratinho Junior, de disputar o Palácio do Planalto deixou Kassab com uma batata quente na mão: dos dois outros pré-candidatos ao Palácio do Planalto que o PSD vinha apresentando, um deles, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, é marcadamente ultradireitista e ultraconservador. Muito semelhante aos bolsonaristas. O outro, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, tem um perfil centrista distanciado do bolsonarismo.

Leite afirmou após o encontro com Kassab: “O PSD tem que decidir se vai defender indulto, anistia, ou se vai ser o partido que falará de um Brasil diferente, sem adesão a um polo ou outro.”

Indulto e anistia são benefícios prometidos por Ronaldo Caiado ao ex-presidente Jair Bolsonaro, condenado a 27 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado. Identificam a proximidade do governador com o eleitorado bolsonarista.

Ao optar pela candidatura de Caiado, o PSD, segundo Eduardo Leite, estará deixando claro que na polarização entre bolsonaristas e petistas, está do lado do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Kassab vinha afirmando que seu partido não participaria da polarização entre o PT, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e o PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Mas, na verdade, o que Kassab sempre quis foi fazer parte dessa polarização, sendo chamado a aderir a um lado ou a outro.

Quando resolveu filiar ao partido três pré-candidatos a presidente da República – Ratinho Junior, Ronaldo Caiado e Eduardo Leite – ele colocou seu partido na vitrine para alianças tanto à esquerda como à direita.

Houve quem especulou até sobre a hipótese de o próprio Kassab ou Eduardo Leite serem o vice da aliança com Lula, assim como Ratinho Junior ou Caiado se tornarem a opção para vice na chapa bolsonarista. O PSD estava pronto para seguir em qualquer direção.

Mas eis que Ratinho Junior implodiu essa estratégia, e Caiado assumiu a ponta das pesquisas sobre as opções que restam ao partido. E Eduardo Leite colocou o dedo na ferida: “O PSD vai dar indulto a Bolsonaro? É bolsonarista?”

Ao escolher por Caiado, o partido se apresentará como uma segunda opção bolsonarista.

É tudo o que deseja o candidato do PL à Presidência da República, senador Flávio Bolsonaro: se é para votar no ultraconservadorismo de direita, por que optar pela cópia em vez de escolher um Bolsonaro autêntico?

EDITORIAL

Criatividade que une diferentes gerações e comunidades

São Paulo não é apenas o motor econômico do Brasil; é também um dos estados mais ricos em diversidade cultural e histórica. De suas metrópoles vibrantes às cidades do interior, passando por centros históricos e comunidades tradicionais, o estado demonstra que cultura não é apenas entretenimento, mas uma ferramenta essencial de educação, integração social e valorização da identidade. Investir em cultura é investir em um futuro mais inclusivo, em cidadãos mais conscientes e em cidades mais vivas.

Nos últimos anos, a preservação do patrimônio histórico tem recebido atenção especial. Museus, centros culturais e espaços públicos passaram por revitalizações que os transformaram em locais de convivência, aprendizado e interação. Projetos de restauração em prédios históricos e praças públicas resgatam memórias e tradições, permitindo que moradores e visitantes conheçam melhor a história do estado. Em paralelo, festivais de música, teatro, dança e literatura têm se multiplicado, oferecendo oportunidades para que jovens talentos sejam reconhecidos e incentivando a participação comunitária. Cada evento cultural é, também, uma celebração da diversidade paulista, aproximando diferentes gerações e comunidades.

O incentivo a artistas locais é

outro aspecto fundamental. Por meio de editais, prêmios, programas de formação e parcerias com instituições privadas, São Paulo garante que escritores, músicos, pintores, escultores, artesãos e outros criadores tenham espaço para desenvolver e apresentar suas obras. Esse suporte fortalece um ecossistema cultural democrático, no qual diferentes estilos e expressões coexistem, inspirando orgulho e estimulando o engajamento da população com a arte e a cultura. O resultado é um estado que valoriza talentos, reconhece esforços e promove o aprendizado de forma acessível.

Além da dimensão social, a cultura exerce papel econômico significativo. Eventos, exposições e apresentações atraem turistas, movimentam setores como gastronomia, hospedagem e comércio local, e geram empregos diretos e indiretos. A cultura, portanto, é também uma ferramenta de desenvolvimento sustentável, capaz de integrar diferentes áreas da sociedade e fortalecer a economia de forma criativa. Programas que incentivam a leitura, a música, o teatro e o cinema contribuem para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional, ampliando horizontes e promovendo senso de pertencimento. Em tempos de desafios urbanos e sociais, celebrar e fortalecer a cultura é um ato estratégico e humano.

Opinião do leitor

Viva a ciência!

Os avanços da medicina, graças às novas tecnologias, têm permitido salvar pacientes e até mesmo aumentar expectativa de vida. Por isso, deve-se investir nos cientistas.

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

CORREIO DE CAMPINAS

Prefeitura de Campinas



Prorrogação de contratos gerou polêmica

Prefeitura garante prazos do edital do transporte I

A Prefeitura de Campinas esclareceu em audiência pública na Câmara Municipal que os contratos prorrogados do transporte público constituem uma situação jurídica distinta da operação das novas empresas vencedoras da licitação recente. “Temos uma concessão vigente que é de 15 anos e foi prorrogada por mais cinco. Quando eles deixarem de operar, ainda há pendências a serem resolvidas. Não posso encerrar o contrato das antigas empresas sem uma auditoria. Sem, por exemplo, cobrar as multas ainda não pagas. São questões administrativas. Isso não significa que as novas empresas não vão ter iniciado já a operação.”, afirma o presidente da Emdec, Vinicius Riverete.

Prefeitura garante prazos II

A audiência foi na quarta-feira (25) com a presença do secretário de Transportes, Fernando de Caires, para tirar dúvidas dos vereadores a respeito do projeto de lei, enviado para votação, que prevê prorrogação dos atuais contratos do transporte público por um prazo de três anos. A reunião foi presidida pelo vereador Roberto Alves (Republicanos-SP), do mesmo partido do prefeito Dario Saadi.

Álvaro Jr./ Câmara Municipal de Campinas



Romão (PT-SP) denuncia falta de profissionais

Barreiras para neurodivergentes I

A Comissão Especial de Estudos (CEE) da Câmara realiza na próxima quinta-feira (26) às 18h o encontro “Educação para todos: As barreiras para neurodivergentes no ensino público”. O evento reunirá especialistas, gestoras públicas e representantes do poder legislativo para discutir os desafios enfrentados por pessoas neurodivergentes — como autistas, pessoas com TDAH e dislexia — no acesso e permanência na rede pública de ensino.

Barreiras para neurodivergentes II

Segundo Wagner Romão (PT-SP), a discussão precisa enfrentar problemas urgentes existentes na rede municipal. “Não dá para falar em inclusão de forma abstrata quando a realidade mostra urgências como a falta de cuidadores e de professores de apoio em Campinas. Temos recebido denúncias de famílias e educadores que relatam a ausência de profissionais”.

PINGA-FOGO

Já era hora I

A lei que endurece as punições para quem comete maus-tratos contra animais foi aprovada em Campinas. A penalidade pode oscilar entre R\$ 3.824,70 e R\$ 9.689,24 sendo que os valores são aplicados por indivíduo e podem ser acumulados caso haja mais de uma vítima no mesmo contexto.

Já era hora II

A lei prevê que a sanção seja dobrada se o agressor for o tutor, ampliando o rigor para quem possui o dever legal de cuidado. Nada mais justo. Dessa forma, a Câmara cumpriu o papel institucional dela, ao criar mecanismos de punição que tentam coibir a violência de quem deveria se responsabilizar.

Já era hora III

Mas, a existência da norma não garante a proteção dos bichos de forma isolada, pois só a lei por si só não basta para transformar a realidade. Cabe agora à prefeitura endurecer a fiscalização por meio dos órgãos competentes para que as denúncias resultem em vistorias e autuações efetivas.

Já era hora IV

A eficácia da nova regra depende de uma estrutura administrativa efetiva que identifique os infratores e aplique as multas previstas, sem o que o texto se torna apenas uma intenção formal, o que fomentaria ainda mais a sensação de impunidade. Por isso, o poder público precisa garantir recursos aos agentes.

Já era hora V

O aumento no valor das multas, se realmente doer no bolso, servirá como um alerta para a sociedade sobre o custo da negligência e da crueldade, reforçando que a posse de um animal exige compromisso por parte de quem decide tutelá-lo e mantê-lo.

Já era hora VI

A aplicação de multas pesadas e as punições em relação à CNH transformaram o trânsito brasileiro, tornando realidade o que era impensável há décadas - o uso correio de segurança, por exemplo, que salvam vidas. O mesmo pode ocorrer em relação aos animais.



Prestação de contas das câmaras é dever constitucional

Parlamento da RMC se reúne em Campinas

Discutirá prestação de contas dos legislativos municipais

Da Redação

O Parlamento da Região Metropolitana de Campinas (RMC), sob a presidência do vereador Luiz Rossini (Republicanos-SP), promove nesta sexta-feira (27), às 10h, na Câmara Municipal de Campinas a 2ª Reunião Ordinária de 2026.

O encontro terá como tema as orientações e cuidados com a Prestação de Contas dos Poderes Legislativos Municipais.

A prestação de contas das câmaras é um dever constitucional anual dos presidentes do legislativo ao Tribunal de Contas e à sociedade. Envolve a comprovação de receitas, despesas, como folha de pagamento, diárias e materiais de uso, movimentações financeiras e patrimoniais, respeitando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o art. 29-A da Constituição.

Itens

Entre os principais cuidados que as Casas têm que se atentar, encontram-se prazos e documentações que devem ser enviados anualmente aos tribunais, geralmente via sistema eletrônico. Outro aspecto imperativo é a gestão de pessoal: o gasto total com folha de pagamento, incluindo subsídios dos vereadores, não deve ultrapassar 70% da receita.

Além disso, a estrutura do Controle Interno deve atuar preventivamente, conferindo a

legalidade, legitimidade e economicidade dos atos. Sempre é bom lembrar que as contas do presidente da câmara são distintas das contas do prefeito, exigindo prestação de contas próprias.

Durante o encontro também serão debatidas demandas nas áreas da saúde, mobilidade urbana e educação dos vários municípios, com apreciação de moções e requerimentos direcionados ao governo do Estado de São Paulo.

Estão presentes no evento Ana Cristina Okumura, diretora técnica de Divisão da Unidade Regional de Campinas do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SP); e Júlio César Tranquilim, chefe técnico de Fiscalização da Divisão da Unidade Regional de Campinas do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SP).

Parlamento da RMC

Criado em 2017, é formado por vereadores das 20 câmaras do aglomerado metropolitano, cuja população estimada é de 3 milhões de habitantes.

Fazem parte do colegiado os municípios de Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo. As reuniões são mensais e ocorrem nas cidades integrantes do bloco.

Coquetel lançado em Campinas pretende transformar biorrefinarias

Brasil ainda depende de enzimas importadas sem similar comercial nacional disponível

Da Redação

O Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), em Campinas, lançou a chamada pública para distribuição de amostras de um insumo biotecnológico vital para biorrefinarias. O coquetel enzimático denominado OpEn, desenvolvido inteiramente no Brasil, tem potencial para revolucionar a produção de biocombustíveis e bioprodutos no país - segundo o laboratório brasileiro.

Atualmente, o Brasil ainda depende de enzimas importadas sem similar nacional disponível em escala comercial.

“O coquetel OpEn é uma tecnologia habilitadora para biorrefinarias, resultado de 15 anos de investimento e pesquisa em biotecnologia avançada, e que motivou a criação de uma área do CNPEM com potencial de geração de autonomia tecnológica de ponta a ponta para a produção nacional sustentável de energia e outros bioprodutos”, explica Mario Murakami, diretor do Laboratório Nacional de Biorrenováveis do CNPEM.

Benefícios

Produzido a partir de subprodutos da indústria sucroenergética, OpEn possui baixo custo, não gera resíduos e ainda permite o aproveitamento da biomassa remanescente como ração animal. A tecnologia foi customizada



OpEn é uma tecnologia habilitadora para biorrefinarias, resultado de 15 anos de pesquisa

para atender às condições específicas das biorrefinarias brasileiras, com alta flexibilidade para diferentes matérias-primas, incluindo resíduos da cana-de-açúcar, milho e florestais.

O coquetel já foi validado em planta piloto com 100% de reprodutibilidade, e mais de cinco toneladas foram produzidas e validadas até o momento.

A tecnologia OpEn possui adaptações que incluem modificações genéticas em enzimas do fungo *Trichoderma reesei*, visan-

do aumentar a produtividade e a eficiência da conversão de resíduos agroindustriais em energia, alimentos e bioquímicos.

Além da produção de etanol 2G e 1.5G, OpEn pode ser aplicado em processos industriais integrados, nutrição animal e novas rotas de despolimerização de biomassa.

“A tecnologia OpEn é fruto da integração de diversas infraestruturas e expertises do CNPEM, demonstrando como nossa capacidade multidiscipli-

nar pode transformar o Brasil de produtor de commodities em desenvolvedor de biotecnologias avançadas. Por aliar sustentabilidade e inovação, este coquetel enzimático é estratégico para nossa bioeconomia e colabora para posicionar o país na vanguarda da produção de biocombustíveis e bioprodutos”, destaca Antonio José Roque da Silva, Diretor-Geral do CNPEM.

Distribuição

A distribuição do coquetel

OpEn é voltada a pesquisadores de instituições acadêmicas e científicas sem fins lucrativos interessados em co-desenvolver, customizar e aprimorar a tecnologia para diferentes cadeias produtivas e tipos de biomassa vegetal. O público-alvo inclui pesquisadores acadêmicos vinculados a ICTs públicas ou privadas, universidades e centros de pesquisa. Empresas e startups também podem solicitar a tecnologia, mediante avaliação direta do CNPEM.

A chamada pública permite que instituições acadêmicas brasileiras recebam gratuitamente uma amostra de 250 ml do coquetel para testes laboratoriais, mediante aprovação e assinatura de um Termo de Transferência de Material (MTA). As solicitações devem ser feitas por meio da plataforma exclusiva de atendimento a usuários do CNPEM, SAU Online.

Etanol 2G e 1.5G

O etanol de segunda geração (2G) é produzido a partir de resíduos vegetais como bagaço e palha de cana-de-açúcar, que normalmente não são utilizados na produção convencional (1G), baseada no caldo da cana.

Já o etanol 1.5G maximiza o uso dos grãos de milho, incluindo frações residuais do processamento, permitindo maior aproveitamento da biomassa sem requerer adaptação de infraestrutura industrial.

Aprovado programa de negociação com contribuinte

Carlos Bassan/ Arquivo/ Prefeitura de Campinas

O Programa Concilia Campinas foi sancionado, e o decreto que regulamenta os detalhes operacionais deve ser publicado no próximo mês, com a entrada em vigor prevista para os 30 dias seguintes à publicação.

Benefícios

Na prática, o contribuinte passará a contar com métodos mais simples para quitar dívidas, priorizando a negociação direta com a prefeitura antes de qualquer processo na Justiça.

Débitos tributários e não tributários com valores inferiores a R\$ 11.576,09 (2.270 Ufics) não serão mais cobrados judicialmente, e o cidadão terá o prazo mínimo de um ano de cobrança extrajudicial para resolver a pendência. Além disso, o pagamento foi modernizado com o uso de PIX e QR Code, oferecendo parcelamentos que chegam a

120 meses e descontos para casos específicos, facilitando a regularização sem a necessidade de advogados ou trâmites judiciais complexos.

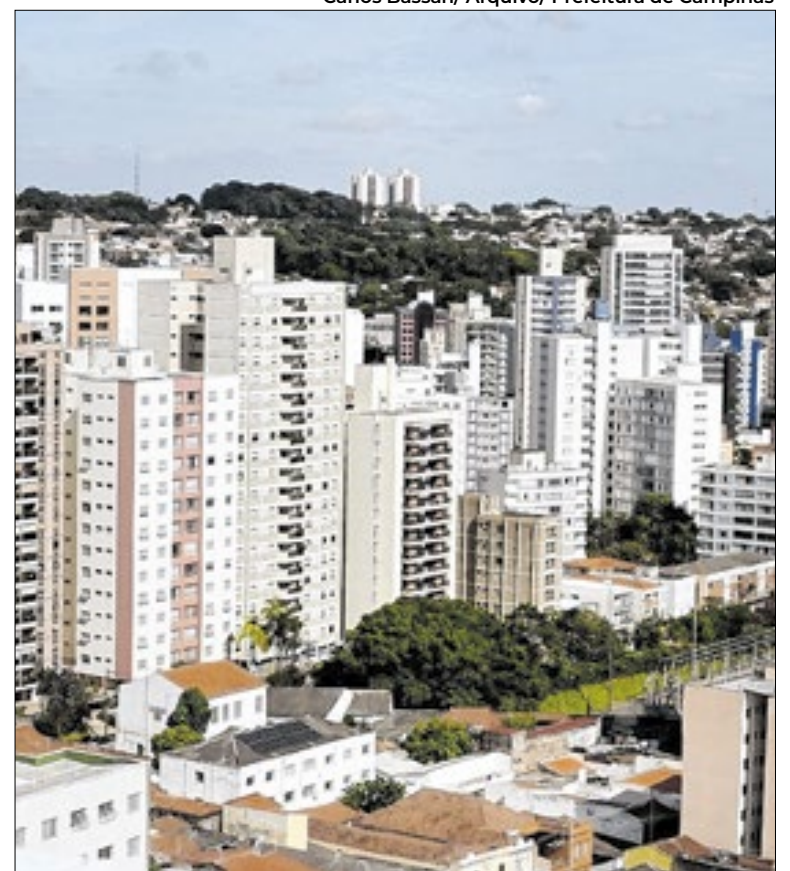
O prefeito Dário Saadi (Republicanos-SP) sancionou a lei complementar na quarta-feira (25). A medida, publicada no Diário Oficial, visa reduzir a inadimplência, diminuir o volume de processos no Judiciário e elevar a capacidade de investimentos da administração municipal.

O projeto alinha a legislação local às diretrizes federais e estaduais, como a Lei Complementar Federal nº 225/2026, buscando uma relação mais eficiente e menos burocrática entre o poder público e os cidadãos.

De acordo com o secretário de Justiça, Peter Panutto, o programa utiliza mecanismos modernos de soluções consensuais. Para pessoas físicas, microempre-

sas e empresas de pequeno porte com dívidas de baixo valor, os benefícios incluem descontos de até 50% no montante total da dívida e de até 85% em multas e juros, com parcelamento em até 60 vezes. O Concilia também permite o uso de garantias, como seguro-garantia, depósito ou imóveis, para a emissão de certidões negativas de débitos, necessárias para atividades como a venda de propriedades. “Campinas avança com esta lei moderna, que cria mecanismos para incentivar a regularização de dívidas por meio de soluções consensuais, priorizando acordos e negociações diretas com contribuintes”, afirma.

A elaboração da lei contou com a participação da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) Campinas e passou por audiência pública e duas sessões de votação na Câmara. O texto prevê ainda a realização de mutirões.



Nova legislação prioriza acordos e negociações diretas

Vereadora pede fiscalizações em postos após alta nos combustíveis

Procon Campinas contabilizou 18 denúncias de possíveis abusos nos preços

Álvaro Jr/Câmara de Campinas

Por Moara Semeghini

A vereadora Fernanda Souto (PSOL) solicitou ao Procon de Campinas a realização de operações de fiscalização em postos de combustíveis do município diante de suspeitas de aumento abusivo de preços. Até então, o órgão vinha atuando principalmente a partir de denúncias de consumidores.

O pedido foi formalizado por meio de ofício encaminhado ao diretor do órgão, Paulo Bojikian Giglio, com base no Código de Defesa do Consumidor. No documento, a parlamentar pede a apuração de eventuais irregularidades na elevação dos valores cobrados por gasolina, diesel, etanol e Gás Natural Veicular.

A iniciativa ocorre em meio ao aumento de denúncias registradas na cidade. Segundo o Procon, Campinas contabilizou 18 reclamações relacionadas a possíveis preços abusivos desde o início da guerra de Israel e Estados Unidos contra o Irã, em 28 de fevereiro. No mesmo período do ano passado, não houve registros desse tipo.

Nas redes sociais, a vereadora afirmou que há indícios de práticas abusivas por parte de distribuidoras e revendedoras e que o aumento dos combustíveis



Vereadora solicitou ao Procon operações de fiscalização presencial em postos de combustíveis

impacta diretamente o custo de vida da população, com reflexos no transporte e no preço dos alimentos.

No ofício, Souto argumenta que, apesar da alta internacional do petróleo, medidas adotadas pelo governo federal, como a zeragem de impostos sobre o diesel, deveriam conter os reajustes. Ela também cita que não houve repasse integral de aumentos às distribuidoras, o que reforça a necessidade de investigação.

Diante desse cenário, a vereadora

solicitou a abertura de procedimento de fiscalização para verificar a existência de aumentos injustificados e, se confirmadas irregularidades, a aplicação de sanções administrativas, como multas e até suspensão das atividades dos estabelecimentos.

Em publicação nas redes sociais, a vereadora fez críticas à privatização da BR Distribuidora durante o governo Bolsonaro, hoje Vibra Energia, e defendeu a reestatização do setor. Segundo Souto, o aumento recente dos

combustíveis estaria sendo impulsionado por margens elevadas praticadas por distribuidoras e revendedoras.

A discussão ganhou força após fiscalização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) apontar indícios de prática abusiva na comercialização de diesel. Segundo a Folha de S. Paulo, a Vibra foi autuada após elevar o preço do combustível em cerca de R\$ 1,06 por litro, enquanto o custo de aquisição teria aumentado ape-

nas R\$ 0,03 no mesmo período.

Ainda segundo a reportagem, a operação foi realizada de forma conjunta pela ANP, pela Secretaria Nacional do Consumidor e pela Polícia Federal, com análise de notas fiscais entre o fim de fevereiro e meados de março. A apuração indicou um “descolamento significativo” entre custo e preço ao consumidor. Em nota, a Vibra afirmou que os preços no setor são influenciados por fatores como custos logísticos, variações cambiais e condições regionais, e que atua em conformidade com a regulação.

O tema também repercutiu no governo federal.

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, criticou os aumentos recentes e classificou como irregulares práticas que elevem preços sem justificativa baseada nos custos.

Para Fernanda Souto, o cenário internacional não justificaria, por si só, os reajustes. Segundo ela, há indícios de que empresas estejam se aproveitando do momento de instabilidade global para ampliar suas margens de lucro, sem aumento proporcional nos custos. Nos últimos dias, o barril do tipo Brent, referência internacional, voltou a subir em meio às tensões geopolíticas.

Professora da Unicamp é solta após furto

Antonio Scarpinetti/Unicamp

A Reitoria da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) instaurou uma sindicância interna para apurar o furto de material de pesquisa ocorrido no Instituto de Biologia da instituição. O caso, que mobiliza autoridades federais e órgãos de vigilância sanitária, envolve a manipulação de material biológico sensível e segue sob investigação. A pesquisadora chegou a ser levada à Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu após a prisão em flagrante, mas teve liberdade provisória concedida pela Justiça Federal na terça-feira (24), após audiência de custódia.

O crime teria ocorrido no último fim de semana. Na segunda-feira (23), a Polícia Federal prendeu em flagrante a professora Soledad Palameta Miller, da Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA) da Unicamp. Ela é apontada como suspeita de retirar amostras do Laboratório de Virologia e Biotecnologia Aplicada do Instituto de Biologia.

Durante a operação, foram cumpridos mandados de busca e apreensão, e o material foi localizado em espaços utilizados pela docente. As amostras, posteriormente identificadas como vírus, foram encaminhadas ao Ministério da Agricultura e Pecuária para análise. A ação contou com apoio técnico da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A pesquisadora chegou a ser levada à Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu, mas teve liberdade provisória concedida pela Justiça Federal na tarde de terça-feira (24). Na decisão, o conteúdo das amostras, até então mantido sob sigilo, foi descrito como vírus, o que reforça a gravidade potencial do caso.

O laboratório de onde o material foi retirado opera com níveis 2 e 3 de biossegurança (NB-2 e NB-3). Isso significa que está habilitado a manipular agentes com risco moderado a alto para o indivíduo e potencial de disseminação controlada na comunidade,

exigindo protocolos rigorosos de segurança.

Segundo a Polícia Federal, a docente pode responder por furto qualificado, fraude processual e transporte irregular de organismo geneticamente modificado. As investigações buscam esclarecer as circunstâncias da retirada do material, bem como eventual risco à saúde pública.

De acordo com informações institucionais, Soledad Palameta Miller atua na área de virologia aplicada a alimentos, com pesquisas voltadas à vigilância epidemiológica e ao desenvolvimento de diagnósticos e terapias para vírus transmitidos por água e alimentos. Ela também já participou de projetos no Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), com foco em engenharia de vetores virais e desenvolvimento de terapias.

Em nota, a Unicamp informou que abriu sindicância para apurar o caso e que colabora com as autoridades.



Polícia Federal instaurou um inquérito para investigar o crime

Campinas endurece multas por maus-tratos a animais

Penalidade pode passar R\$ 9,6 mil, com agravantes em casos de morte, lesão e reincidência

O Diário Oficial do Município de Campinas publicou nesta terça-feira (24) a Lei nº 16.883, de 23 de março de 2026, que altera o Estatuto de Proteção, Defesa e Controle das Populações de Animais Domésticos da cidade e endurece as penalidades para casos de maus-tratos.

A nova legislação amplia o valor das multas, que passam a variar de 750 a 1.900 vezes a Unidade Fiscal de Campinas (UFIC) para a prática de qualquer conduta considerada maus-tratos. Considerando o valor atual da UFIC, de R\$ 5,0996, as penalidades podem variar de R\$ 3.824,70 a R\$ 9.689,24 por animal.

Entre os principais pontos da nova legislação, destacam-se as multas mais severas por maus-tratos; qualquer conduta considerada maus-tratos passa a gerar multa entre 750 e 1.900 UFICs, definida conforme a gravidade da infração, condição econômica do infrator e consequências ao animal; a multa será calculada individualmente para cada animal vítima, podendo ser so-

mada em casos com mais de um.

Agravantes

A multa será aplicada em dobro quando o infrator for tutor, responsável ou tiver acesso facilitado ao animal, ou ainda quando houver morte, doença ou lesão permanente. E será triplicada em caso de reincidência dentro de um período de até cinco anos.

Empresas e estabelecimentos privados também ficam sujeitas às novas multas, aplicadas conforme a gravidade da infração e porte econômico.

Em casos reiterados, as multas podem dobrar ou até triplicar progressivamente, além de serem inscritas na Dívida Ativa do município.

Dejetos

A lei estabelece, ainda, que tutores e cuidadores passam a ser obrigados a recolher imediatamente os dejetos dos animais em espaços públicos. O mesmo se aplica também ao cuidador de pequenos animais



Nova lei já está em vigor e reforça o compromisso de Campinas com a proteção animal

comunitários.

Segundo o secretário do Clima, Braz Adegas Júnior, a Prefeitura vai promover ações educativas para reforçar que maus-tratos a animais são crime. De acordo com ele, a campanha terá como objetivo conscientizar a população sobre a responsabilidade na guarda dos animais domésticos e dos animais de grande porte, e alertar que as punições agora são mais rigorosas, incentivando o respeito e o bem-estar animal na cidade. “O combate aos maus-tratos em Campinas acontece em duas frentes: investimos na conscientização por meio da educação ambiental, mas também endurecemos as multas para que elas realmente pesem no bolso de quem insiste em desrespeitar os animais.”

O que caracteriza maus-tratos? Segundo o Estatuto Animal, maus-tratos aos animais são toda e qualquer ação ou omissão que cause dor ou sofrimento aos animais, tais como: mantê-los sem abrigo ou em lugares com condições ina-

dequadas ao seu porte e espécie ou que lhes ocasionem desconforto físico ou mental; privá-los de necessidades básicas, tais como alimento adequado à espécie e água; lesionar ou agredir os animais (por espancamento ou lapidação, por instrumentos cortantes ou contundentes, por substâncias químicas, escaldantes ou tóxicas, por fogo ou outros), sujeitando-os a qualquer experiência que infrinja a Lei Federal nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, prática ou atividade capaz de causar sofrimento, dano físico, mental ou morte; abandoná-los em quaisquer circunstâncias; obrigá-los a trabalhos excessivos ou superiores às suas forças, inclusive a ato que resulte em sofrimento, objetivando a obtenção de esforços ou comportamento que não se alcançariam senão sob coerção; castigá-los física ou mentalmente, ainda que para aprendizagem ou adestramento; criá-los, mantê-los ou expô-los em recintos desprovidos de higienização (limpeza e desinfecção) ou mesmo em

ambientes e situações que contrariem as normas e instruções dos órgãos competentes; utilizá-los em confrontos ou lutas entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes; provocar envenenamento, mortal ou não; eliminar cães e gatos como método de controle populacional; não propiciar morte rápida e indolor a todo animal cuja eutanásia seja necessária; exercitá-los ou conduzi-los presos a veículo motorizado em movimento; abusá-los sexualmente; enclausurá-los com outros que os molestem; promover distúrbio psicológico e comportamental em situação de estresse excessivo ou em condições que não permitam a expressão de seus comportamentos naturais; outras práticas que possam ser consideradas e constatadas como maus-tratos pela autoridade ambiental, sanitária, policial, judicial ou outra qualquer com essa competência; manter animais presos a correntes ou assemelhados que prejudiquem sua saúde e seu bem-estar.

Pets têm entrada liberada em todos os parques, praças de esporte e bosques

Rogério Capella/Prefeitura de Campinas

Os animais de estimação poderão frequentar os 25 parques e bosques de Campinas ao lado de seus tutores. A medida que autoriza a mudança já está valendo, e a comunicação visual aos frequentadores destes espaços será alterada. As regras também valem para as 24 Praças de Esporte da cidade.

A novidade faz parte da atualização das regras de uso dos espaços de lazer e esportivos da cidade. Ela vai ao encontro, também, da importância que cães e gatos ganharam na vida das famílias. A ideia é ampliar o acesso, sem deixar de lado a segurança e a boa convivência entre os frequentadores.

A legislação traz algumas regras específicas para algumas raças, como pit bull e rottweiler. Nesses casos, além da guia curta,

é obrigatório o uso de enforcador e, em locais com maior circulação de pessoas, também de focinheira. Apesar da liberação, o acesso dos animais não será permitido em todos os locais. Ficam proibidas áreas como canteiros ajardinados, lagos, espelhos-d'água e piscinas. Também não é permitido utilizar bebedouros destinados ao consumo humano para dar água aos pets. Já os cães-guia continuam liberados, garantindo o direito de pessoas com deficiência visual.

De acordo com o decreto, os cães devem estar sempre com coleira e guia adequada ao seu porte. É de responsabilidade dos tutores recolher as fezes dos animais para manter os espaços limpos para todos. Estudos sobre a relação entre humanos e seus animais



Pets poderão frequentar parques e bosques com tutores

de companhia têm sido feitos ao longo das últimas décadas, vários deles ligados à questão da saúde humana. Eles são unânimes em afirmar que ter um bichinho em sua vida traz inúmeros benefícios

ao corpo e à mente. Os animais acalmam seus humanos com sua alegria e aquele afeto inabalável, que faz qualquer um se sentir útil e amado.

Isso se reflete na saúde do co-

ração. A dopamina aumenta e o sentimento de solidão diminui. Em qualquer faixa etária cuidar de um bichinho dá sentido à vida.

Crianças que cuidam de um animal desenvolvem maior senso de responsabilidade e têm maior proteção em relação a problemas respiratórios como asma e alergias. Idosos também se beneficiam muito de um companheirinho pet. Eles transmitem sensação de segurança e promovem interação sensorial regular através do toque.

Segundo o secretário de Serviços Públicos, Ernesto Paulella, os cachorros foram incorporados ainda mais ao convívio das famílias e esta é uma demanda da população que quer conviver nos parques com seus animais de estimação.

GRANDE CAMPINAS

Unicamp



Reunião discutiu cooperação na área da saúde

Unicamp estuda parceria com Monte Mor na área da saúde

Em reunião realizada na manhã desta quarta-feira (25), a Unicamp iniciou tratativas para firmar uma parceria com a Prefeitura de Monte Mor na área da saúde. A proposta, prevê a união do conhecimento técnico da universidade com a estrutura do município, incluindo o uso de leitos e equipamentos disponíveis. O objetivo é ampliar o atendimento local e reduzir a pressão sobre o Hospital de Clínicas da Unicamp (HC), que atende pacientes de cerca de 100 cidades. Representantes destacaram que grande parte da demanda poderia ser resolvida na atenção primária. A iniciativa também é vista como um possível projeto-piloto, com potencial para ser replicado em outros municípios da região.

Santa Bárbara anuncia novo secretário

O prefeito Rafael Piovezan anunciou, nesta semana, Paulo Eduardo de Oliveira como novo secretário municipal de Gestão Estratégica, cargo que assumiu a partir de terça (24). Advogado formado pela Unimep, ele tem mais de 30 anos de experiência no setor público de Santa Bárbara d'Oeste. A pasta é responsável pelo planejamento, controle de ações, gestão de contratos, auditorias e atendimento à população.

João Valério/Governo do Estado de SP



Veículos reforçam ações sociais em cidades da região

Região recebe veículos do Fundo Social

Municípios da região foram contemplados com veículos entregues pelo Governo de São Paulo durante celebração dos 58 anos do Fundo Social, no Palácio dos Bandeirantes. Ao todo, 350 utilitários foram distribuídos para reforçar a atuação dos fundos municipais, ampliando o atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade. Os veículos serão usados no transporte de doações, cestas básicas e materiais assistenciais. A iniciativa integra o Programa de Equipagem, que busca estruturar e dar mais eficiência às ações sociais.

Gerente de posto é detido por fraude

Após denúncia, a Polícia Civil investigou um posto em Hortolândia (SP) e deteve o gerente nesta terça (24). No local, três bombas de etanol e um tanque foram lacrados. Testes da ANP indicaram teor alcoólico de 88,8%, abaixo do mínimo exigido de 92,5%, o que aponta possível mistura com água. Amostras foram recolhidas e serão analisadas. O gerente deve responder por crime contra o consumidor.

Exames e prevenção

A Prefeitura de Americana realiza nesta sexta (27) o Dia D da Saúde da Mulher em 22 unidades. A ação oferece atendimentos, exames e serviços em livre demanda, com foco na prevenção e orientação. A programação busca ampliar o acesso aos serviços, incentivar o diagnóstico precoce e fortalecer o cuidado

Novo PAET

Monte Mor inaugurou uma unidade do PAET no Jardim Paulista, ampliando o acesso a serviços de emprego e empreendedorismo. O espaço reúne orientação, cursos e microcrédito. A cidade também confirmou o 2º Feirão de Empregos, em 13 de maio, com vagas e qualificação, criando novas oportunidades.

Podcast ambiental

Hortolândia realiza nesta sexta (27), às 9h, um podcast online e gratuito sobre mudanças climáticas. A ação integra as atividades do Dia Mundial da Água e será transmitida pelo canal da EGPH no YouTube. O debate abordará impactos ambientais e sociais, com foco na conscientização da população.

SBO Folk Fest

O Mercado da Cidade de Santa Bárbara d'Oeste recebe neste sábado (28) a partir das 12 horas, o SBO Folk Fest - festival dedicado à música folk e considerado o primeiro do gênero no interior paulista. A iniciativa conta com apoio da Prefeitura de Santa Bárbara d'Oeste, por meio da Secretaria de Cultura e Turismo, e do Fundo Social.

Parceria digital

Indaiatuba e Capivari firmaram termo de cooperação para modernizar a Imprensa Oficial. O acordo prevê o compartilhamento de sistema eletrônico desenvolvido em Indaiatuba, ampliando a transparência e a eficiência na gestão pública. A parceria terá monitoramento e duração de dois anos.

Operação chorume

A Prefeitura de Sumaré fiscalizou 50 caminhões de lixo durante a Operação Chorume e multou 16 por irregularidades. A ação ocorreu no Jardim Dall'Orto e visa coibir o derramamento de resíduos nas vias, prática que causa riscos à saúde e ao trânsito. A multa pode chegar a R\$ 11,2 mil em casos de reincidência.



Safra 2025/2026 recorde vai impulsionar a festa da fruta

Safra de caqui cresce 20% e irá faturar R\$ 12 milhões

Produção chegará a 6 mil ton. em Itatiba, superando a anterior

Da Redação

Com crescimento estimado em cerca de 20%, a safra de caqui 2025/2026 em Itatiba deve alcançar 6 mil toneladas, superando as 5 mil toneladas registradas no ciclo anterior. A projeção indica também um faturamento aproximado de R\$ 12 milhões, reforçando a importância da cultura para a economia local. Atualmente, o município conta com 73 produtores rurais dedicados ao cultivo da fruta, distribuídos em uma área de aproximadamente 160 hectares.

De acordo com o secretário de Agricultura, Erik Carbonari, o resultado positivo está diretamente ligado às condições climáticas favoráveis ao longo do desenvolvimento da safra.

Ele também explica os fatores que contribuíram para o aumento da produção. “Esse crescimento veio em função das chuvas que aconteceram de forma regular nessa estação. Tivemos até um frio adequado, com algumas geadas, que favorecem a fruta. O abortamento (perda) foi muito pequeno nesta safra, e tudo isso colaborou para esse acréscimo de quase 20% na produção”, completou o secretário.

Produção local

A cultura do caqui é considerada uma das principais atividades agrícolas do município, contribuindo para a geração de renda

no campo e para a manutenção da identidade rural da cidade.

Esse momento favorável na produção chega junto à realização da 21ª edição da tradicional Festa do Caqui e Cia, que acontece nos dias 10, 11, 12 e 17, 18 e 19 de abril, no Parque Luís Latorre. Promovido pela Prefeitura, o evento reúne cultura, gastronomia e exposição agrícola, além de atrair visitantes de toda a região.

A edição deste ano contará com aumento no número de expositores, passando de 18 para 22 participantes, além de novidades no concurso de frutas. A iniciativa busca incentivar a participação dos produtores e valorizar a qualidade da produção local.

Segundo o secretário Erik Carbonari, as mudanças têm como objetivo fortalecer o setor. “A recomendação do prefeito Thomás foi incentivar cada vez mais a participação e a qualificação dos produtores. E nada mais importante do que a premiação para puxar essa evolução”, afirma.

O concurso, voltado exclusivamente aos produtores do município, terá premiações ampliadas, incluindo valores em dinheiro e equipamentos agrícolas para os três primeiros colocados de cada categoria.

As inscrições poderão ser feitas diretamente no galpão de exposições do Parque Luís Latorre, nas sextas-feiras dos dois finais de semana do evento (10 e 17 de abril), das 7h às 11h.

Nova UBS vai ampliar acesso à saúde pública em Hortolândia

Unidade no Terras de Santa Maria reforça rede básica de saúde

Hortolândia avança na ampliação da rede de saúde com a construção de uma nova Unidade Básica de Saúde (UBS) no Jardim Terras de Santa Maria. O projeto faz parte de um pacote de investimentos que também inclui outras unidades e a futura sede do CAPS Vida, voltado ao atendimento em saúde mental. A proposta é fortalecer o atendimento público e acompanhar o crescimento populacional da cidade.

Expansão planejada

A nova UBS será implantada em uma área de cerca de 5 mil metros quadrados, com 1.505 m² de construção. Classificada como Porte V pelo Ministério da Saúde, a unidade terá capacidade para abrigar ao menos cinco equipes da Estratégia de Saúde da Família. A estrutura busca ampliar o atendimento em uma região em expansão urbana, beneficiando moradores que envolvem três bairros. Atualmente, o município conta com 17 unidades básicas distribuídas em diferentes regiões.

O projeto prevê espaços modernos e funcionais, incluindo consultórios médicos e multiprofissionais, salas de vacinação, acolhimento, amamentação e atividades coletivas. Também estão previstos farmácia, área de medicação, setor odontológico com escovódromo, além de ambientes administrativos e de apoio. Entre os diferenciais, estão um anfitea-



Prefeitura de Hortolândia

Obra prevê estrutura moderna e atendimento ampliado para os moradores de três bairros

tro para ações educativas e uma horta na área externa.

Obra iniciada

As intervenções no terreno começaram com a limpeza da área, utilizando maquinário pesado. As próximas etapas, preparam o espaço para o início da construção da estrutura. A previsão é de que a obra seja concluída em aproximadamente 12 meses.

Durante vistoria no local, o prefeito Zezé Gomes destacou a importância do investimento. “Hoje demos mais um passo importante para cuidar das pessoas. Já é possível ver a movimentação no terreno, sinal de que esse so-

nho da comunidade começa a se tornar realidade. Essa nova unidade ampliará o acesso à saúde, garantirá mais conforto para os moradores e fortalecerá ainda mais o atendimento da atenção básica em nossa cidade. Nosso compromisso é continuar investindo para que a população tenha atendimento cada vez mais digno, perto de casa”, afirmou.

Rede fortalecida

Além da UBS no Terras de Santa Maria, o município prevê a construção de outras duas unidades com recursos federais, sendo uma no Jardim Amanda e outra em área ainda a ser defi-

nida. Também está autorizada a implantação da sede própria do CAPS Vida, no Jardim América, com mais de 760 m² de área construída, voltada ao atendimento especializado em saúde mental.

O secretário de Saúde, Dênis Crupe, ressaltou que a iniciativa amplia o acesso. “Essa unidade será fundamental para ampliar a capacidade de atendimento da atenção básica em uma região que cresce rapidamente. A Estratégia de Saúde da Família é a porta de entrada do sistema de saúde e tem papel essencial na prevenção, no diagnóstico precoce e no acompanhamento das pessoas”, destacou.

PF desmonta fraude milionária contra a Caixa

A Polícia Federal deflagrou, na manhã desta quarta-feira (25), a Operação Fallax com o objetivo de desmontar um esquema criminoso ligado a fraudes contra a Caixa Econômica Federal. O grupo investigado é suspeito de movimentar mais de R\$ 500 milhões por meio de golpes bancários, além de atuar em práticas como estelionato e lavagem de dinheiro.

A ação ocorre simultaneamente nos estados de São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro, com o cumprimento de 21 mandados de prisão preventiva e 43 de busca e apreensão. Na região, houve diligências em cidades como Americana, Limeira, Santa Bárbara d'Oeste, Itapira e Rio Claro. Entre os alvos estão empresários ligados ao setor financeiro.

Esquema criminoso

De acordo com as investigações, iniciadas em 2024, a organização operava de forma estruturada para obter vantagens ilícitas por meio da manipulação de sistemas bancários. O grupo contava com a participação de funcionários de instituições financeiras, responsáveis por inserir dados falsos que permitiam saques e transferências irregulares.

Após a obtenção dos valores, o dinheiro era distribuído por meio de empresas de fachada e estruturas empresariais criadas para dificultar o rastreamento. Parte dos recursos era convertida em bens de alto valor e criptomoedas, estratégia usada para ocultar a origem ilícita e dispersar o patrimônio.

Medidas judiciais

As ordens judiciais foram expedidas pela Justiça Federal de São Paulo, que também determinou o bloqueio de bens, incluindo imóveis, veículos e ativos financeiros, até o limite de R\$ 47 milhões.

Além disso, foram autorizadas quebras de sigilo bancário e fiscal de dezenas de pessoas físicas e jurídicas, bem como o rastreamento de movimentações financeiras. Os investigados poderão responder por crimes como organização criminosa, estelionato qualificado, lavagem de dinheiro, corrupção e infrações contra o sistema financeiro. Somadas, as penas podem ultrapassar 50 anos de prisão.

Monte Mor realiza mutirão para zerar a fila de exames após mais de três anos

A Prefeitura de Monte Mor deu início a um amplo mutirão de exames com o objetivo de eliminar a fila de espera acumulada há mais de três anos na rede pública de saúde. A ação começou em fevereiro de 2026 e já ultrapassou 7 mil procedimentos realizados, com a meta de atingir cerca de 11 mil atendimentos até o início de abril.

A prioridade é atender pacientes que aguardavam há longo tempo por exames importantes, como ultrassonografias, ecocardiogramas, endoscopias e colonoscopias, fundamentais para diagnóstico e acompanhamento de doenças.

Atendimento ampliado

Para garantir mais eficiência, os atendimentos foram organiza-



Prefeitura de Monte Mor

Ação já realizou 7 mil exames e segue até abril

dos em diferentes pontos da rede municipal. A UPA João Brischi concentra a realização de endoscopias e colonoscopias, enquanto a Policlínica atende as demandas de ultrassonografia. Já o Posto Central (USF Higor) ficou res-

ponsável pelos ecocardiogramas. Essa divisão permite maior agilidade no fluxo e evita sobrecarga em uma única unidade, ampliando a capacidade de atendimento.

A iniciativa representa um esforço da administração muni-

cipal para acelerar diagnósticos e melhorar a qualidade do serviço prestado, além de reduzir o tempo de espera enfrentado pelos moradores. Muitos pacientes aguardavam há anos pelos exames, o que impactava diretamente no início de tratamentos.

Fila zerada

O processo de agendamento segue a ordem da fila do sistema CROSS, garantindo organização e transparência. A Secretaria de Saúde entra em contato diretamente com os pacientes para informar datas, horários e orientações, o que ajuda a evitar faltas e otimizar o uso das vagas.

A expectativa é que o mutirão seja concluído até o dia 10 de abril, com a eliminação total da demanda reprimida.

CORREIO DAS REGIÕES

Divulgação/Prefeitura de Jundiá



Ação busca destacar demandas dos jovens

Jovens participam da revisão de Plano Municipal ativamente

A Prefeitura de Jundiá iniciou a escuta ativa para a revisão do Plano Municipal da Juventude (PMJ), instrumento que norteia políticas públicas em áreas como educação, saúde e trabalho. Coordenada pela Assessoria de Políticas para a Juventude, a iniciativa busca atualizar o plano conforme as demandas atuais da nova geração. Além de encontros presenciais em diversas regiões para coletar sugestões e desafios, foi disponibilizada uma pesquisa online que inclui, de forma inédita, o eixo de Juventude e Sucessão Rural. O objetivo é garantir a diversidade de vozes no processo, permitindo que os jovens ajudem a moldar o futuro da cidade com base em sua própria realidade.

Indenização por racismo em Rio Claro

O TRT-15 manteve a condenação de uma empresa de Rio Claro a pagar R\$ 30 mil por danos morais a um funcionário vítima de racismo. A decisão, baseada em depoimentos de testemunhas que presenciaram ofensas de um superior, também impôs medidas educativas. A companhia deverá realizar campanhas anuais de conscientização contra a discriminação por cinco anos e incluir mensagens de prevenção nos holerites dos empregados.

Divulgação/Governo de SP



Motorista que transportava a droga foi preso em flagrante

Flagrante em rodovia de Andradina

Na última terça-feira (24), a PM e a PF apreenderam cerca de 220 kg de maconha na Rodovia Marechal Rondon, em Andradina (SP). A droga, dividida em 238 tijolos, estava escondida em um carro vindo de Dourados (MS) com destino a Botucatu (SP). O motorista foi preso em flagrante; ele já possuía antecedentes por tráfico, usava placas clonadas e era foragido por falta de pagamento de pensão alimentícia. O caso foi registrado na Polícia Federal de Araçatuba, onde o criminoso permanece à disposição da Justiça.

‘Harry Potter in Concert’ em Jundiá

Diante do sucesso de vendas, a Filarmônica de Jundiá abriu uma sessão extra de ‘Harry Potter in Concert’ no Teatro Polytheama. O espetáculo ocorre neste domingo (29); com a apresentação das 16h quase esgotada, o público agora pode adquirir ingressos para o novo horário, às 18h30, via Sympla. A experiência une música ao vivo à magia da famosa saga.

Mortes no trânsito

As mortes no trânsito de Sorocaba saltaram de uma, em fevereiro de 2025, para nove no mês passado — alta de 800% segundo o Infosiga. Motociclistas lideram com cinco óbitos, seguidos por dois ciclistas e dois pedestres. O Detran-SP aponta o crescimento da violência nas vias em 2026.

Pedágio mais caro

A partir de 30/03, os pedágios das rodovias Castello Branco (SP-280) e Raposo Tavares (SP-270) sobem 4,44%. O reajuste, autorizado pela Artesp, atinge trechos de Sorocaba, Araçoiaba da Serra, Alumínio e São Roque operados pela CCR Sorocabana. A Ecovias Raposo-Castello também aplicará o aumento em sua área de atuação.

Varejão de pescados

Em 2026, o Varejão Especial de Pescados celebra 30 anos como uma das principais tradições da semana de Páscoa em Piracicaba. O evento tem início na quarta-feira (1), no Varejão Municipal Central. A expectativa para este ano é superar as oito toneladas vendidas em 2025, vendendo entre 3% a 5% a mais.

Modernização

As unidades de saúde de Ribeirão Preto começaram a receber uma ação de modernização com novos sistemas de climatização. Desde novembro, UBSs passam por readequação elétrica para suportar ar-condicionado. Até agora, as melhorias contemplaram os bairros Jardim Juliana, João Rossi, Vila Abranches e Jardim Aeroporto.

Mutirão em Jundiá

O INSS promove mutirão em Jundiá neste fim de semana (28 e 29/03) com 500 vagas para perícia médica e 24 para avaliação social. A ação foca no BPC e auxílio-doença. Interessados devem agendar pelo app Meu INSS ou pelo 135. Cidades como Bragança Paulista e Franco da Rocha também recebem a iniciativa regional.

Expansão do Wi-Fi

Jundiá expandiu o programa ‘Conect@do’ com 68 novos pontos de Wi-Fi gratuito em áreas de lazer e convivência. A iniciativa da CIJUN amplia o acesso público à internet em diversas regiões da cidade, oferecendo conexão com mais qualidade, velocidade e segurança para toda a população local.



Empresa também produzirá composições do metrô de SP

Fábrica da CRRC vai produzir Trem Intercidades

Unidade em Araraquara reforça produção nacional ferroviária

Da Redação

A implantação da fábrica da CRRC Brasil, em Araraquara (SP), marca um passo decisivo para tirar do papel o Trem Intercidades (TIC) Eixo Norte, principal projeto ferroviário em curso no estado. A unidade será responsável pela produção de trens que vão atender tanto o TIC, que ligará São Paulo a Campinas, quanto a expansão da Linha 2 do metrô, consolidando a retomada da indústria ferroviária nacional.

A agenda contou com a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas o destaque ficou para a estrutura industrial que passa a operar no interior paulista. A fábrica ocupa as instalações de uma antiga montadora e já iniciou contratações, mesmo antes da conclusão das linhas de produção, indicando aceleração no cronograma e antecipação dos primeiros resultados do investimento.

Maior fornecedora mundial de equipamentos ferroviários, a CRRC inicia no Brasil um novo ciclo com foco na produção local, transferência de tecnologia e fortalecimento da cadeia produtiva. A expectativa é que os trens do TIC e do metrô paulista sejam fabricados no país, reduzindo a dependência de importações, ampliando a geração de empregos e criando um polo ferroviário estratégico no interior paulista.

No mesmo evento, foram

assinados R\$ 5,6 bilhões em financiamentos para mobilidade urbana em São Paulo, sendo R\$ 3,2 bilhões destinados ao Trem Intercidades. O projeto, com 101 quilômetros de extensão, é considerado estratégico para reorganizar o transporte entre a capital e o interior, com integração a linhas existentes, serviços regionais e potencial de redução significativa no tempo de viagem.

Além do impacto logístico, o TIC deve impulsionar o desenvolvimento econômico ao longo do trajeto, estimulando novos investimentos e a reorganização urbana nas cidades atendidas. A produção dos trens em Araraquara reforça esse movimento ao atrelar infraestrutura e indústria em um mesmo projeto, com efeitos diretos também sobre qualificação profissional e inovação tecnológica no país.

Com a nova fábrica como base, o Trem ICom a nova fábrica como base, o Trem Intercidades avança com maior previsibilidade e capacidade de execução, sustentado por financiamento público e produção nacional, em um modelo que busca consolidar o transporte sobre trilhos como eixo estruturante da mobilidade em São Paulo e referência para novos projetos ferroviários no Brasil. A expectativa é que a iniciativa abra caminho para a expansão de outras rotas de média velocidade e fortaleça o planejamento de longo prazo no setor.

Região de Presidente Prudente terá R\$ 1,18 bi para saneamento

Encontro no município detalha metas de universalização de água e esgoto até 2029

Na última sexta-feira (20), a cidade de Presidente Prudente foi o cenário de uma importante agenda regional de saneamento promovida pela Sabesp. O evento reuniu prefeitos e autoridades estaduais para a apresentação de resultados robustos e o detalhamento das perspectivas de investimentos para os municípios que integram as bacias do Alto e Baixo Paranapanema. O foco central do encontro foi o novo ciclo de aportes da Companhia, estruturado para acelerar a universalização do acesso à água tratada, além da coleta e do tratamento de esgoto em toda a região.

Para o grupo de 26 municípios que participaram diretamente da agenda, o planejamento é ambicioso: os investimentos somam R\$ 1,18 bilhão entre os anos de 2024 e 2029. Desse montante, R\$ 102,5 milhões já foram executados entre 2024 e 2025, enquanto o expressivo valor de R\$ 1,08 bilhão está programado para o período entre 2026 e 2029.

Avanços

Especificamente no município de Presidente Prudente, a Sabesp projeta investir um total de R\$ 550,7 milhões até 2029. A execução desse cronograma já mostra resultados práticos, com R\$ 58 milhões aplicados entre o segundo semestre de 2024 e o decorrer de 2025. Para os próxi-



Divulgação/Sabesp

Recursos estão sendo destinados à modernização e ampliação dos sistemas de abastecimento

mos anos, entre 2026 e 2029, a previsão é de que R\$ 492,6 milhões sejam injetados na infraestrutura local.

Esses recursos estão sendo destinados à modernização e ampliação dos sistemas de abastecimento e esgotamento sanitário. Desde 2024, a cidade contabilizou 4.196 novas ligações urbanas de água e 81 em áreas rurais e informais. No setor de esgoto, foram 4.587 novas conexões urbanas e 86 em zonas informais. Além disso, houve um salto notável na inclusão social: o núme-

ro de famílias beneficiadas pela tarifa social e vulnerável em Presidente Prudente subiu de 2.140 para 10.650, democratizando o acesso ao saneamento básico para a população de baixa renda.

O impacto desses investimentos também é visível no indicador por habitante. No contrato anterior, o investimento médio era de R\$ 43 por habitante ao ano; com o novo contrato, esse valor saltou para R\$ 202, demonstrando uma capacidade financeira muito superior para atingir as metas de universalização.

Expansão regional

A agenda regional não se restringiu à sede, abrangendo cidades como Álvares Machado, Pirapozinho, Presidente Epitácio, Regente Feijó, Rosana, Teodoro Sampaio e Santo Anastácio. Ao considerar o agrupamento mais amplo de 110 municípios do Alto e Baixo Paranapanema, a Sabesp já investiu mais de R\$ 372,8 milhões desde julho de 2024 e prevê R\$ 4,1 bilhões adicionais até 2029.

Nesse contexto regional, a expansão do atendimento é ex-

pressiva. Desde 2024, houve um acréscimo de 78 mil novas economias urbanas de água e 21 mil em áreas rurais. No esgotamento sanitário, o incremento foi de 71 mil economias urbanas e 16 mil informais, com 81 mil novas economias atendidas por tratamento de esgoto. O alcance social também se expandiu na região: em junho de 2024, 23,5 mil usuários tinham tarifa social; em fevereiro de 2026, esse número chegou a 118,6 mil beneficiados.

Metas

Para o período entre 2026 e 2029, os 26 municípios participantes da agenda verão uma transformação física em sua infraestrutura. Estão previstas a implantação de aproximadamente 200 quilômetros de redes de água e 214,6 quilômetros de redes de esgoto. O plano inclui ainda a construção de 26 estações elevatórias de esgoto e 17 Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs).

O sistema de abastecimento também será reforçado com duas novas estações elevatórias de água tratada, uma Estação de Tratamento de Água (ETA) e duas estações elevatórias de água bruta. De acordo com informações de Meunim Oliveira Júnior, diretor da Sabesp, este novo ciclo tem como prioridade o diálogo com as lideranças para alinhar as obras que garantam a universalização até 2029.

Mogi Guaçu suspende as aulas devido a casos de meningite

A Prefeitura de Mogi Guaçu decidiu paralisar preventivamente as atividades em três instituições de ensino no distrito de Martinho Prado Jr. A medida ocorre após a confirmação de quatro casos de meningite em crianças com idades entre 9 meses e 4 anos. Do grupo afetado, duas já receberam alta hospitalar, enquanto as demais seguem sob cuidados médicos. A suspensão é válida inicialmente até a próxima segunda-feira, dia 30 de março.

Segundo o secretário de Educação, Paulo Paliari, o foco agora é o reforço rigoroso nos protocolos de higiene. Como o público-alvo é composto majoritariamente por bebês e crianças pequenas, a atenção está voltada à desinfecção de colchonetes, brinquedos e cuidados na troca de fraldas.



KrakenImages/FreePik

Atividades ficarão suspensas até a próxima segunda-feira

Inflamação

A meningite é uma inflamação das membranas que protegem o sistema nervoso central, podendo ser causada por vírus, bactérias, fungos ou parasitas. Os sinais de alerta em crianças incluem febre alta, vômitos e

rigidez na nuca. Já em bebês, os pais devem observar se há moleira elevada, irritabilidade, choro agudo ao toque ou rigidez corporal. A detecção precoce é fundamental para evitar complicações graves e garantir a pronta recuperação.

Dunga, de Araçatuba, vira réu por corrupção

O Juízo da 1ª Zona Eleitoral de São Paulo aceitou a denúncia do Ministério Público contra o ex-vereador de Araçatuba, Antônio Edwaldo Costa, o Dunga, e outros envolvidos. A acusação, fruto de um trabalho conjunto entre o GAECO e o MP Eleitoral, aponta crimes de promoção e financiamento de organização criminosa, além de corrupção eleitoral.

A investigação começou focada no tráfico de drogas no bairro São José, mas revelou um esquema onde o núcleo político utilizava a força de grupos criminosos para obter votos ilegalmente.

Aliança com o crime

Segundo o MP, o ex-parlamentar financiava a organização "Esquina Maluca", grupo associado a integrantes da facção criminosa PCC. Em troca

de apoio político, eram prometidas e concedidas vantagens indevidas, como auxílio financeiro, custeio de advogados para criminosos, intervenções administrativas e facilitação de acesso a serviços públicos. Essa estrutura ilícita era usada para mobilizar eleitores e captar votos, especialmente em áreas de vulnerabilidade social, comprometendo a legitimidade do processo democrático no município.

Além do ex-vereador, um assessor e um motorista foram denunciados por atuarem como pontes entre o setor político e o crime organizado. Eles participavam diretamente da distribuição de benefícios e da captação de votos. O MP reforça que as condutas demonstram total desprezo pelas instituições, usando o crime para manipular resultados eleitorais.

CORREIO PAULISTA

Ricardo Stuckert/PR



Presidente discursou durante instalação de fábrica de trens

Lula critica ausência de Tarcísio em evento e defende políticas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lamentou nesta quarta-feira (25) a ausência do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), durante a instalação de uma fábrica chinesa de trens em Araraquara (SP). Em discurso, Lula afirmou que, embora Tarcísio pudesse optar por agradecer ou não, sua presença seria adequada diante de investimentos bilionários em tecnologia, mobilidade e geração de empregos no estado. O presidente ressaltou que obras como o túnel de Santos têm participação do governo federal e criticou o governador por não reconhecer o aporte do Executivo estadual. “Estamos falando de bilhões em investimentos para São Paulo. Poderia agradecer, mas deveria estar presente”, disse Lula.

Destaque em parceria com estados

Ele ainda acrescentou que o governo federal cumpre suas obrigações e que o reconhecimento do estado sobre o que é feito em parceria seria o correto. A declaração ocorreu durante agenda voltada a investimentos industriais, em meio ao acirramento da disputa presidencial de 2026, quando Lula tentará a reeleição, e reforça o protagonismo do governo federal em obras e políticas sociais nos estados brasileiros.

Rodrigo Romeo/Alesp



Proposta busca corrigir um desequilíbrio nas estruturas

Alesp aprova criação de cargos no MP

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou, nesta terça-feira (24), o projeto do Ministério Público que cria 136 cargos de promotor de Justiça. O PLC 3/2026 foi encaminhado há pouco mais de um mês e recebeu aval do plenário em sessão extraordinária, com 48 votos favoráveis e 7 contrários. Segundo o MP, a proposta busca corrigir um desequilíbrio nas estruturas do sistema de Justiça paulista. O órgão aponta a criação recente de 50 varas judiciais e igual número de cargos de juizes, o que teria elevado a demanda sobre a instituição.

Organização das vagas previstas

O projeto detalha a divisão das vagas entre diferentes níveis da carreira, conforme a estrutura das comarcas paulistas. Serão criados cargos para atuação em regiões de maior porte e também em áreas intermediárias, além de postos destinados à substituição em casos de afastamento ou vacância. A medida, segundo o órgão, pretende ampliar a presença institucional e melhorar a capacidade de resposta.

Regularização

A Comissão Regional de Soluções Fundiárias realizou reuniões em março para tratar de ocupações em São Paulo, buscando soluções consensuais para reintegração de posse e regularização fundiária. Na Vila Ema, a desocupação voluntária não ocorreu; reintegração está marcada para 8 de abril, com auxílio aluguel e mudança.

Regularização II

Outras áreas em São Miguel Paulista e na zona leste tiveram novas audiências designadas entre maio e junho, envolvendo famílias, Defensoria e CDHU, que avaliam possibilidade de regularização. Magistrados, MP, Prefeitura e Defesa Civil participaram, propondo organização de associações.

Selo TCESP

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) lançou o hotsite do Selo TCESP Ouvidoria Cidadã, em comemoração ao Dia Nacional do Ouvidor, durante o “Encontro de Ouvidorias Públicas”. A iniciativa reconhece boas práticas de participação social e gestão pública em municípios paulistas.

Selo TCESP II

O selo avalia estrutura, atendimento e capacidade de transformar demandas em melhorias. Inscrições e informações estão disponíveis no hotsite oficial. A certificação será concedida às instituições que demonstrarem transparência, escuta ativa e aprimoramento contínuo dos serviços públicos. Resultados serão divulgados em 5 de outubro.

Medida violada

Um homem foi preso na terça-feira, dia 24 de março, após descumprir medida protetiva e invadir o condomínio onde vive a ex-companheira, na Avenida Santista, em Santos (SP). A vítima acionou o botão de emergência do aplicativo SP Mulher Segura ao perceber a presença do agressor no local.

Medida violada II

Segundo a Polícia Militar, ele acessou o prédio com uma TAG que ainda possuía e tentou contato pelo interfone. Equipes do 6º BPM/I foram acionadas e o localizaram nas escadas próximas ao apartamento. O suspeito foi detido e levado à Delegacia de Defesa da Mulher, onde permaneceu à disposição da Justiça.



O anúncio foi feito na sede das entidades, na capital paulista

Parceria deve facilitar crédito a pequenas empresas

Acordo visa ampliar acesso e apoiar inovação em MPMEs

Da Redação

A Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, firmou nesta terça-feira (24) um acordo de cooperação estratégica com a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e o Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo). A parceria, com vigência prevista até 2029, tem como objetivo facilitar o acesso de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) a linhas de financiamento voltadas à modernização e ao desenvolvimento tecnológico.

O anúncio foi feito na sede das entidades, na capital paulista, durante o evento “Finep pelo Brasil”, que busca aproximar o setor produtivo das agências de fomento por meio de seminários, eventos de orientação e rodadas de negócios com agentes financeiros credenciados. Rafael Cervone, presidente do Ciesp e 1º vice-presidente da Fiesp, assinou o acordo e afirmou que a parceria é “fundamental” para prover recursos desburocratizados à indústria, considerada o “baluarte da inovação, pesquisa e desenvolvimento no país”. Cervone destacou que, embora a maior parte dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento seja feita pela iniciativa privada, ainda existem entraves que dificultam que esses recursos cheguem às MPMEs, comprometendo sua competitividade.

Segundo ele, há uma rede capaz de acelerar a inovação e um interes-

se do setor industrial em integrar as cadeias de fornecimento, multiplicando Pesquisa e Desenvolvimento no país. Cervone citou o distrito de inovação do Senai em São Bernardo do Campo como exemplo de estrutura voltada à inovação.

Elias Ramos, diretor de Inovação da Finep, ressaltou que a cooperação permitirá capilarizar o atendimento, facilitando o acesso a recursos por empresas fora dos grandes centros urbanos. O acordo atua em uma das principais dificuldades do setor: o custo e a burocracia do crédito. O acesso a recursos com juros competitivos e prazos adequados possibilita atualização de maquinários, digitalização de processos e criação de novos produtos, mantendo a competitividade global das MPMEs. Além do suporte financeiro, o acordo prevê intercâmbio de informações para orientar empresários sobre a captação de recursos públicos. Muitas vezes, pequenos empreendedores possuem projetos de inovação, mas não têm conhecimento técnico para enquadrá-los em editais de subvenção econômica. A ação ocorre em um contexto de expansão dos investimentos em São Paulo. Entre 2023 e 2025, o volume de contratações da Finep no estado cresceu 3,5 vezes em relação ao período anterior, atingindo R\$ 15,4 bilhões. Em 2024, a financiadora alcançou desempenho histórico de R\$ 22 bilhões, sendo R\$ 17,8 bilhões investidos diretamente e R\$ 3,4 bilhões em contrapartidas das empresas.

Alesp aprova PL que autoriza R\$ 15 bilhões em empréstimos ao Estado

Recursos devem financiar Rodoanel, nova sede do Governo, ações sociais e saúde

Rodrigo Romeo/Divulgação Alesp

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) aprovou, em sessão extraordinária realizada nesta terça-feira (24), o Projeto de Lei 128/2026, que autoriza o Governo estadual a contratar empréstimos para financiar obras de infraestrutura, programas sociais e investimentos na área da saúde. O texto segue agora para sanção ou veto do governador.

Somados, os financiamentos podem chegar a quase R\$ 15 bilhões, de acordo com a cotação atual do dólar. A maior parte das operações tem como base a moeda americana e poderá ser contratada junto a bancos nacionais, instituições internacionais e agências de fomento. A proposta foi aprovada por 54 votos favoráveis e 4 contrários no Plenário.

Apesar da aprovação expressiva, o projeto gerou discussões entre os parlamentares, especialmente em relação à transparência na aplicação dos recursos e ao impacto no endividamento do Estado. Deputados da oposição cobraram maior detalhamento sobre a destinação dos valores e alertaram para o risco de aumento das despesas futuras com juros. Também houve críticas ao uso de empréstimos para financiar programas sociais e outras iniciativas que, na avaliação de parte dos parlamentares, deveriam contar com previsão orçamentária própria.



O projeto gerou discussões, especialmente sobre a transparência na aplicação dos recursos

O maior volume de recursos previsto no projeto será destinado ao Rodoanel Mário Covas, com foco na continuidade e complementação de obras nos trechos Norte, Leste e Sul. Para o trecho Norte, recém-inaugurado, está prevista a contratação de cerca de US\$ 820 milhões (aproximadamente R\$ 4,4 bilhões), valor que inclui custos adicionais em relação ao planejamento original, além de despesas com reassentamento de famílias, desocupação de áreas e medidas de segurança viária.

Nos trechos Leste e Sul, poderão ser contratados até US\$ 176,3 milhões (cerca de R\$ 942 milhões). Os recursos devem viabilizar novas intervenções, como a construção de um dispositivo de acesso entre o Rodoanel e municípios da região metropolitana, como Suzano e Poá, além da implantação do sistema de pedágio eletrônico "free flow", que dispensa praças físicas de cobrança.

Outro eixo relevante do projeto é a construção da nova sede administrativa do Governo do Estado, prevista para a região dos

Campos Elíseos, no centro da capital paulista. O texto autoriza a contratação de até R\$ 3,4 bilhões em empréstimos para viabilizar a parceria público-privada do empreendimento, que pretende concentrar, em um único complexo, o gabinete do governador, secretarias e órgãos estaduais.

A proposta inclui ainda a requalificação urbana da região, com restauração de edifícios históricos, implantação de comércio e serviços e reorganização de equipamentos públicos, como o terminal de ônibus. A expecta-

tiva é reunir cerca de 22 mil servidores no local, com a justificativa de melhorar a coordenação administrativa e a prestação de serviços.

Na área social, o Programa SuperAção da Pobreza também deve ser financiado com recursos provenientes dos empréstimos. Estão previstos cerca de US\$ 82,3 milhões (aproximadamente R\$ 430 milhões) para a iniciativa, que busca reduzir a vulnerabilidade social e promover maior autonomia para famílias em situação de pobreza. Os valores, no entanto, devem ser incorporados ao orçamento estadual apenas a partir de 2027.

Já na área da saúde, o projeto prevê a destinação de aproximadamente US\$ 157,4 milhões (cerca de R\$ 824 milhões) para o fortalecimento das Redes Regionais de Atenção à Saúde. Entre as ações previstas estão a modernização da infraestrutura, a ampliação do acesso aos serviços, a transformação digital do sistema e a construção de um hospital geral nas proximidades de Itapeitinga.

Por fim, o projeto autoriza a contratação de até US\$ 970 milhões (mais de R\$ 5 bilhões) para a reestruturação da dívida estadual. Segundo o Governo, a medida tem como objetivo substituir contratos com custos mais elevados por novas operações com condições mais favoráveis.

Com 33,6 milhões de eleitores, SP se prepara para as eleições

Divulgação TRE-SP

O estado de São Paulo, que concentra o maior colégio eleitoral do país, já iniciou a articulação para as Eleições 2026. Com mais de 33,6 milhões de eleitores aptos a votar, o estado deve ter papel central na organização do pleito nacional.

O tema foi discutido nesta terça-feira (24), em Brasília, durante reunião entre o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), desembargador Encinas Manfré, a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, e dirigentes de outros Tribunais Regionais Eleitorais.

O encontro, na sede do TSE, teve como foco os preparativos para as eleições do próximo ano e o alinhamento de estratégias entre os tribunais, além de outros temas ligados à Justiça Eleitoral.

A antecipação das discussões



Manfré se reuniu com a presidente do TSE, Cármen Lúcia

reflete o desafio logístico, especialmente em estados com grande número de eleitores, como São Paulo, que envolve desde a distribuição de urnas até a gestão de locais de votação.

No estado, os mais de 33,6 milhões de eleitores devem com-

parecer às urnas em 4 de outubro, no primeiro turno.

A quantidade de cargos e o volume de eleitores colocam São Paulo como um dos principais focos da Justiça Eleitoral na preparação do pleito, pelo impacto direto nos resultados nacionais.

Estado libera 1.850 moradias para policiais

O Governo de São Paulo liberou as primeiras 1.850 unidades do programa Moradia Segura, voltado a policiais, em meio a uma demanda que já supera 39 mil inscritos no estado. A nova etapa foi anunciada na terça-feira (24) e marca o início da distribuição de moradias e crédito habitacional para agentes de segurança pública.

Do total, são 1.250 unidades habitacionais e 600 cartas de crédito de até R\$ 250 mil, que poderão ser usadas na compra de imóveis. A iniciativa contempla policiais civis, militares, técnico-científicos e penais que atendam aos critérios do programa.

A diferença entre o número de beneficiados e a quantidade de inscritos evidencia o desafio de atender à demanda por moradia entre os profissionais da segurança. Segundo dados do

governo, mais de 39 mil famílias se cadastraram no programa, sendo a maioria da Polícia Militar.

As unidades serão distribuídas entre a capital e 67 municípios do interior. Na cidade de São Paulo, estão previstas 350 moradias, enquanto as demais serão construídas em regiões como Campinas, Ribeirão Preto, Sorocaba e São José do Rio Preto.

O programa prevê financiamento com juros zero para famílias de menor renda e taxas reduzidas para outras faixas, com parcelas limitadas a uma parte da renda mensal.

Criado em 2024, o Moradia Segura busca ampliar o acesso à casa própria para agentes de segurança, mas ainda enfrenta o desafio de atender a um contingente elevado de interessados em todo o estado.

FecomercioSP critica multa no comércio exterior e pede revisão

Para entidade, medida pode pesar mais sobre pequenas empresas do que sobre grandes operações

A nova regra de penalidades no comércio exterior passou a preocupar o setor produtivo por, na prática, poder pesar mais sobre pequenas empresas do que sobre grandes operações. O alerta foi levado pela FecomercioSP à Receita Federal do Brasil, em reunião realizada nesta terça-feira (24), em Brasília.

A mudança foi introduzida pela Lei Complementar 227/2026, que alterou o regime de penalidades ao extinguir a multa de 1% sobre o valor aduaneiro por erros ou omissões na declaração de importação. Em seu lugar, passou a valer um modelo com valores fixos e pisos mínimos elevados, o que, segundo a entidade, pode distorcer a lógica de proporcionalidade e ampliar desigualdades entre operadores.

Na avaliação da federação, o novo formato cria um efeito regressivo, com impacto mais significativo sobre operações de menor porte. Um exemplo cita-

do ilustra essa diferença: em uma transação de R\$ 50 mil, a multa mínima de R\$ 10 mil pode representar 20% do valor da operação. Já em negócios de R\$ 2 milhões, a penalidade máxima de R\$ 20 mil equivale a apenas 1%.

Esse descompasso, segundo a entidade, atinge principalmente micro e pequenas empresas, que já enfrentam mais dificuldades para acessar o comércio internacional, seja por custos logísticos, burocracia ou falta de escala. Na prática, a nova regra pode reforçar um cenário de concentração, em que grandes companhias seguem operando com mais facilidade, enquanto empresas menores enfrentam barreiras adicionais.

Outro ponto de preocupação é a subjetividade da legislação. A presença de conceitos considerados abertos pode ampliar margens de interpretação e transformar erros formais em sanções elevadas, aumentando o risco ju-

rídico e o custo de conformidade. Para empresas com menor estrutura, isso pode significar a necessidade de mais investimento em assessoria especializada ou até a desistência de operar no comércio exterior.

Durante a reunião com a Receita, representantes da FecomercioSP defenderam ajustes na regulamentação para garantir maior previsibilidade e proporcionalidade. Entre as propostas apresentadas estão a redução do piso das multas, a criação de mecanismos de orientação prévia aos contribuintes e a diferenciação entre erro administrativo e conduta fraudulenta.

A entidade também sugeriu a adoção de práticas de conformidade cooperativa, com foco em orientação e correção antes da aplicação de penalidades mais severas. A avaliação é de que o modelo atual, se mantido sem ajustes, pode funcionar como uma barreira de entrada, especialmen-

te para quem tenta iniciar operações internacionais.

O encontro reuniu representantes da Receita Federal e integrantes do Conselho de Relações Internacionais da FecomercioSP, além de especialistas da área aduaneira. Do lado do órgão federal, houve sinalização de abertura para o diálogo e reconhecimento de que a regulamentação ainda pode ser aprimorada com contribuições técnicas do setor produtivo.

A discussão ocorre em um momento em que o Brasil busca ampliar sua presença no comércio internacional e diversificar o perfil das empresas exportadoras. Hoje, as operações ainda estão concentradas em grandes grupos, o que limita a participação de pequenos negócios e reduz o potencial de expansão da base exportadora.

Nesse contexto, o desenho das regras tributárias e aduaneiras passa a ter papel decisivo. Para

a FecomercioSP, penalidades desproporcionais podem desestimular a formalização e afastar empresas do mercado externo, indo na contramão de políticas que buscam ampliar a competitividade do país.

Mais do que questionar a existência de sanções, a entidade defende que o sistema seja calibrado para punir irregularidades sem inviabilizar operações regulares. O desafio, segundo a federação, está em equilibrar fiscalização e estímulo econômico, garantindo segurança jurídica e condições mais equitativas para empresas de diferentes portes.

Na avaliação da entidade, o avanço da regulamentação será determinante para medir os efeitos práticos da nova regra. A expectativa é que o diálogo com a Receita permita ajustes que evitem distorções e reduzam impactos desproporcionais sobre empresas de menor porte. O tema pode seguir em debate.



Federação enfatiza subjetividade da legislação e consequências para o operador de menor porte

Forças de Segurança receberão R\$ 161,5 milhões para viaturas, armas e tecnologia

O Governo de São Paulo anunciou um pacote de R\$ 161,5 milhões em investimentos em segurança pública, com a entrega de viaturas, armamentos e equipamentos para as polícias Civil, Militar e o Corpo de Bombeiros. A ação marca a primeira etapa de aportes previstos para 2026.

A entrega foi realizada nesta terça-feira (24), na capital, e inclui 258 viaturas, entre motocicletas, SUVs, caminhonetes e veículos de resgate. A maior parte foi destinada à Polícia Militar, que recebeu 231 unidades, além de 15 mil coletes balísticos. Já o Corpo de Bombeiros recebeu 27 viaturas e 715 equipamentos de proteção respiratória para atuação em ocorrências de alto risco.

Para a Polícia Civil, foram distribuídas 1,5 mil pistolas. O

pacote também inclui reforço tecnológico: 1,2 mil câmeras de leitura automática de placas e reconhecimento de pessoas procuradas, que serão integradas ao sistema Muralha Paulista e acoopladas às viaturas. A proposta é ampliar a identificação de veículos irregulares e suspeitos em tempo real.

Segundo o governo, novas entregas devem ocorrer nos próximos meses. A previsão é de mais 1.173 viaturas até o fim do ciclo, com investimento adicional em armamentos e equipamentos que pode chegar a R\$ 222 milhões.

Os equipamentos serão distribuídos entre a capital, região metropolitana e cidades do interior, como Campinas, Ribeirão Preto, Santos e Sorocaba. A ampliação da estrutura ocorre em meio a



Verba será distribuída para capital, Grande São Paulo e interior

uma estratégia que combina reforço operacional e uso de tecnologia no policiamento.

Além das entregas, o governo também anunciou medidas voltadas às carreiras policiais. Entre

elas, o pagamento de R\$ 609 milhões em bonificação por resultados referente a 2025 e propostas de reajuste salarial de 10% para as categorias. Projetos enviados à Assembleia Legislativa preveem

ainda mudanças nos planos de carreira, com novas regras para promoções e progressão funcional.

No caso da Polícia Civil, a proposta prevê critérios mais técnicos para avanço na carreira, como desempenho e qualificação. Já na Polícia Militar, as mudanças incluem reorganização de quadros e ajustes nas regras de promoção.

O pacote combina aumento de frota, modernização tecnológica e revisão de carreiras, em uma tentativa de ampliar a capacidade operacional das forças de segurança no estado.

O pacote combina aumento de frota, modernização tecnológica e revisão de carreiras, em uma tentativa de ampliar a capacidade operacional.

CORREIO PAULISTANO

Divulgação/Prefeitura de SP



Recursos são provenientes do Tesouro Municipal

Prefeitura de SP amplia frota da GCM e reforça armamento

A Prefeitura de SP apresentou, nesta quarta-feira (25), parte de um pacote de investimentos de R\$ 18,7 milhões voltado à Guarda Civil Metropolitana (GCM). A entrega incluiu 50 motocicletas (de um total de 100 previstas), além de 2.065 armas e outros equipamentos operacionais. Entre os itens estão espingardas calibre 12, pistolas 9 mm, munições e dispositivos não letais. Também foram adquiridos equipamentos para atuação em áreas ambientais, como embarcação, motos aquáticas, botes salva-vidas e coletes. Segundo a administração municipal, a medida busca ampliar a capacidade operacional da corporação em patrulhamento urbano e ações em regiões de mananciais. As motocicletas serão para operações táticas.

Câmara na rua: CEU Jaçanã

O projeto Câmara na Rua, iniciativa da Câmara Municipal de São Paulo que reúne educação política e participação popular, estará no CEU Jaçanã, zona norte da capital, neste sábado (28/03), a partir das 9h00. A primeira edição de 2026 levará a Feira Interativa com setores do Legislativo paulistano e a Tribuna Popular, que permite a livre expressão dos moradores diante dos vereadores. O evento terá uma Oficina de Participação Cidadã.

Divulgação/Câmara de SP



Vereador Major Palumbo (PP) representou a Câmara

Fundo Social de São Paulo 58 anos

Na última segunda-feira (23), os 58 anos do Fundo Social de São Paulo foram celebrados em evento realizado no Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo paulista, no bairro do Morumbi. O Fundo atua na promoção da autonomia e geração de renda para pessoas em situação de vulnerabilidade. A cerimônia também marcou a entrega de 350 veículos aos Fundos Sociais Municipais. Integrante da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Paulo, o vereador Major Palumbo (PP) representou o legislativo paulistano durante a cerimônia.

Senador Alexandre Luiz Giordano

O senador Alexandre Luiz Giordano (Podemos) foi abordado pela Polícia Militar na manhã de segunda-feira (23), na Zona Norte de São Paulo, ao dirigir um carro sem placas. Segundo a corporação, ele se recusou a apresentar documentos e deixou o local. O veículo foi localizado depois, e a CNH estava vencida. Foram registradas infrações, e o parlamentar foi liberado.

Imigrantes I

A Prefeitura de São Paulo abriu inscrições para o curso gratuito de Português para Imigrantes, voltado a jovens a partir de 16 anos matriculados na rede municipal e seus familiares. A iniciativa oferece aulas de português em níveis básico, intermediário e avançado, em escolas da capital por professores treinados.

Imigrantes II

O programa busca facilitar a inclusão social, o acesso ao mercado de trabalho e a regularização migratória. A participação não exige documentação ou status migratório regular, o que amplia o alcance da ação. As matrículas ficam abertas ao longo de todo o ano, e as aulas ocorrem em diferentes regiões.

Relógios de luxo I

A Corregedoria da Polícia Civil de SP investiga o desaparecimento de 12 relógios de luxo das dependências do Instituto de Criminalística, na Zona Oeste da capital. As peças, avaliadas em mais de R\$ 1 milhão. O caso é tratado como furto ou peculato. A Corregedoria abriu inquérito e solicitou imagens de câmeras.

Relógios de luxo II

Os itens foram recolhidos em setembro do ano passado durante uma apuração sobre receptação conduzida pelo 35º Distrito Policial, no Jabaquara. O envio ao Instituto de Criminalística ocorreu apenas meses depois, em março. O sumiço teria sido registrado no mesmo dia da chegada ao local, em um setor com acesso restrito.

Carros de luxo I

O Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic) apreendeu 14 veículos de alto padrão durante uma operação realizada na terça-feira (24), na cidade de SP. Os automóveis foram recolhidos em endereços residenciais e comerciais ligados a investigados, durante mandados de busca e apreensão.

Carros de luxo II

A ação faz parte de uma investigação que apura um golpe aplicado em 2025 contra uma empresa do setor de importação. Entre os veículos apreendidos estão modelos esportivos e de luxo de diferentes marcas internacionais. Além dos veículos, foram apreendidos relógios, joias, computadores e duas armas.



Na pauta legislativa, segurança em locais públicos

Câmara discute itens contra violência

Colegiado analisa projetos sobre segurança e inclusão urbana

Da Redação

gue para análise em plenário.

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo se reuniu nesta quarta-feira (25) para analisar itens da pauta legislativa, incluindo propostas voltadas à segurança em espaços de lazer e à inclusão de pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) em áreas públicas e privadas de grande circulação.

Entre os projetos aprovados pelo colegiado está o PL 16/2023, que trata de medidas de enfrentamento à violência sexual contra mulheres em ambientes de lazer noturno.

Aprimoramento

A proposta prevê o aprimoramento de protocolos de atendimento em casos de risco, incluindo a possibilidade de acompanhamento da vítima até um meio de transporte seguro.

A iniciativa também busca reforçar mecanismos já existentes, que são voltados à orientação e proteção em bares, restaurantes e casas noturnas.

Durante a discussão, foi destacado que ações semelhantes já vêm sendo implementadas por meio de políticas públicas em âmbito estadual e municipal, com fiscalização e orientação a estabelecimentos. Ainda assim, o projeto foi considerado relevante pelos parlamentares e se-

Espaços para TEA

Outro texto que avançou foi o PL 51/2023, que propõe a criação de espaços adaptados para pessoas com TEA em locais como aeroportos, terminais de transporte, arenas e estádios. A justificativa da proposta aponta que esses ambientes, geralmente marcados por grande fluxo de pessoas e altos níveis de ruído, podem gerar desconforto e dificuldades para indivíduos com o transtorno, demandando áreas específicas para acolhimento.

Audiência pública

Além dos projetos de lei, os vereadores aprovaram um requerimento para a realização de audiência pública sobre a possível mudança de nome da Rua Peixoto Gomide, na região central da capital, para Rua Sofia Gomide. A proposta já passou por votação em primeiro turno no plenário da Câmara, mas ainda não há data definida para o debate com a população.

A reunião foi conduzida pelo vice-presidente da comissão de Política Urbana e Meio Ambiente, vereador Fabio Riva (MDB), e contou com a participação de outros parlamentares integrantes do colegiado. Ao todo, foram analisados sete itens e um requerimento apresentado no início da sessão.

Justiça retoma processo da ANEEL sobre concessão da Enel em SP

Decisão libera tramitação sobre falhas no serviço e possível perda da concessão

A Justiça Federal em Brasília revogou a liminar que suspendia o andamento do processo administrativo conduzido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) contra a Enel São Paulo, permitindo a retomada imediata da tramitação.

O procedimento avalia a prestação de serviços da concessionária e pode resultar, ao final, na caducidade da concessão de distribuição de energia elétrica Região metropolitana de SP.

A decisão judicial restabelece a análise técnica e regulatória do caso, que investiga o cumprimento de obrigações contratuais da Enel e indicadores de desempenho da empresa, especialmente diante de episódios recentes de interrupção no fornecimento de energia. A caducidade, prevista em contrato, é a penalidade mais severa e pode implicar a perda do direito de operar o serviço na Grande SP.

Ao derrubar a suspensão, a Justiça Federal entendeu que não houve irregularidades no andamento do processo administrativo e que foram respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa. Também foi destacado que não houve deliberação final por parte da diretoria colegiada da agência reguladora, o que reforça o caráter ainda em curso da apuração.

Outro ponto considerado na decisão foi a inclusão de eventos



Reprodução

Pedido de encerramento do contrato ganhou força após o apagão registrado em dezembro

climáticos recentes como parte da análise. Segundo o entendimento judicial, esses episódios podem servir como parâmetro para avaliar, na prática, a capacidade de resposta da concessionária, sem configurar desvio de finalidade no processo.

O Correio da Manhã publicou nos últimos dias que o Ministério Público Federal (MPF) também se manifestou contra a tentativa da Enel de interromper o andamento da apuração. Em parecer enviado à Justiça Federal, o órgão defendeu a conti-

nuidade do processo e apontou risco ao interesse público caso a investigação seja suspensa.

Posicionamento

O posicionamento do MPF foi apresentado no âmbito de um mandado de segurança movido pela concessionária, que buscava anular atos do processo administrativo e tentava impedir o avanço da análise dentro da ANEEL. A empresa também tentava suspender os efeitos de manifestações já registradas em todo o procedimento.

No documento, o Ministério Público argumenta que a interrupção da apuração pode gerar prejuízos à população, especialmente diante de indícios de falhas na prestação do serviço. Entre os pontos citados estão a demora no restabelecimento de energia após interrupções, principalmente em eventos climáticos extremos, além de elevados tempos de atendimento e recorrência de falhas prolongadas.

O órgão também destacou que ainda há etapas a serem cumpridas no âmbito admi-

nistrativo e que a tentativa de judicialização antecipada pode comprometer o andamento regular do processo. Segundo o parecer, algumas decisões individuais dentro da agência reguladora não representam o resultado final, que depende de deliberação colegiada.

Suspender investigação

Outro argumento apresentado é o chamado “perigo da demora reverso”. Para o MPF, suspender a investigação pode manter a população exposta a um serviço considerado inadequado, com possíveis impactos na rotina, na segurança e em atividades econômicas.

Além disso, o Ministério Público sugeriu que o caso seja remetido à Justiça Federal em São Paulo, onde já tramita uma ação civil pública relacionada ao tema. A medida, segundo o órgão, evitaria decisões conflitantes e permitiria uma análise conjunta das questões envolvendo o contrato da concessionária.

Ministério Público

A manifestação do MPF acompanha posicionamentos já apresentados por entes públicos que defendem a continuidade da apuração até sua conclusão. O processo segue em análise na ANEEL e ainda não há decisão final sobre eventuais sanções ou medidas a serem adotadas.

Comissão do Jockey escuta arquiteta sobre denúncia

Douglas Ferreira | REDE CÂMARA SP

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga o Jockey Club de São Paulo ouviu, nesta terça-feira (24), a arquiteta Ana Marta Ditolve, diretora da Ambiência Arquitetura e Restauro.

O colegiado apura possíveis irregularidades fiscais e imobiliárias, além da gestão de débitos, uso de potencial construtivo e eventual omissão de órgãos.

A empresa foi mencionada em reportagens que indicam a realização de quatro projetos de restauração no local, com valores estimados em cerca de R\$ 1 milhão. Durante o depoimento, Ditolve afirmou que mantém relação profissional com o Jockey há cerca de uma década, mas sem contrato direto com instituição.

Segundo ela, os serviços foram executados para empresas locatárias de espaços dentro do complexo ou vinculados a projetos financiados por incentivos culturais. A arquiteta



Colegiado investiga regularidade fiscal e imobiliária

também declarou não ter firmado contrato formal para a elaboração de projetos no Hipódromo Cidade Jardim e negou ter recebido valores.

A depoente afirmou que tentou contato com o Jockey Club para esclarecer informações, sem retorno, e se comprometeu a apresentar à CPI

registros dessas tentativas.

Vereadores avaliaram a possibilidade de uso indevido do nome da profissional e sugeriram medidas para apuração policial e eventual registro de ocorrência. Os parlamentares aprovaram a prorrogação dos trabalhos da CPI por mais 120 dias.

Finanças terá debate sobre jornada 6x1

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo aprovou, nesta quarta-feira (25), a realização de uma audiência pública para discutir os impactos da escala de trabalho 6x1 na capital. A reunião analisou cerca de 20 itens, entre projetos de lei e requerimentos voltados a diferentes áreas da administração pública.

O pedido de audiência foi apresentado pela vereadora Keit Lima (PSOL) e propõe um debate sobre os efeitos desse modelo de jornada no orçamento municipal da capital. Estudos mencionados no documento indicam que cargas de trabalho prolongadas podem estar associadas ao aumento de exaustão entre trabalhadores, com possíveis reflexos em gastos públicos, especialmente em saúde mental e afastamentos por questões psicológicas também.

Durante a reunião, vereadores também destacaram a influência do tempo de deslocamento na rotina dos trabalhadores da cidade. A avaliação é que longos períodos de transporte, somados à jornada de trabalho, impactam diretamente a qualidade de vida da população e devem ser considerados na discussão.

Outro requerimento aprovado solicita informações à Secretaria Municipal de Esportes sobre o cronograma de ações voltadas à prática esportiva para pessoas idosas, além de esclarecimentos sobre eventuais mudanças no financiamento dessas políticas.

A comissão ainda deu parecer favorável a projetos de lei, incluindo proposta que autoriza convênio para aquisição de tornozeleiras eletrônicas em casos de violência doméstica e outra que prevê novas estratégias de combate ao mosquito Aedes aegypti.

CORREIO GRANDE SP

Warley Kenji - Comunicação/PMG



Municípios podem dar sugestões online até dia 17

Participação popular para a revisão do Plano Diretor

Até o dia 17 de abril a participação dos municípios de Guararema está aberta para a revisão do Plano Diretor Municipal por meio dos canais digitais. Os moradores podem enviar sugestões por um formulário online ou email oficial. A etapa da escuta ativa permite que a população colabore diretamente com o planejamento e o crescimento da cidade para os próximos 10 anos. As propostas fundamentam estudos técnicos e futuras audiências públicas previstas para acontecer nos próximos meses. Os interessados em contribuir devem acessar o site oficial do plano diretor da cidade. Lá estão disponíveis o formulário via Google Forms e o modelo em PDF, que deve ser baixado caso o envio das ideias seja por email.

A iniciativa ouve os moradores

Para participar por e-mail, é necessário baixar o formulário em PDF, preenchê-lo e enviá-lo para planodiretor@guararema.sp.gov.br, com o assunto "Contribuição popular – Revisão do Plano Diretor de Guararema (2026)". As sugestões devem seguir quatro eixos: território, meio ambiente e infraestrutura; políticas sociais; mobilidade e segurança; e economia, emprego e turismo. A iniciativa ouve a necessidade dos moradores e as transforma.

Divulgação/José Trajano e Alan Santos



Nova unidade do CID na cidade de Osasco

Novo Centro de Inclusão Digital

Osasco inaugura, com a presença de Gerson Pessoa, o Prefeito da cidade e do vice Lau Alencar um novo Centro de Inclusão Digital (CID) CAOR, resultado de uma parceria com a Associação Solidária Cruz Azul. A unidade está localizada na Avenida Analice Sakatauskas, no Bela Vista e integra a rede de 12 CIDs distribuídos pela cidade. Além disso, o espaço oferece cursos de informática básica, com carga horária de 45 horas e certificado de conclusão. Também estão disponíveis oficinas de Inteligência Artificial (IA), com duração de quatro horas.

Permite jovens e idosos explorarem

O centro funcionará como um recurso que permite jovens e idosos explorarem novos universos, incluindo a população no ambiente digital. Essa inauguração é uma forma de inclusão social que fortalece as famílias. As inscrições podem ser feitas no Portal do Trabalhador, diretamente no CID ou pela plataforma Osasco Digital. A idade mínima para o acesso é 14 anos.

Mogi I

A prefeitura de Mogi das Cruzes, por meio da Secretaria Municipal da Saúde e Bem-Estar, inicia a campanha de vacinação contra a influenza com uma mobilização para ampliar o acesso da população e garantir a proteção. No próximo sábado (28), todas as Unidades de Saúde da Família (USFs) terão imunização,

Mogi II

A vacinação segue a partir de segunda-feira (30) nas UBSs e USFs, das 8h às 16h, ou até 18h em unidades com horário estendido. A meta é imunizar 90% do público prioritário. A campanha atende crianças, idosos, gestantes e outros grupos. É necessário apresentar documentos e, no caso de crianças, a caderneta.

Poá I

Começa nesta quinta-feira (26) a programação especial pelos 77 anos de emancipação político-administrativa de Poá. Acontecerá na cidade um desfile cívico e, após ele, o corte de um bolo na Praça da Bíblia. Até domingo (29), grandes atrações nacionais se apresentarão na Poá Fest, comemorando a data.

Poá II

A agenda inclui shows da Ana Castela e do Grupo Menos é Mais, além de atividades infantis e culturais. Além disso, também ocorrerá a entrega do novo Centro da Melhor Idade e a Corrida de Aniversário. A entrada para os shows será solidária, com doação de alimentos destinados a famílias em situação de vulnerabilidade no município.

Guarulhos I

A Prefeitura de Guarulhos realizará, no dia 11 de abril, a 9ª Conferência Municipal de Cultura, no CEU Ponte Alta, das 8h às 18h. Com o tema "Guarulhos: Democracia e Direito à Cultura", o evento reúne poder público e sociedade civil para debater políticas culturais e avaliar o Plano Municipal de Cultura.

Guarulhos II

A programação conta com a eleição de representantes para o Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), com 18 titulares e 18 suplentes. É a primeira vez que divulgação destaca os nove segmentos da sociedade civil, como artes, música, hip-hop e patrimônio. As inscrições são pelo site da Prefeitura e vão até 2 de abril.



Ação vai oferecer vários serviços gratuitos neste sábado

Evento
“Cadastro em Ação” em São Bernardo

Acesso à políticas públicas para pessoas em vulnerabilidade

Da Redação

A Prefeitura de São Bernardo promove, neste sábado (28), o evento “Cadastro em Ação”, que celebra os 25 anos do Cadastro Único (CadÚnico), ferramenta do Governo Federal que é responsável por identificar e caracterizar famílias de baixa renda em todo o país. A ação será realizada no estacionamento da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, na região central da cidade e vai oferecer diversos serviços gratuitos voltados à população.

Durante o evento, os moradores poderão atualizar seus dados cadastrais, esclarecer dúvidas e receber orientações sobre o sistema, além de participar de atividades que serão voltadas ao bem-estar. A iniciativa é realizada em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e tem como objetivo reforçar a importância do cadastro para o acesso a políticas públicas e programas sociais destinados à população em situação de vulnerabilidade.

De acordo com o secretário municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, Henrique Kabeça, o trabalho das equipes é fundamental para garantir que a população tenha acesso às informações e consiga manter seus dados atualizados. “O CadÚnico é indispensável para que famílias

em situação de vulnerabilidade tenham acesso aos programas sociais”, destacou o secretário, ressaltando a importância da atualização cadastral para a continuidade dos benefícios.

Por meio do cadastro, o Governo Federal realiza uma seleção de beneficiários para alguns programas como Bolsa Família, Pé-de-Meia, Tarifa Social de Energia Elétrica, Auxílio Gás e Minha Casa Minha Vida, entre outros benefícios voltados à população de baixa renda. O sistema funciona como uma porta de entrada para diversas políticas públicas e é essencial para a garantia de direitos.

Em São Bernardo, o processo obrigatório de atualização cadastral em 2025 envolveu 23.717 famílias. Desse total, 7.023 ainda apresentavam pendências, o que reforça a necessidade de ações de orientação, atendimento e regularização dos dados. Além de iniciativas como o evento deste sábado, a Prefeitura mantém atendimento permanente para acolhimento, orientação e atualização do cadastro.

O serviço é realizado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e também na sede do CadÚnico, inaugurada na região central, ao lado da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania. O atendimento ocorre de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, garantindo suporte contínuo às famílias.

Câmara de Carapicuíba aprova uma série de requerimentos

Sessões também tiveram projetos de lei e indicações, focadas em melhorias

A Câmara Municipal de Carapicuíba aprovou diversas proposições durante as 7ª e 8ª Sessões Ordinárias de 2026, realizadas na terça-feira (24). Entre os destaques estão requerimentos com cobranças ao Executivo, projetos de lei e indicações voltadas a demandas da população.

Entre os requerimentos, o nº 44/2026, de autoria do vereador José Carlos Adão (PSD), solicita informações sobre um terreno localizado na Rua Adolfo Salvo, utilizado para descarte irregular de lixo. O parlamentar pede a identificação dos proprietários e a notificação para limpeza da área. Já o requerimento nº 41/2026, do vereador Serginho Junior (UNIÃO), trata da irregularidade no fornecimento de água da EMEI Antônia Pereira de Magalhães, na Cidade Ariston, com pedido de explicações à Sabesp e vistoria no local.

A vereadora Vanessa Maia (PSDB) também teve dois requerimentos aprovados. O nº 43/2026 cobra a regulamentação da Lei Federal nº 15.326/2026, que inclui professores da Educação Infantil no magistério público da Educação Básica. Segundo a parlamentar, a Prefeitura informou ter acionado o Ministério da Educação, mas, passados mais de 30 dias, não houve retorno, o que gera preocupação quanto ao cumprimento da legislação e aos direitos dos profissionais da área.



Divulgação / CMC

Sessões Ordinárias desta terça-feira (24) na Câmara Municipal de Carapicuíba

Já o requerimento nº 42/2026 solicita informações sobre a aplicação da Lei Complementar Federal, conhecida como “Lei do Descongela”, que restabelece a contagem do tempo de serviço público, impactando diretamente a carreira e a progressão funcional dos servidores municipais.

As indicações feitas

Os vereadores apresentaram indicações voltadas principalmente à infraestrutura urbana e à prestação de serviços. Álvaro Abílio (UNIÃO) solicitou o cer-

camento da Praça São Judas, no Jardim Daniel, além de reparos em brinquedos e poda de árvores. Arlen Santos (PODE) pediu o recapeamento da Rua São Philippe, na Vila Freitas.

Bruno Marino (PODE) solicitou a regularização da coleta de lixo na Avenida Inocêncio Seráfico. Davson Santos (PSDB) pediu melhorias na quadra poliesportiva da Vila Cristina. Denise Alexandre (PL) indicou a realização de estudo para implantação de lombofaixa na mesma avenida.

Dr. João Naves (PSD) soli-

citou a instalação de placas de identificação no Jardim Angélica. Fabinho Reis (PSD) cobrou a conclusão do recapeamento em ruas das vilas Cristina e Veloso. Fabricio Souza (Republicanos) pediu a remarcação da sinalização na Vila Diva. Nil do Ariston (UNIÃO) solicitou um tapa-buraco na Comunidade do Dema.

Professor Ladenilson (MDB) pediu esclarecimentos sobre o cancelamento do espetáculo “A Paixão de Cristo” e sugeriu sua inclusão no orçamento de 2027. Zezinho Considerado (MDB)

propôs a implantação de sistema de controle de presença escolar por reconhecimento facial. José Carlos Adão (PSD) solicitou a limpeza de terreno na Vila Mercês. Serginho Junior (UNIÃO) pediu a revitalização de um ponto de ônibus, enquanto Vanessa Maia (PSDB) solicitou também a revitalização de uma praça localizada na Vila Caldas.

Os Projetos de Lei

Foram aprovados dois projetos de lei. O primeiro, de autoria do vereador Arlen Santos, torna obrigatória a instalação de dispositivos de proteção em motores de sucção de piscinas, com o objetivo de prevenir acidentes e garantir mais segurança aos usuários desses espaços. O segundo, do vereador Professor Ladenilson, institui o programa “Inspirações Carapicuibanas”, que prevê a criação de um banco público de referências femininas no município, buscando incentivar a participação de mulheres em diferentes áreas e aumentar sua presença em eventos, iniciativas e projetos públicos e debates.

A Moção apresentada

Também foi aprovada a Moção nº 16/2026, que homenageia os organizadores do projeto “Jogada de Ouro 60+”, iniciativa voltada à promoção do esporte e da qualidade de vida para a população idosa de Carapicuíba.

Funcionamento do IFSP Cotia foi autorizado

Divulgação/Prefeitura de Cotia

O Ministério da Educação (MEC) autorizou o funcionamento do Instituto Federal de Cotia, junto com outros 37 campi espalhados pelo Brasil. Segundo o MEC, a autorização para o início das atividades dos novos campi focam na interiorização da oferta de educação profissional e tecnológica (Conif).

O espaço ficou apto após análise técnica do ministério, que verificou as condições adequadas da infraestrutura, organização administrativa e capacidade acadêmica.

IFSP Cotia

O campus tem capacidade para atender três mil alunos. A instalação aconteceu por meio de uma parceria entre o Governo Federal, que adquiriu o prédio por R\$41,5 Milhões, e a Prefeitura de Cotia, que entrou com o



Cursos têm como foco o desenvolvimento sustentável

mobiliário.

Os cursos ofertados têm como foco o desenvolvimento sustentável. Segundo a diretora-geral da unidade, Lúcia Collet, a oferta será organizada em dois eixos tecnológicos: Controle e Processos Industriais e Produção

Industrial. No primeiro, estão previstos os cursos técnicos em Automação Industrial e Sistemas de Energia Renovável. Já no segundo, serão oferecidos os cursos técnicos em Química e Biotecnologia. A licenciatura em Matemática também é prevista.

Prefeitura nega alvará de clube em Alphaville

A Prefeitura de Santana de Parnaíba negou o pedido de alvará para a construção do Ocean Club, empreendimento de clube de surfe com ondas artificiais, previsto para Alphaville, na Grande São Paulo.

Segundo a Órgão, o motivo para o indeferimento foi a falta de Certidões de Diretrizes aprovadas, documento obrigatório para projetos de grande porte. Sem ele, o processo de licenciamento não avança.

Porém, mesmo sem o alvará, o projeto segue com vendas abertas e divulgação nas redes. Com valores de títulos a partir de R\$300 mil, a inauguração está prevista para dezembro de 2028.

Especialistas em direito imobiliário dizem que a venda de títulos com o projeto parado por indeferimento é irregular. Ou seja, não é permitido cobrar

qualquer valor antes do registro do empreendimento e da aprovação urbanística. A realização de um cadastro de interessados pode ser feita, mas a cobrança de valores, não.

O projeto deve ser construído em uma área com nascentes e trechos de Área de Preservação Permanente (APP), exigindo estudos ambientais para entender como funcionará o empreendimento, o que pode dificultar, sobretudo, a aprovação das Certidões de Diretrizes.

Além disso, moradores criticam e questionam o Ocean Club sobre os impactos ambientais e a legalidade das vendas de títulos do projeto.

Em nota, o Ocean Club afirmou que o projeto está na fase preliminar e que as licenças estão sendo solicitadas com o avanço do empreendimento.



O acometimento das demências entre os idosos cresce: é preciso ouvir e respeitar a vontade de quem sofre com ela, antes que mergulhe no esquecimento total

Ana Carolina Martins

Dados nacionais ajudam a dimensionar o cenário local, revelando que cerca de 8,5% dos brasileiros com 60 anos ou mais vivem com algum tipo de demência, sendo que Alzheimer responde por 50% a 70% desses casos.

Na área da Diretoria Regional de Saúde (DRS) de Campinas, que abrange os 20 municípios da Região Metropolitana de Campinas (RMC), os dados mais recentes apontam que, em 2025, foram registrados 1.766 atendimentos ambulatoriais e 45 hospitalares por Alzheimer.

No ano anterior, 2024, foram 1.999 atendimentos ambulatoriais e 64 hospitalares. A leve redução não indica, necessariamente, queda na incidência da doença, podendo refletir variações em relação ao acesso ao diagnóstico ou registro dos casos.

Impacto humano

Mais do que números, o impacto social e humano por trás é enorme, com contornos de profundo sofrimento não apenas para quem desenvolve a doença, mas também para quem cuida.

As demências, de evolução lenta e irreversível, começam de maneira quase imperceptível: esquecimentos cotidianos, dificuldade de orientação, alterações de comportamento... Com o tempo, comprometem as funções básicas e transformam completamente a dinâmica familiar.

Demanda na RMC

Na RMC, a rede pública de saúde tenta responder a essa demanda crescente por meio da atenção básica e de serviços especializados. Centros de referência do idoso, ambulatórios de geriatria e neurologia desempenham papel central no

Demências: o direito de decidir antes do esquecimento

Pesquisadora propõe que paciente seja protagonista enquanto ainda há lucidez

G.Garitan, CC BY-SA 4.0



Pacientes com demências participam de grupo de estudo e convivência

diagnóstico e acompanhamento, muitos deles vinculados a universidades e hospitais de ensino.

Instituições como o Hospital de Clínicas da Unicamp e ambulatórios municipais estruturam linhas de detecção e cuidado, ainda que a demanda, frequentemente, ultrapasse a capacidade instalada.

Rompendo tabus

É nesse cenário que o trabalho da doutoranda em Bioética e Direitos Humanos pela Universidade de Brasília (UnB), a pesquisadora Nelma Melgaço, autora do livro Plano Avançado de Cuidado para Pacientes com Alzheimer e Outras Demências, recém-lançado em Bra-

sília, ganha relevância.

Sua abordagem apresenta uma perspectiva ainda pouco difundida no Brasil, mas cada vez mais urgente. Nelma defende a necessidade de se discutir e respeitar, nas fases iniciais da doença, as decisões médicas, limites de intervenção e preferências pessoais do paciente.

A proposta rompe um tabu, uma vez que falar sobre o futuro, quando a lucidez ainda está preservada, permite que o próprio paciente participe das escolhas relativas ao seu tratamento, sua qualidade de vida e até decisões a respeito do inevitável fim da vida.

Isso devolve o protagonismo a quem, inevitavelmente, o perderá com o avanço da doença. Para as famílias, esse planejamento reduz conflitos e incertezas em momentos críticos.

“Como sou da área do Direito, tive sempre uma preocupação com o paciente idoso, no que tange aos seus direitos, à sua autonomia e cuidados na área da saúde. Isso se reforçou agora que meus pais são 80+”, explica a pesquisadora.

Na publicação, Nelma revela como é possível assegurar a autonomia do paciente com demência. Por exemplo, no Alzheimer, há uma janela temporal de 10 anos entre o diagnóstico e a perda total da capacidade de decisão.

“Então, podemos construir um plano de cuidados juntos, respeitando a vontade de quem está sofrendo. Isso garante simetria entre quem cuida e quem é cuidado, dentro dos valores e sendo respeitado e suas decisões”, defende.

Transformação social

O avanço do Alzheimer não pode ser compreendido apenas como uma estatística epidemiológica. Ele revela a transformação social profunda em um contexto de famílias que assumem papéis para os quais não foram preparadas e sistemas de saúde pressionados a se reorganizar.

Porque o Alzheimer não afeta apenas quem adoece. Ele atravessa famílias inteiras, reconfigura vínculos e exige da sociedade o desenvolvimento de competências mesmo quando a memória já não responde.

Victor Corrêa*

Quando a idade vira exclusão

Fátima trabalha desde os 18 anos. Hoje, tem 58 recém-completados. Em uma ironia nada feliz, ganhou de presente uma demissão.

Estava na mesma empresa havia cerca de dez anos. Cumpria bem suas funções, era comprometida. Ainda assim, foi demitida.

O etarismo, a discriminação baseada na idade, falou alto enquanto ela assinava os papéis de rescisão. Fátima tem contatos, tem experiência, tem história. Mas, desta vez, nada parece suficiente.

Ao longo da vida, precisou se adaptar muitas vezes, principalmente à tecnologia. Seguindo o conselho de uma amiga, criou um perfil no LinkedIn, rede social voltada a conexões profissionais e busca de emprego.

Não foi simples. Fátima diz que não se reconhece na cultura da performance das redes profissionais.

Hoje, para encontrar um trabalho, não basta mais ter um bom currículo ou um perfil completo. É preciso ser encontrado. Nesse ambiente, quem faz esse encontro não são pessoas, mas sistemas.

O LinkedIn funciona a partir de algoritmos que identificam palavras-chave, frequência de atividade e nível de engajamento. Não é apenas a trajetória profissional que define quem será visto, mas a forma como ela é apresentada dentro da plataforma.

Uma pesquisa recente mostra que cerca de 70% das empresas contrataram um número muito baixo de profissionais com mais de 50 anos; muitas vezes nenhum.

Não é exceção. Há um padrão.

Diante desse cenário, muitos profissionais passam a recorrer às redes sociais para não desaparecer. O que poderia funcionar como ponte se transforma em mais uma fonte de desgaste: a necessidade de se manter relevante no mercado de trabalho.

Nem todo mundo quer transformar a própria trajetória em vitrine para continuar trabalhando.

Fátima observa aquilo tudo e se pergunta como essas pessoas conseguem ter sempre um relato de aprendi-

zado, sucesso ou superação para contar.

A história de Fátima não é exceção. Há uma geração inteira com carreira longa, formação sólida e anos de experiência que, ainda assim, encontra dificuldades para se manter no mercado.

Não falta experiência. Falta espaço para quem tem experiência.

Aos poucos, o que era estabilidade dá lugar ao improviso. Um trabalho aqui, outro ali. Nada contínuo. Nada seguro.

Nesse contexto, a experiência, que deveria abrir portas, muitas vezes passa a fechá-las. O rótulo de “qualificado demais” aparece como justificativa para a exclusão.

Fátima passou a lidar com episódios de ansiedade diante da instabilidade e das sucessivas tentativas frustradas de se recolocar. Com a perda da renda, precisou cancelar o plano de saúde e passou a depender do SUS, enfrentando longas filas.

Ao mesmo tempo, se deparava, no LinkedIn, com uma vitrine constante de histórias de sucesso que pareciam distantes da sua realidade. A comparação, inevitável, pesava.

O Brasil está envelhecendo, como mostram os dados do Censo do IBGE.

E quem hoje tem 30, 40 anos já sabe: vai trabalhar entre os 60 e 65 anos, após a reforma da Previdência de 2019. O problema é que o mercado não parece disposto a manter essas pessoas até lá.

Esse descompasso não é apenas individual. É estrutural e exige políticas públicas que revisem o recrutamento de profissionais seniores e ampliem oportunidades ao longo da vida profissional.

Ignorar esse movimento é empurrar para fora quem ainda está no meio do caminho.

***Jornalista, mestre e doutorando em Políticas Públicas pela Fundação Getulio Vargas**

Márcio Coimbra*

Soberania em Xeque

A soberania de uma nação é tradicionalmente medida pela rigidez de suas fronteiras e pela solidez de suas instituições. No entanto, o cenário contemporâneo impôs ao Brasil um desafio peculiar: uma erosão silenciosa das estruturas de governança promovida pelo crime organizado. Grupos como PCC e Comando Vermelho atravessam uma profunda metamorfose, afastando-se da delinquência comum para consolidar um perigoso modelo de poder paraestatal que se infiltra nas veias do Estado e na economia formal, desafiando as ferramentas jurídicas tradicionais.

Observa-se hoje um processo de camuflagem institucional. Organizações criminosas utilizam a estrutura estatal para expandir seus domínios, gerindo serviços essenciais — como transporte público, coleta de resíduos e até unidades de saúde — para converter verbas públicas em capital de giro ilícito. Controlam municípios em sua totalidade e ampliaram sua atuação para os três poderes e esferas institucionais, infiltrados nos poderes executivo, legislativo e judiciário. Este fenômeno aponta para um risco iminente de “mexicanização. Diante deste cenário, a integridade da democracia é posta em xeque, exigindo análise que transcenda a segurança pública e alcance a defesa nacional.

Essa complexidade agrava-se com a transformação do território nacional em um entreposto logístico global, atraindo redes criminosas internacionais. A convergência entre o narcotráfico doméstico e presença de células terroristas extrarregionais altera a percepção de risco sobre o país. Como confirmado pela Operação Carbono Oculto, grupos internacionais utilizam a capilaridade das facções brasileiras para operações de financiamento e suporte logístico, acredite, conectando o crime urbano às instabilidades do Oriente Médio.

Um pilar central dessa vulnerabilidade é a arquitetura financeira. O Brasil carece de uma lei robusta de triagem de investimentos estrangeiros, similar

ao modelo de economias centrais. A inexistência de filtros que escrutinem “investimentos” mantém as portas abertas para ativos perigosos. Através de engenharias societárias em paraísos fiscais, o capital do crime e do terrorismo é reciclado na economia real, como na infraestrutura, agronegócio, portos, indústria, terras raras, atingindo nossa soberania ao financiar desestabilização institucional, expondo o sistema bancário a graves riscos reputacionais.

É neste vácuo jurídico que surge uma estratégia de defesa contemporânea: a convergência com a classificação de Organização Terrorista Estrangeira (FTO) proposta pelos EUA. Sob a ótica da Realpolitik, o apoio a essa medida não é submissão, mas a adoção de um multiplicador de forças indispensável. Ao integrar PCC e CV a este regime, o Brasil ganha acesso a um arsenal de sanções financeiras e inteligência de alta tecnologia que isoladamente levaria décadas para desenvolver. A classificação retira as facções da zona de conforto do direito penal comum, permitindo que o Estado promova higidez nos capitais empresarial e financeiro.

A verdadeira soberania manifesta-se na capacidade de reconhecer ameaças e buscar alianças que potencializem a autoridade estatal. O apoio à iniciativa americana e a implementação de leis rigorosas de triagem de investimentos são as faces de uma mesma moeda. O enfrentamento ao narcoterrorismo exige um pragmatismo soberano que infelizmente tem faltado ao nosso país.

***CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia. Conselheiro e Diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig). Mestre em Ação Política pela Universidad Rey Juan Carlos (2007). Ex-Diretor da Apex-Brasil e do Senado Federal.**

Leonardo Boff*

A luta do Condor com Touro: colonização versus libertação

Por mais que tenham sido oprimidos e, em grande parte, exterminados, os povos originários de Abya-Yala (nome indígena para a América do Sul) sempre resistiram e alimentaram a esperança de um dia resgatarem sua identidade.

Em razão desta esperança em algumas comunidades andinas dos antigos incas, lá por Portosi, celebra-se, de tempos em tempos, um ritual de grande significação: amarra-se um Condor no dorso de um Touro bravo. Trava-se, diante da multidão, uma luta feroz e dramática, O Touro faz de tudo para se livrar do Condor e este bica-o, incessantemente, até que com suas potentes bicadas extenua e derruba o Touro. Este então, vencido, é comido por todos.

O cristianismo imposto fazia parte do projeto colonial. Tratava-se, na clássica fórmula “dilatara fé e o império”. O cristianismo em geral se mostrou sempre sensível ao pobre, embora com métodos discutíveis, mas foi implacável e etnocêntrico face à alteridade cultural. O outro (o indígena e negro) foi considerado inimigo, pagão e infiel.

Contra ele se moveram “guerras justas” e se lhe leu o requerimiento (um documento em latim lido diante do cacique no qual ele deveria reconhecer o rei como seu soberano e o papa como representante de Deus). Caso não se aceitasse, pois nem entendia o latim, se legitimava o sometimento forçado.

Não devemos jamais esquecer que nossas sociedades sul-americanas estão assentadas sobre grande violência praticada pelo colonialismo que invadiu nossas terras e obrigou-nos a falar e pensar nos moldes do invasor. Sofremos feroz etnocídio indígena com sua quase extinção; o desumano escravismo que reduziu milhões de pessoas a “peças”; a dominação persistente das classes dominantes, egoístas, corruptas e insensíveis face à pobreza de seus semelhantes, negadoras de um projeto nacional que incluísse a todos, só pensando em seus benefícios e privilégios. As desigualdades sociais, as hierarquias discriminatórias e a falta de sentido do bem comum se alimentam ainda hoje deste substrato cultural perverso.

Por isso com espanto ainda recentemente escutamos de autoridades oficiais eclesásticas que a primeira evangelização não foi uma “imposição nem uma alienação”. E que seria “um retrocesso e uma involução” querer resgatar as religiões ancestrais dos povos originários. Hoje após o sínodo Pan-amazônico do Papa Francisco, ao contrário, se insiste neste resgate.

Face a isso não podemos deixar de escutar o reverso da con-

quista e da evangelização imposta, a voz das vítimas que ecoam até os dias de hoje. Testemunha-o os lamentos do profeta maia Chilam Balam de Chumayel:

“Ai! Entristeçamo-nos porque chegram... vieram fazer nossas flores murchar para que somente a sua flor vivesse... vieram castrar o sol”. E sua lamúria continua: “Entre nós se introduziu a tristeza, se introduziu o cristianismo... Esse foi o princípio de nossa miséria, o princípio de nossa escravidão” (cf. M. León-Portilla, El reverso de la conquista, México 1989). Há palavras que mais nos desmoralizam que essas? A boa-nova como tristeza, princípio de escravidão!

Segundo o filósofo e historiador Oswald Splengler (1880-1936) em A Decadência do Ocidente, (1938) a invasão ibérica na América significou o maior genocídio da história humana. A destruição, diz ele, foi da ordem de 90% da população. Dos 22 milhões de astecas em 1519 quando Hernán Cortés penetrou no México, só restou um milhão em 1600. E os sobreviventes no dizer de Jon Sobrino, teólogo assessor do Santo Dom Arnulfo Romero, são povos crucificados que pendem da cruz; missão da Igreja e da cidadania aberta é baixá-los da cruz e fazê-los ressuscitar.

O embate entre o Touro e o Condor significa uma metáfora: Touro é o colonizador espanhol e o Condor o inca do altiplano andino, oprimido. Processa-se uma reversão simbólica: o vencedor de ontem (o Touro) é o vencido de hoje. O vencedor hoje é o Condor. O sonho de liberdade triunfa, pelo menos, simbolicamente.

Nesse contexto, a missão da Igreja é de justiça, não de caridade como foi afirmado, solenemente pelas conferências episcopais de toda a América do Sul, como Medellín, Puebla e Aparecida: reforçar o resgate das culturas ancestrais dos povos originários, com seu espírito que são as tradições, a sabedoria dos pajés e suas religiões. E em seguida estabelecer um diálogo no qual ambos se complementam, se purificam e se evangelizam mutuamente.

Então, como atestam tantos missionários, eles nos evangelizam porque, geralmente são melhores que os cristãos pelo menos não sabem o que é a mentira. Sentem-se a própria natureza e vivem na maior liberdade.

***Leonardo Boff escreve para a revista do ICL LIBERTA (<https://www.revistaliberta.com.br>); escreveu também A nova evangelização: a perspectiva dos pobres Vozes 1990 (www.leonardoboff.org)**

CORREIO POLÍTICO

Instagram/@ronaldocaiado



Tendência é Kassab anunciar Caiado no sábado

Caiado deve ser escolhido no sábado pelo PSD

Como contamos aqui no Correio Político, o governador do Paraná, Ratinho Jr., já estava escolhido o candidato do PSD à Presidência da República. Ratinho Jr. desistiu e surpreendeu o presidente do PSD, Gilberto Kassab. Mas a vida segue. Talvez Kassab, mestre da política, tenha caído numa armadilha com a história dos três candidatos. Seu preferido era Ratinho. Sua escolha de preferência desistiu, e agora Kassab e o PSD têm de optar por dois nomes que não queriam muito. Segundo apurou o Correio Político, a opção já teria sido feita. Kassab deve anunciar no próximo sábado (28) o nome do governador de Goiás, Ronaldo Caiado, como seu candidato à Presidência. É ainda, porém, uma posição extraoficial, uma tendência.

Caiado disputa votos com Flávio

Embora haja a avaliação de que Caiado seja um nome mais à direita que o perfil ideal que Kassab queria, há outros fatores colocados também na fatura. Embora haja informações de que o entorno do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) teria comemorado a desistência de Ratinho Jr. porque o perfil de Caiado o ajudaria na ideia de se apresentar como um Bolsonaro mais moderado, o que chegou de fato ao PSD vai no sentido oposto.

Valter Campanato/Agência Brasil



Leite não aceitaria ser vice de Caiado

Kassab deixou o governo de Tarcísio

Caiado poderia atrapalhar muito Flávio por jogar no mesmo campo dele. Seus votos estão na mesma direita de onde o candidato do PL busca os seus. Somou-se, então, a tudo mais um movimento inesperado. Na tarde de quarta-feira (25), Gilberto Kassab comunicou sua saída da Secretaria de Governo de São Paulo. Assim como a desistência de Ratinho Jr., essa também não era uma decisão antes cogitada. O que, de fato, Kassab pretende com isso, ainda é um mistério. Mas parece estar alinhado a algum projeto eleitoral.

Desejo de disputar

Para disputar algum cargo eletivo, Kassab precisaria se desincompatibilizar até o dia 4 de abril. Qual seria o cargo, vai nas apostas várias que Kassab gosta de fazer. No início do ano, Kassab confidenciou a um interlocutor a sua vontade de disputar algum cargo. Achava que era importante para manter exercitada a sua musculatura política.

POR
RUDOLFO LAGO

Vice?

Por outro lado, ficar no governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos) lhe tolhia movimentos no comando do PSD. Especialmente porque Tarcísio estará ao lado de Flávio Bolsonaro. As muitas especulações só são possíveis num partido que joga em todos os times do Brasileirão da política.

Como?

Kassab entra nas cogitações para ser o candidato a vice de Tarcísio. Ao mesmo tempo, conversa com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que diz preferir que seu vice, Geraldo Alckmin, saia para o Senado em São Paulo. Mas como Kassab poderia vir a ser vice de alguém tendo um projeto presidencial próprio?

Contraponto

Vice de Lula, impossível. Vice de Tarcísio, também, se ele está declaradamente em outro projeto político nacional. Outra especulação que surgiu, então: e se ele viesse a formar uma chapa puro-sangue do PSD com Ronaldo Caiado? A ideia é que Kassab poderia neutralizar um pouco Caiado à direita.

Leite

O governador de Goiás apresentaria sua plataforma mais conservadora, voltada especialmente para questões de segurança pública, e Kassab entraria com o viés político, de conciliador, agregando apoios. Outra possibilidade é Caiado e Eduardo Leite. Mas Leite afirmou que seu “único projeto político” seria ser candidato à Presidência.

Definição

O prazo de desincompatibilização, porém, em 4 de abril começa a determinar os movimentos. Ainda que oficialmente as candidaturas e chapas só sejam oficialmente conhecidas no meio do ano, os projetos começam a ter de sair das alcovas e dos desejos guardados em segredo para ficar mais claros.

Jogo

De qualquer modo, esse é um jogo que terá de começar logo a ser definido. Em uma eleição que promete ser muito disputada entre Lula e Flávio Bolsonaro, qualquer movimento que tire votos de um ou outro será decisivo no final. Se não for capaz de virar o jogo, é esse o papel que Kassab planeja ter.

Reprodução/Instagram



Zettel mudou de advogado em possível estratégia de delação

Zettel se move e pode virar peça-chave

Cunhado e operador de Daniel Vercaro, ele negocia delação

Por Beatriz Matos

A possível delação premiada de Fabiano Zettel, cunhado e braço direito de Daniel Vercaro, inaugura uma nova fase no caso Banco Master, marcada não apenas pelo avanço das negociações com investigadores, mas também pela tentativa de o Congresso assumir protagonismo nas apurações. Preso desde 4 de março, na terceira fase da Operação Compliance Zero, Zettel passou a ser visto como peça-chave para destravar a engrenagem do esquema investigado.

A mudança na defesa reforça esse movimento. Os advogados anteriores deixaram o caso por “motivo de foro íntimo” e transferiram a representação ao criminalista Celso Vilardi que é conhecido por atuar em acordos de colaboração premiada. Vilardi foi o advogado do ex-presidente Jair Bolsonaro na ação por tentativa de golpe. Nos bastidores, a leitura é direta: a estratégia jurídica mudou, e o caminho da delação passou a ser considerado de forma concreta.

Papel de Zettel

A decisão que autorizou as prisões, assinada pelo ministro André Mendonça (STF), detalha o papel de Zettel dentro da organização investigada. Segundo a Polícia Federal (PF), ele atuava como operador financeiro do grupo, responsável por viabilizar

pagamentos, estruturar contratos simulados e dar suporte direto às ordens de Vercaro.

Os elementos reunidos apontam que Zettel participava da “intermediação e operacionalização de pagamentos” e da criação de mecanismos para dar aparência legal a repasses financeiros, inclusive em tratativas com servidores do Banco Central (BC). Também caberia a ele a execução de pagamentos ligados ao grupo informal conhecido como “A Turma”, estrutura descrita como responsável por monitoramento e intimidação de adversários.

A própria decisão destaca que não é possível dissociar sua atuação da de Vercaro, indicando uma relação operacional direta entre comando e execução dentro do esquema.

Enquanto a frente judicial avança, cresce a pressão política para abertura de uma CPI do Banco Master no Senado. O pedido, protocolado ainda em novembro de 2025, já reúne mais de 50 assinaturas e mira exatamente os mesmos fatos investigados pela PF: suspeitas de fraudes financeiras, lavagem de dinheiro e possível cooptação de agentes públicos.

Na ação apresentada ao Supremo, senadores alegam omissão da presidência da Casa, senador Davi Alcolumbre (União-AP), em dar andamento ao requerimento, mesmo com o cumprimento dos requisitos.

Decisão de Moraes cerca mais Bolsonaro. Entenda as razões

Para criminalista, forma transforma residência em regime fechado monitorado

Por Beatriz Matos

Prestes a receber alta médica, que está prevista para esta sexta-feira (27), o ex-presidente Jair Bolsonaro deve deixar o hospital DF Star, onde está internado desde o dia 13, e ir direto para casa, onde passará a cumprir prisão domiciliar humanitária por 90 dias.

A decisão do ministro Alexandre de Moraes (STF), no entanto, está longe de representar alívio. O que se desenha é um modelo de cumprimento de pena sob vigilância intensificada, com regras rígidas que miram, sobretudo, um ponto sensível no processo: o risco de fuga e a possibilidade de articulação externa, como apontara Tales Faria em sua coluna na quarta-feira (25).

Tornozeleira

A preocupação não é teórica. Ela se ancora em um episódio concreto ocorrido em novembro do ano passado, quando Bolsonaro tentou violar a tornozeleira eletrônica com o uso de um ferro de solda, fato registrado pela Secretaria de Administração Penitenciária do Distrito Federal e admitido pelo próprio ex-presidente, que classificou a ação como “curiosidade”. Esse histórico passou a pesar diretamente na construção da decisão atual, que reforça os mecanismos de controle e amplia o alcance das restrições.

Na decisão, Moraes delimita o ponto de partida: a domiciliar não altera o regime da pena, apenas o local de cumprimento. Bolsonaro segue condenado a 27 anos e 3 meses, em regime inicial fechado, e a medida é concedida exclusivamente por razões médicas, diante do quadro de pneumonia bacteriana decorrente de broncoaspiração. O boletim mais recente indica que ele “permanece internado e em tratamento de pneumonia bacteriana bilateral, com evolução clínica favorável”, e há previsão de alta para depois de amanhã.

O ministro faz questão de registrar que o sistema anterior já garantia estrutura adequada. “O custodiado [...] está cumprindo sua pena [...] com absoluto respeito à sua saúde e dignidade”, escreveu. Ainda assim, considerou que a necessidade de acompanhamento contínuo e resposta médica imediata justificava, neste momento, a transferência para o ambiente domiciliar.

Monitoramento

Se a mudança de endereço atende a uma necessidade médi-



Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Reprodução/Polícia Federal



Bolsonaro também teve alta da UTI nesta terça-feira

Episódio da tornozeleira foi principal razão

ca, o conjunto de medidas impostas deixa claro que o controle foi elevado ao máximo. A residência passa a operar como um ambiente de vigilância permanente, com monitoramento eletrônico em tempo real, fiscalização constante e possibilidade de intervenção imediata em caso de qualquer irregularidade.

A tornozeleira eletrônica, que já havia sido alvo de tentativa de violação, assume papel central nesse modelo. O equipamento passa a ser acompanhado de forma contínua, com alertas automáticos em caso de qualquer alteração. Ao mesmo tempo, a permanência no imóvel é absoluta, sem autorização para deslocamentos, e sujeita à verificação presencial a qualquer momento por forças de segurança.

A decisão também estabelece que qualquer descumprimento, seja tentativa de retirada do equipamento, saída não autorizada ou quebra das regras, pode resultar na revogação imediata da medida e no retorno ao sistema prisional.

Para Letícia Moreira, especialista em direito criminal, o conjunto de medidas imposto pelo ministro Alexandre de Moraes foi desenhado justamente para evitar qualquer brecha.

“A decisão não abre brecha para fuga, tendo em vista que a prisão domiciliar humanitária não significa liberdade, ou mudança de um regime menos gravoso, mas apenas a mudança do local onde a pessoa cumpre a pena.”

Ela ressalta que a condição de ex-presidente e a repercussão do caso também pesam na forma como o controle foi estruturado. “Neste caso, por se tratar de ex-presidente da República, o controle tende a ser ainda mais rigoroso, em razão da elevada visibilidade e da ampla repercussão do caso e Jair ter danificado a tornozeleira anteriormente.”

Bloqueio

Outro eixo central da decisão é o bloqueio da comunicação, tratado por Moraes como medida necessária para impedir

que a prisão domiciliar seja usada como plataforma de articulação externa. Ao vedar o uso de celular, redes sociais e qualquer forma de contato com o mundo exterior, inclusive por intermédio de terceiros, o ministro cria um isolamento que vai além do custodiado e alcança todo o ambiente ao redor.

Na prática, isso impede que Bolsonaro conceda entrevistas, grave vídeos ou mantenha interlocução com aliados, mesmo de dentro da residência, além de fechar possíveis canais indiretos de comunicação por meio de visitantes ou familiares.

É nesse conjunto de medidas que a criminalista enxerga o ponto central da estratégia adotada pelo Supremo: impedir qualquer circulação de informação que não esteja sob controle direto da Justiça.

“Com base na decisão judicial, o controle é extremamente restritivo e rigorosamente monitorado, tendo sido determinado que o uso de celular e qualquer forma de comunica-

ção está totalmente proibido, inclusive por intermédio de terceiros”, explica a advogada Letícia Moreira.

Para ela, o desenho das medidas reduz praticamente a zero a possibilidade de descumprimento.

“Ao mesmo tempo, o bloqueio total de comunicação, inclusive por terceiros, aliado ao controle rigoroso de visitas praticamente elimina qualquer margem para burla.”

Isolamento

As restrições também alcançam o fluxo de pessoas e o ambiente externo. As visitas foram suspensas de forma geral pelos 90 dias, com exceções restritas a advogados, médicos e familiares previamente autorizados. Mesmo nesses casos, há controle rígido: todos devem ser cadastrados, passam por vistoria e têm aparelhos eletrônicos retidos na entrada.

Aliados políticos e terceiros estão impedidos de acessar o local sem autorização judicial específica, o que bloqueia qualquer tentativa de articulação. Ao mesmo tempo, a decisão cria uma barreira física ao redor da residência, com proibição de manifestações em um raio de até um quilômetro.

“Além disso, a decisão não apenas restringe o custodiado (Bolsonaro), mas também controla o entorno, criando uma ‘zona de exclusão’ para manifestações, em um raio de 1km (um quilômetro) do endereço residencial”, afirma a especialista.

Para a criminalista Letícia Moreira, o modelo adotado pelo Supremo se aproxima, na prática, de um regime fechado fora do presídio. “A decisão torna evidente um modelo de prisão domiciliar sob controle máximo, que, na prática, transforma a residência em uma espécie de regime fechado monitorado.”

Ela pondera que o episódio da tornozeleira funciona serve como alerta, mas não configura, por si só, um risco atual concreto. Ainda assim, justifica o endurecimento das medidas.

“Após esse tipo de ocorrência, o que se observa especialmente em decisões conduzidas por Alexandre de Moraes é o reforço dos mecanismos de fiscalização, com monitoramento eletrônico mais sensível, fiscalização presencial mais frequente e resposta imediata a qualquer irregularidade”, avalia.

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Luiz Roberto/TSE



André Mendonça relata casos INSS e Banco Master

Votos de Marques e Mendonça preocupam governo

Os votos favoráveis a Cláudio Castro dados, no Tribunal Superior Eleitoral, pelos ministros Nunes Marques e André Mendonça preocupam o Palácio do Planalto.

Na avaliação de petistas, ambos, ao votarem contra a inegibilidade do ex-governador do Rio, demonstraram fidelidade ao presidente que os nomeou para o Supremo Tribunal Federal, Jair Bolsonaro, do PL, mesmo partido de Castro (que acabou condenado).

Ressaltam que, em 2018, no auge da Lava Jato, o STF negou habeas corpus para Lula com os votos de cinco ministros nomeados por presidentes petistas.

Em junho, Marques assumirá a presidência do TSE e comandará o processo eleitoral. Seu vice será Mendonça.

Processos explosivos

Outra preocupação é com o fato de Mendonça ser relator, no STF, de dois processos explosivos, que têm capacidade de influenciar o processo eleitoral: os casos do Master e do INSS.

Nos dois escândalos, há suspeitas sobre pessoas ligadas ao governo e à oposição; o relator tem poder de jogar peso num lado ou em outro — daí o temor manifestado por petistas.

Luiz Roberto/TSE



Nunes Marques comandará eleições de 2026

Dúvida petista

O TSE é um órgão colegiado, mas cabe ao seu presidente tomar decisões imediatas, compatíveis com a velocidade de uma eleição.

Em 2022, seu presidente, Alexandre de Moraes, agiu rapidamente ao, no dia do segundo turno, determinar ao então diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, Silvinei Vasques, que suspendesse bloqueios em diversas estradas do país, principalmente no Nordeste.

“Será que o Nunes Marques faria isso”, questiona um preocupado petista.

Indefinição

O comunicado do TSE ao TRE sobre o resultado do julgamento de Castro gerou incerteza sobre como será a eleição para escolher quem completará seu mandato. O documento cita um artigo do Código Eleitoral que fala em eleições diretas. Mas, na sessão, os ministros admitiram que a renúncia de Castro prejudicava sua cassação — isto provocaria eleição indireta.

Consulta

O governador em exercício, Ricardo Couto, enviou um ofício ao TSE para saber como deverá ocorrer o pleito, que a ele cabe convocar. Ele assumiu o governo por ser presidente do Tribunal de Justiça. Mas a convocação pode sair das mãos de Couto caso a Assembleia Legislativa eleja um novo presidente.

Dono da bola

A escolha do novo presidente é necessária para substituir Rodrigo Bacellar, que teve seu mandato cassado pelo TSE. Caberá ao eleito assumir o exercício do cargo de governador no lugar de Couto e, assim, convocar o pleito que escolherá o encarregado de administrar o estado até o fim de dezembro.

O escolhido

Líder do PL na Câmara dos Deputados, Sóstenes Cavalcante (RJ) prevê que a eleição do novo presidente da Alerj ocorrerá até hoje — seu grupo, que inclui Castro, aposta em Douglas Ruas (PL). Caso eleito, ele concorrerá ao mandato-tampão e, depois, à reeleição, em outubro, pelo voto direto.

Mudança

Depois de declarar ao jornal O Globo que Castro só concorreria ao Senado se conseguisse reverter a condenação, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, voltou atrás. Publicou que o ex-governador segue como candidato e tem “firme e irrestrito apoio”. Valdemar foi pressionado por Sóstenes e pelo deputado Altineu Côrtes (PL-RJ).

Fidelidade

Sóstenes conversou com Altineu, presidente do PL no Estado do Rio, que falou com Valdemar. “Não se rifa um companheiro de partido numa hora dessas. Vamos respeitar a decisão dele, que quer concorrer sub judice. Ele lidera todas as pesquisas”, afirmou o líder do PL ao Correio Bastidores.

Expectativa

Descartado pelo PL para concorrer à reeleição ao Senado, Carlos Portinho (RJ) diz que seu nome ainda está no páreo em caso de impossibilidade de Castro continuar na disputa. Tudo vai depender da evolução dos fatos. “Cada semana é um cenário diferente, mas temos que conviver com isso”, afirma.



Flávio Bolsonaro aparece à frente no segundo turno

AtlasIntel: Flávio ultrapassa Lula

Empatado na margem de erro, senador aparece à frente

Por Rudolfo Lago

Um cenário que levantamentos anteriores já projetavam consolidou-se com a divulgação da última rodada da pesquisa AtlasIntel/Bloomberg, divulgada nesta quarta-feira.

Embora os números sejam de empate dentro da margem de erro, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) aparece ligeiramente à frente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em um eventual segundo turno entre os dois.

De acordo com a pesquisa, Flávio teria, se as eleições fossem agora, 47,6% das intenções de voto no segundo turno, contra 46,6%. Um percentual de 5,8% respondeu “Não sei” ou nulo.

A pesquisa ouviu 5.028 eleitores pelo país entre os dias 18 e 23 de março. O índice de confiança é de 95% e a margem de erro é de um ponto percentual, para mais ou para menos.

Empates

Outras simulações também apresentaram empate dentro da margem de erro.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), também ficaria ligeiramente à frente de Lula (47,4% contra 46,6%). E o mesmo aconteceria se a candidata fosse Michelle Bolsonaro, do PL (47% contra 46,8%).

Embora esteja preso e inelegível, a pesquisa também testou

um eventual segundo turno entre Lula e Jair Bolsonaro. E Bolsonaro ficaria à frente com 47,4% contra 46,6% do presidente.

O dado curioso é a repetição do percentual de Lula com Tarcísio e Bolsonaro e muito próximo com Michelle, o que poderia indicar uma posição cristalizada.

Lula, porém, venceria eventuais segundos turnos com o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), ou com os governadores de Goiás, Ronaldo Caiado, e do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, ambos do PSD. Também venceria o governador do Paraná, Ratinho Jr., que, porém, desistiu de concorrer na segunda-feira (23).

Primeiro turno

Nas simulações de primeiro turno, Lula venceria em todos os cenários testados.

No primeiro cenário, Lula tem 45,9%, contra 40,1% de Flávio. Renan Santos (Missão) tem 4,4%, à frente de Ronaldo Caiado (3,1%), Romeu Zema (3,1%) e Aldo Rebelo (Democracia Cristã), com 0,6%.

A pesquisa testou cenários com Eduardo Leite e Ratinho Jr. no lugar de Caiado. Mas as oscilações foram pequenas.

Foi testado um cenário também tendo o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) na disputa. No caso, Lula teria 45,7%, Flávio, 35,8%, e Tarcísio, 7,9%.

CORREIO ECONÔMICO

POR
ANDRE SOUZA

Divulgação



Grupo utilizava empresas de fachada para sacar dinheiro

PF faz operação contra fraudes de R\$ 500 milhões na Caixa

A Polícia Federal deflagrou na quarta-feira (25) a Operação Fallax para desarticular esquema de fraudes bancárias que pode ter causado prejuízo superior a R\$ 500 milhões contra a Caixa Econômica Federal. Foram cumpridos 43 mandados de busca e apreensão e 21 de prisão preventiva em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, por determinação da Justiça Federal. Segundo as investigações, o grupo utilizava empresas de fachada e inserção de dados falsos em sistemas financeiros para realizar transferências e saques irregulares. Os valores desviados eram ocultados por meio de lavagem de dinheiro, com conversão em bens e criptoativos. Também houve bloqueio de bens e ativos para ressarcimento dos prejuízos.

Arroz segue com poucas negociações

O Ipea, do Ministério da Fazenda, e o Cepea/Esalq, centro de pesquisa da USP, informaram que o mercado de arroz segue com poucas negociações. Os custos elevados travam as vendas. Produtores seguram o produto aguardando melhores preços, enquanto compradores aproveitaram estoques, pressionados por fretes caros. Hoje, a saca de arroz em casca no RS é negociada a R\$ 58,45 e no varejo o preço pode variar entre R\$ 2,01 e R\$ 5,80 por kg.

Freepik



Custo da colheita mecanizada pode aumentar em 15%

Diesel impacta colheita do café

O Ipea/Cepea/Esalq também divulgaram nesta quarta-feira(25) que a alta do diesel vem pressionando os custos da cafeicultura brasileira com a proximidade da colheita da safra 26/27. Embora fertilizantes liderem os aumentos nos custos do agro, a valorização do diesel — essencial nas operações mecanizadas de colheita — tende a elevar o custo da colheita mecanizadas em até 15%. No mercado físico, o café arábica é negociado a R\$ 1.873 e o robusta a R\$ 999 por saca de 60 kg. No varejo, o preços podem passar de R\$50, conforme o tipo, a qualidade e a região.

Preço do Trigo segue em alta

Ainda segundo o Ipea/Cepea/Esalq, os preços do trigo seguem em alta no Brasil, sustentados pela oferta restrita na entressafra e pela demanda firme. O indicador Cepea mostra o cereal perto de R\$ 1.253 por tonelada no Paraná e R\$ 1.114 no Rio Grande do Sul. A valorização influencia diretamente os preços de produtos como pão, massas, biscoitos e farinha, com possível repasse ao consumidor.

Gestão Aeroporto

A concessionária brasileira RIOgaleão, a espanhola Aena e a suíça Zurich Airport disputam o controle do Aeroporto Internacional Tom Jobim, no Rio de Janeiro. O leilão será realizado em 30 de março, na B3, com outorga mínima de R\$ 932 milhões. O novo contrato prevê gestão privada do terminal até 2039.

Nova Tributação

O Sebrae orienta que pequenos negócios se preparem para a reforma tributária. A implantação começou esse ano, com a criação do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que unifica tributos estaduais e municipais, e a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), de âmbito federal. A adaptação será até 2033.

Desmatamento

Ranking da destruição florestal ligada ao agronegócio, divulgado esta semana pela organização World Resources Institute (WRI), aponta a produção de carne bovina como responsável por 40% da perda global de florestas ligada à produção de alimentos. O Brasil lidera o levantamento, com 32% da área desmatada.

Desmatamento II

O estudo da WRI analisou 184 commodities agrícolas em 179 países e mostra que a pecuária supera culturas como óleo de palma e soja em impacto ambiental. Entre 2001 e 2022, a expansão agropecuária causou a perda de 121 milhões de hectares de florestas e emissões de 41,2 gigatoneladas de CO2. O estudo usa dados globais de satélite.

Dinheiro no bolso

O Bradesco aprovou o pagamento de R\$ 3 bilhões em juros sobre capital próprio (JCP) aos acionistas. Terão direito investidores com ações até 6 de abril, com papéis negociados “ex” a partir do dia 7. O pagamento ocorrerá até 30 de outubro, com valores líquidos de R\$ 0,223 por ação ON e R\$ 0,2453 por PN.

Demissões

A Meta, dona do Facebook, Instagram e WhatsApp, demitiu centenas de funcionários em áreas ligadas às plataformas digitais e à divisão de realidade virtual. Os cortes fazem parte de reestruturação interna para reduzir custos. A empresa ampliou investimentos em inteligência artificial e no metaverso.



Setores de siderurgia e metalurgia serão beneficiados

Governo abre crédito de R\$ 15 bi para evitar crise

Recursos do “Brasil Soberano” visam ajudar setor produtivo

Andre Souza

O governo federal anunciou a criação de uma linha de crédito de até R\$ 15 bilhões destinada a empresas brasileiras impactadas por crises internacionais e por barreiras comerciais no exterior. A medida foi formalizada por meio de uma medida provisória assinada pelo presidente Lula e publicada no Diário Oficial da União nesta quarta-feira (25).

Os recursos integram o Plano Brasil Soberano e serão operados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O objetivo é ampliar o acesso ao financiamento para companhias exportadoras e segmentos industriais considerados estratégicos para a balança comercial brasileira. Segundo o governo, a iniciativa busca “reduzir os efeitos de instabilidades geopolíticas recentes — como conflitos internacionais e disputas comerciais — que têm pressionado cadeias produtivas e o comércio exterior”. Entre os fatores citados estão a guerra no Oriente Médio e a manutenção de tarifas impostas pelos Estados Unidos sobre determinados produtos brasileiros.

Terão acesso às linhas de crédito empresas exportadoras de bens industriais e seus fornecedores, incluindo setores siderúrgico, metalúrgico e automotivo, além das áreas farmacêutica, de máquinas e equipamentos e ele-

trônicos. Também poderão ser atendidos segmentos afetados pela escassez global de insumos, como fertilizantes.

Os financiamentos poderão ser utilizados para capital de giro, compra de equipamentos, adaptação da produção, ampliação da capacidade industrial e investimentos em inovação tecnológica. As condições de juros, prazos e regras operacionais ainda serão definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), enquanto os ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento estabelecerão os critérios de acesso.

Os recursos virão principalmente do superávit financeiro do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) e de outras fontes orçamentárias federais. A medida amplia ações iniciadas em 2025, quando o governo lançou o Plano Brasil Soberano para apoiar exportadores atingidos pelo aumento de tarifas e sanções comerciais impostas pelo Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Crédito Exportação

Além da nova linha de crédito, foi sancionada a lei que cria o Sistema Brasileiro de Crédito Oficial à Exportação, com a proposta de modernizar mecanismos de financiamento e seguro às vendas externas. A legislação prevê maior transparência nas operações e acompanhamento periódico pelo Congresso Nacional.

Início da queda da Selic muda cenário de investimentos

Ata do Copom divulgada pelo BC prevê cortes graduais dos juros, mas de olho na inflação

Com a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de sinalizar o início de um ciclo de redução da taxa básica de juros, o mercado financeiro passou a mudar as expectativas para a economia e para os investimentos nos próximos meses. A ata da reunião mais recente, divulgada pelo Banco Central nesta semana, indica que a Selic, atualmente em 14,75% ao ano, pode “começar a cair gradualmente, desde que o cenário inflacionário continue apresentando melhora consistente”. O documento mostra que o Copom avalia “haver avanços no processo de desinflação”, mas mantém postura cautelosa diante de riscos ainda presentes. Entre os pontos de atenção estão a inflação de serviços, considerada mais resistente, o mercado de trabalho aquecido e as incertezas do ambiente externo, especialmente relacionadas às condições financeiras internacionais.

Segundo o Banco Central, “a

eventual flexibilização da política monetária ocorrerá de forma gradual e dependerá da evolução dos indicadores econômicos”. A autoridade monetária reforça que “a magnitude e a duração do ciclo de cortes não estão previamente definidas e serão ajustadas conforme o comportamento das expectativas de inflação e da atividade econômica”. - cita a Ata. A sinalização busca equilibrar dois objetivos: “permitir a retomada gradual do crescimento econômico sem comprometer a convergência da inflação à meta de 3% no horizonte relevante”. Por isso, mesmo com a perspectiva de queda dos juros, o Copom destaca que “a política monetária deverá permanecer em território restritivo por um período prolongado”.

Opções de investimentos

O cenário de juros ainda elevados mantém a renda fixa como a opção mais segura no



Mercado 'aposta' que ciclo de alta dos juros não deve durar muito tempo

mercado financeiro. Com a Selic em 14,75% ao ano, aplicações atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou à própria taxa básica Selic continuam oferecendo retornos considerados mais atrativos, sobretudo em comparação a períodos recentes de juros mais baixos.

Simulações do mercado indicam que investimentos relativamente conservadores seguem capazes de gerar ganhos relevantes. Um aporte de R\$ 5 mil em títulos pós-fixados, como Tesouro Selic ou Certificados de Depósito Bancários (CDBs) indexados ao CDI, pode apresentar rendimento significativo enquanto os juros permanecerem elevados, o que sustenta o interesse dos investidores por produtos de menor risco no curto prazo. Especialistas, no entanto, alertam que o ambiente de juros altos também amplia a exposição a promessas enganosas de rentabilidade. Para Marcos Melo, mestre em finan-

ças e professor do Ibmec Brasília, o investidor deve redobrar a atenção diante de ofertas que prometem ganhos muito superiores à taxa básica. “Com a Selic em 14,75% ao ano, o investidor precisa tomar cuidado com ofertas tentadoras de aplicações com rentabilidade muito maior que a taxa básica” - afirma. Segundo ele, “a busca por crescimento rápido do patrimônio pode tornar investidores mais vulneráveis a propostas que prometem retorno elevado com aparente segurança”. Melo explica ainda que todo investimento envolve o equilíbrio entre três pilares: rentabilidade, liquidez e segurança. A rentabilidade corresponde ao retorno obtido sobre o valor aplicado; a liquidez indica o prazo necessário para resgatar o investimento; e a segurança representa a confiança de que o retorno ocorrerá conforme esperado. Para ele, não é possível aproveitar simultaneamente os três fatores, pois investimentos

seguros tendem a oferecer retornos menores, enquanto aplicações mais rentáveis geralmente envolvem maior risco ou menor liquidez. “Se uma oportunidade apresentar alta rentabilidade, alta liquidez e alta segurança ao mesmo tempo, o investidor deve desconfiar. A maior chance é de que seja um engodo”, alerta.

A possível redução da Selic também tende a alterar aos poucos a estratégia dos investidores. Historicamente, ciclos de queda de juros reduzem a atratividade da renda fixa pós-fixada e incentivam a diversificação para títulos prefixados, papéis indexados à inflação e ativos de maior risco, como ações e fundos multi-mercados. Porém, enquanto os juros permanecerem em níveis elevados, aplicações conservadoras continuam competitivas e relevantes para a proteção do patrimônio, especialmente em um ambiente ainda marcado por incertezas econômicas.

Tesouro Direto registra R\$ 8,25 bilhões em investimentos em fevereiro

Os investimentos de pessoas físicas em títulos públicos somaram R\$ 8,25 bilhões em fevereiro, segundo dados divulgados pelo Tesouro Nacional nesta quarta(25). O resultado representa o maior volume já registrado para meses de fevereiro desde a criação do programa, em 2002, e reforça o crescimento da procura por aplicações de renda fixa em um cenário de juros elevados no país. Ao todo, foram realizadas 805.676 operações no período. Os resgates antecipados atingiram R\$ 3,6 bilhões, o que resultou em emissão líquida de R\$ 4,65 bilhões no mês — quando as vendas superaram os saques. O valor médio por aplicação ficou em R\$ 10.242,74, enquanto operações de até R\$ 1 mil responderam por 51,7% do total,

indicando forte participação de investidores de menor porte.

Os títulos atrelados à Selic responderam por R\$ 4 bilhões em vendas, equivalentes a 49% do total. Na sequência aparecem os títulos corrigidos pela inflação (IPCA), com R\$ 3,1 bilhões (38%), e os prefixados, que somaram R\$ 1,1 bilhão, ou 13% das aplicações. Fevereiro também marcou o início, ainda em fase de testes, da oferta do Tesouro Reserva, novo título público indexado à Selic e sem marcação a mercado. O papel permite negociações todos os dias da semana, inclusive fins de semana e feriados, e pode ser adquirido com valores a partir de R\$ 1. Em relação aos prazos, a preferência dos investidores concentrou-se nos títulos com vencimento en-



Tesouro Direto: investidores emprestam dinheiro ao Governo

tre cinco e dez anos, responsáveis por 67,6% das vendas. Papéis com prazo superior a dez anos representaram 26,1%, enquanto aplicações entre um e cinco anos corresponderam a 6,3% do total

negociado. O estoque total do Tesouro Direto alcançou R\$ 226,9 bilhões ao fim de fevereiro, crescimento de 3% em relação ao mês anterior e avanço de mais de 38% na comparação anual. A expan-

são reflete tanto a entrada líquida de recursos quanto a atualização dos títulos pelos juros acumulados. O número de participantes também continuou em alta. Mais de 222 mil novos investidores ingressaram no programa apenas em fevereiro, elevando o total para 34,8 milhões de cadastrados. Já o número de investidores ativos — aqueles com aplicações em aberto — chegou a 3,45 milhões, com aumento superior a 14% em 12 meses. Criado para ampliar o acesso da população aos títulos públicos federais, o Tesouro Direto permite investimentos online com diferentes tipos de remuneração e prazos, tornando-se uma alternativa de aplicação financeira diretamente vinculada ao financiamento da dívida pública federal.

JORNAL DO SERVIDOR

POR
ANDRE SOUZA

Marcos Santos - USP Imagens



Mobilização prevê a paralisação das atividades escolares

Apeoesp confirma greve de professores dias 9 e 10 de abril

Professores da rede estadual de São Paulo anunciaram greve nos dias 9 e 10 de abril, com paralisação das atividades escolares. A mobilização é organizada pela APEOESP, entidade que representa a categoria no estado, e inclui assembleia no dia 10, no MASP. Entre os principais motivos estão a cobrança por melhores condições de trabalho, aplicação correta do piso salarial, atribuição justa de aulas e a convocação de mais concursados. A categoria também protesta contra medidas consideradas autoritárias e pede a devolução de valores descontados de aposentados e pensionistas. O Correio da Manhã apurou que as subsedes estão sendo mobilizadas. A greve foi confirmada em boletim divulgado na quarta(25).

Concurso Público para o Exército

A Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército (ESFCEx) em Salvador/BA abriu concurso para oficiais com nível superior para atuarem em 2027, oferecendo vagas em diversas áreas como medicina, enfermagem, direito, magistério e informática. As inscrições vão de 27/03 a 12/06, com taxa de R\$ 150,00. O processo inclui prova objetiva, avaliação física e psicológica, inspeção de saúde. Inscrições pelo site da Vunesp.

Marcos Santos - USP Imagens



Lista de convocados foi publicada no Diário Oficial

Convocação de aprovados no CNU 1

O governo federal convocou 1.860 candidatos da lista de espera do Concurso Nacional Unificado (CNU 1) para preencher vagas remanescentes da primeira edição do certame de 2024, conforme publicado no Diário Oficial da União em 24 de março. A chamada corresponde a 21% das 8.573 vagas ofertadas, abrangendo 131 cargos em órgãos federais, como gestão pública, planejamento e ciência. Entre os mais convocados estão analista técnico-administrativo, analista de planejamento e tecnologista em informações geográficas e estatísticas.

Falta de concursos no INSS

Sem reposição por concurso, o INSS tem registrado aumento constante nas saídas de servidores nos últimos anos, com maior concentração no Distrito Federal. Dados atualizados até fevereiro de 2026 indicam 12.398 desligamentos de técnicos do seguro social desde 2015. O cenário reforça o déficit de pessoal e a expectativa por nova seleção, geralmente organizada por regiões.

Minas Gerais

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais deve votar em 2º turno, nesta quinta-feira (26), a revisão salarial do funcionalismo estadual. O reajuste proposto é de 5,4%, com efeito retroativo a janeiro de 2026. Após a aprovação final em Plenário, os projetos seguem para sanção do governo estadual.

Paraná I

O governo do Paraná ainda não definiu o percentual de reajuste salarial dos servidores estaduais, mas a expectativa é concluir o índice nesta semana, segundo o líder do governo na Assembleia Legislativa do Estado. O projeto da data-base ainda será enviado à Alep, e não há data prevista para votação.

Paraná II

A Universidade Federal do Paraná abriu concurso público para a carreira técnico-administrativa, com 26 vagas distribuídas em 20 cargos dos níveis médio, técnico e superior. Os interessados podem se inscrever até as 17 horas do dia 22 de abril, no site do Núcleo de Concursos da universidade (www.nc.ufpr.br).

Cotas raciais I

O governo federal instituiu um comitê para acompanhar a implementação da política de cotas no serviço público. A medida foi oficializada por portaria do Ministério da Gestão em Serviços Públicos, publicada no Diário Oficial da União na última sexta-feira (20). O colegiado será responsável por monitorar o cumprimento de um decreto.

Cotas raciais II

A norma prevê a reserva de vagas em concursos e seleções simplificadas, com 25% destinadas a pessoas pretas e pardas, 3% a indígenas e 2% a quilombolas. A atuação do grupo abrangerá toda a administração pública federal, incluindo órgãos diretos, autarquias federais, fundações e empresas estatais.

Cotas raciais III

Entre as atribuições estão o acompanhamento do processo de ingresso, a verificação das autodeclarações e a análise de dados sobre os candidatos aprovados. O comitê também deverá estabelecer diretrizes para padronizar a aplicação das cotas e apoiar a formação de comissões de heteroidentificação.



Sessão Plenária do Supremo Tribunal Federal em 25/03/2026

STF fixa limite de 35% a remuneração acima do teto

Corte reduz, mas não acaba com “penduricalhos” a magistrados

Andre Souza

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria e definiu novas regras para o pagamento dos chamados “penduricalhos” no funcionalismo público, autorizando que verbas indenizatórias elevem a remuneração de magistrados e membros do Ministério Público em até 35% acima do teto constitucional. A decisão foi concluída nesta quarta-feira (25) após o julgamento conjunto de ações que discutiam os limites dos salários no serviço público. Pela tese fixada, adicionais como indenizações, gratificações e auxílios poderão somar até 35% do subsídio dos ministros do Supremo — hoje em R\$ 46.366,19 — o que representa cerca de R\$ 16,2 mil extras mensais. Na prática, juízes e promotores continuarão podendo receber valores superiores ao teto, desde que respeitado o novo limite nacional.

A proposta foi apresentada em voto conjunto dos ministros Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Flávio Dino e Gilmar Mendes, que atuam como relatores das ações sobre o tema. O entendimento foi acompanhado pelos demais integrantes da Corte, consolidando consenso para uniformizar regras que até então variavam entre tribunais.

Quinquênio

Além do limite percentual, o STF autorizou a retomada do

adicional por tempo de serviço — conhecido como quinquênio — com acréscimo de 5% a cada cinco anos de carreira, podendo alcançar também até 35% do salário. Somados os benefícios, os ganhos podem chegar, em situações específicas, a cerca de 70% acima do teto constitucional. O Brasil tem cerca de 19 mil juízes e 13,6 mil promotores em atuação no país. Os ministros argumentaram que a decisão cria segurança jurídica e padroniza pagamentos em todo o país, substituindo o modelo atual, marcado por interpretações divergentes e pela proliferação de benefícios classificados como indenizatórios. A Corte também condicionou o pagamento das parcelas à previsão legal e determinou que a regra valerá até que o Congresso Nacional aprove legislação geral sobre o tema. Segundo estimativas apresentadas no julgamento, a fixação de limites pode gerar economia anual de aproximadamente R\$ 7,3 bilhões aos cofres públicos ao reduzir excessos e estabelecer critérios uniformes.

O julgamento encerra anos de disputas judiciais sobre os super-salários no serviço público. Embora mantenha a possibilidade de remunerações acima do teto, o STF buscou estabelecer um parâmetro nacional para controlar os chamados penduricalhos, tema que agora deverá ser regulamentado de forma definitiva pelo Congresso.



**QUEM DISSE QUE
JORNAL IMPRESSO
ERA COISA
DO PASSADO?**

Correio da Manhã

Agora com o mesmo tamanho dos Jornais **Folha de S. Paulo**,
O Estado de S. Paulo e **Estado de Minas**.
Muito mais fácil para ler.

**UM JORNAL CENTENÁRIO
SEM MEDO DE SER MODERNO.**

www.correiodamanha.com.br / @correiodamanhabr / @colunamagnavita

CORREIO NO MUNDO

The Cosmonaut via Wikimedia Commons



Praça se encheu de manifestantes nos 50 anos da ditadura

Argentinos lotam praça de Maio e criticam Milei

Bolívar, Defensa, Reconquista e San Martín —ruas que prestam homenagem a personalidades, locais e passagens da história argentina e que circundam a Casa Rosada se encheram de manifestantes na tarde de terça (24) em recordação aos 50 anos do golpe militar. A praça de Maio, onde mães de desaparecidos durante a ditadura se reuniam para dar voltas na pirâmide em frente à sede do governo, mais uma vez se tornou palco do Dia da Memória. O ato, conhecido pelos argentinos como 24M, sempre costuma reunir manifestantes de diferentes grupos políticos e sociais, mas em 2026 teve um peso histórico ainda maior: a marca de 50 anos do golpe que começou em 24 de março de 1976 e que novamente foi relativizado pelo governo do presidente Javier Milei na terça.

Fotos dos desaparecidos na ditadura

Pais carregavam crianças em seus ombros acompanhando a marcha das Mães e Avós da Praça da Maio. Idosos e estudantes se espremiavam para chegar até a praça, e a multidão fazia coro para canções de Charly García e Mercedes Sosa. Gritos de protesto, como “são 30 mil desaparecidos, todos presentes”, eram comuns. Conforme a manifestação avançava, a avenida de Maio se encheu de pessoas carregando retratos de desaparecidos durante o período ditatorial.

Ministério das Relações Exteriores da Argentina



Milei foi alvo de protestos após relativizar ditadura

Manifestação seguiu após fim do ato

Mesmo após o fim oficial do ato, muitos manifestantes continuavam se dirigindo até a Casa Rosada. Ao passar pela multidão, uma bandeira branca e azul com os rostos dos desaparecidos trouxe um momento de silêncio seguido de palmas e cantos protestando contra os responsáveis pelos crimes.

Rebatendo falas de Milei que questionam o número de desaparecidos, as organizações de direitos humanos ressaltaram que 30 mil pessoas sumiram, exigindo esclarecimentos do governo.

Luta em defesa da memória

Um documento lido durante o ato, assinado pelas Avós e Mães da Praça de Maio e outras entidades de defesa da memória do período, pediu justiça e reafirmou que “a memória é defendida pela luta”. Na calçada, políticos dividiram espaço com intelectuais e artistas argentinos. Às 15h, a avenida de Maio estava cheia de pessoas que se moviam lentamente.

Por Douglas Gavras (Folhapress)

Dinamarca

O Partido Social-Democrata de Mette Frederiksen venceu de forma apertada a eleição parlamentar na Dinamarca, na terça (24). Tão apertada que ainda não está claro se o desempenho será suficiente para manter no cargo a primeira-ministra, uma das figuras mais importantes do atual cenário político europeu.

Moderados

Com 100% das urnas apuradas, a sigla de Frederiksen tinha 21,9% dos votos, o pior resultado do partido de raízes trabalhistas desde 1901. A vitória amarga deixa o futuro de Frederiksen na mão dos Moderados, legenda do ministro de Relações Exteriores, Lars Lokke Rasmussen, que alcançou 7,7% dos votos.

Coalizão

Um dos principais políticos do país, premiê por dois períodos, Rasmussen declarou na véspera que não almeja o cargo, mas que trabalhará pela melhor coalizão de governo. Pelas projeções, o bloco que reúne os partidos de esquerda e centro-esquerda, sociais-democratas incluídos, alcançaram 84 das 179 cadeiras no Parlamento.

Rasmussem em foco

Tampouco o bloco à direita, com 77 cadeiras, chegou perto da maioria (90). Em qualquer caso, as 14 cadeiras previstas para os Moderados tornam Rasmussen peça fundamental em negociações de coalizão. “Tudo vai depender dos resultados finais e das negociações”, afirma Lykke Friis, diretora do think tank dinamarquês Europa, à reportagem.

Não seria novidade

“É ele quem ditará o ritmo agora. Ainda acho que Frederiksen continuará apoiando a primeira-ministra, mas sem dúvida ela estará enfraquecida no cargo”, disse Lykke Friis à reportagem. “Não será um problema para ela compor com os Moderados, já fez isso em 2022”, afirmou a cientista política.

Contra o tempo

Para Friis, Frederiksen ter chamado eleições após um pico de popularidade pelas ameaças de Trump sobre a Groenlândia não foi um movimento especulativo. “Ela teria que fazê-lo até outubro e sabe-se lá o que poderia acontecer nesse meio tempo.”

Por José Henrique Mariante (Folhapress)



Michelle Bachelet era apoiada por Boric e pelo presidente Lula

Chile retira apoio para que Bachelet lidere a ONU

Ultradireitista, Kast diz que não vai recomendar outros nomes

Por Douglas Gavras (Folhapress)

O governo do Chile, agora sob comando do ultradireitista José Antonio Kast, anunciou que decidiu retirar seu apoio à candidatura da ex-presidente chilena Michelle Bachelet para secretária-geral das Nações Unidas.

A candidatura era conjunta do Brasil e do México e estava sendo impulsionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e pelo antecessor de Kast, o esquerdista Gabriel Boric.

“Concluimos que o contexto desta eleição, a fragmentação das candidaturas de países latino-americanos e nossas divergências com alguns dos principais atores que moldam este processo tornam esta candidatura e seu potencial sucesso inviáveis”, diz nota da Presidência chilena.

“Juntamente com a retirada do apoio do Chile, o Ministério das Relações Exteriores e as embaixadas que nos representam no exterior cessarão a participação nos esforços de promoção desta candidatura”, segue o texto do governo Kast, que teve início em 11 de março.

Entretanto, o governo do ultradireitista afirmou que, considerando o histórico de Bachelet, e caso ela decida prosseguir com sua candidatura, o país se absterá de apoiar outro candidato.

Em fevereiro, o presidente Lula manifestou apoio à candidatura da ex-presidente chilena, reforçando que o órgão vive um momento de fragilidade quanto ao papel de mediação de conflitos internacionais desde a criação do Conselho de Paz de Donald Trump.

“Em oito décadas de história, é hora de a organização finalmente ser comandada por uma mulher”, escreveu em rede social.

“A nomeação de Michelle Bachelet representa uma oportunidade para oferecer à ONU uma liderança com experiência comprovada, legitimidade internacional e vocação para o serviço público”, disse o texto de fevereiro, em que Chile, Brasil e México apresentaram formalmente às Nações Unidas a candidatura dela.

Eleita para comandar o Chile em duas ocasiões (2006-2010 e 2014-2018), ela foi a primeira mulher a ocupar a Presidência, em uma coalizão de esquerda, rival dos partidos que apoiam Kast. Também atuou como ministra da Saúde e da Defesa do país.

Pediatra de 74 anos, ela assumiu em 2018 o cargo de Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, sendo a sétima pessoa a ocupar essa função, até 2022.

Em seu discurso na Assembleia-Geral do ano passado, Boric lembrou que, em 80 anos de história, nenhuma mulher ocupou o posto. “O Chile quer contribuir ativamente para esse esforço coletivo.”

“Michelle Bachelet governou, negociou, solucionou e ouviu. Sua trajetória de vida combina empatia com firmeza, experiência com abertura e todas essas características com a capacidade executiva de decidir”, continuou o chileno.

Até o final do ano, a ONU precisará escolher um novo secretário-geral para substituir o português António Guterres, e a seleção precisa passar pelo Conselho de Segurança, onde cinco países têm poder de veto.

Irã descarta trégua com EUA e diz que Trump ‘negocia consigo mesmo’

Apesar da negativa iraniana, EUA enviam plano com pontos para encerrar guerra

Israel e Irã voltaram a trocar ataques nesta quarta-feira (25) em ações que aprofundam o conflito que já dura quase um mês e provoca forte instabilidade global. Diante da continuidade das ofensivas, o regime iraniano rejeitou a afirmação do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de que haveria negociações em andamento para encerrar a guerra, e reagiu com tom duro e irônico.

Em pronunciamento na televisão estatal, o porta-voz militar iraniano Ebrahim Zolfaqari disse que Washington estaria “negociando consigo mesmo” e negou a existência de uma trégua no horizonte. “Pessoas como nós nunca conseguirão se dar bem com pessoas como você [Trump]”, afirmou ele. “Como sempre dissemos, nenhum de nós fará um acordo com vocês. Nem agora. Nem nunca.”

A posição reflete o predomínio da linha dura no comando militar iraniano, especialmente da Guarda Revolucionária Islâmica, que rejeita qualquer aproximação com os EUA. Na mesma linha, o porta-voz da chancelaria, Esmail Baghaei, disse que o seu país teve uma “experiência muito ruim com a diplomacia americana” e que, neste momento, suas Forças Armadas estão concentradas apenas na defesa nacional.

Não há, com efeito, sinais de trégua no campo militar. O Exército de Israel afirmou ter feito uma nova onda de ataques contra infraestrutura em Teerã, incluindo instalações ligadas à produção de mísseis de cruzeiro, enquanto agências iranianas relatam que áreas residenciais foram atingidas e que equipes de resgate atuam nos escombros.

Em resposta, a Guarda Revolucionária iraniana disse ter lançado ataques contra alvos em Tel Aviv e Kiryat Shmona, no centro e no norte israelense, respectivamente, além de bases militares em países como Kuwait, Jordânia e Bahrein. O Kuwait informou que drones atingiram um tanque de combustível em seu aeroporto internacional, provocando incêndio sem vítimas, enquanto a Arábia Saudita anunciou ter interceptado novas ofensivas.

Países árabes do Golfo condenaram as



Porta-voz militar iraniano Ebrahim Zolfaqari negou a existência de uma trégua no horizonte

ações iranianas, nesta quarta, em sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU. E afirmaram que enfrentam uma “ameaça existencial” por parte de Teerã.

Segundo diplomatas, os ataques iranianos contra os vizinhos podem configurar crimes de guerra. Representando o Kuwait, o embaixador Naser Abdullah HM Alhayen disse que a região vive um momento crítico, com riscos à segurança regional. Segundo ele, a postura iraniana mina o direito internacional e a soberania dos países, enquanto outros Estados do Golfo reforçaram acusações de que as ofensivas buscam disseminar o terror.

Diante da escalada, os 47 membros do Conselho de Direitos Humanos da ONU aprovaram uma moção que condena as ações do Irã, exige reparações e solicita monitoramento da situação por parte do alto comissariado de direitos humanos. Essa resolução, entretanto, deverá ter pouco efeito prático.

Apesar da negativa iraniana relacionada às negociações, autoridades dizem que

os Estados Unidos enviaram a Teerã, via Paquistão, um plano com 15 pontos para encerrar a guerra. Segundo o jornal americano The New York Times, a proposta incluiria o desmantelamento do programa nuclear iraniano, o fim do apoio a grupos aliados como o Hezbollah, que atua no Líbano, e a reabertura do estreito de Hormuz.

A imprensa israelense também aponta que Washington busca um cessar-fogo de um mês para discutir os termos, e uma autoridade ouvida pela agência de notícias Reuters confirmou o envio do plano, sem detalhar seu conteúdo. Na véspera, Trump afirmou na Casa Branca que os EUA estavam negociando com “as pessoas certas” no Irã e que Teerã teria grande interesse em um acordo, versão que contrasta com as declarações das autoridades do país persa.

“Não testem nossa determinação em defender nosso país”, escreveu em inglês o presidente do Parlamento iraniano, Mohammad Ghalibaf, em uma

rede social. “Estamos monitorando de perto todos os movimentos dos EUA na região, especialmente o envio de tropas. O que os generais destruíram, os soldados não podem consertar; em vez disso, serão vítimas das ilusões de [Binyamin] Netanyahu.”

De acordo com a imprensa americana, os Estados Unidos devem ampliar sua presença no Oriente Médio. O New York Times, mencionando autoridades do Departamento de Defesa, informou que o Pentágono ordenou que cerca de 2.000 paraquedistas comecem a se deslocar rumo ao Oriente Médio para dar a Trump opções militares. No total, cerca de 50 mil militares já foram mobilizados pelos EUA.

Não se sabe para onde exatamente os militares irão, mas a localização estaria a uma distância de ataque do Irã, disseram as autoridades mencionadas pela publicação. Eles poderiam, por exemplo, ser usados para tomar a Ilha de Kharg, principal centro de exportação de petróleo do Irã no norte do Golfo Pérsico.

O conflito já desencadeou o que analistas classificam de o maior choque energético da história recente. O fechamento de fato do estreito de Hormuz, por onde passa cerca de 20% do petróleo e gás do mundo, aumentou os preços de combustíveis e afetou cadeias globais, atingindo sobretudo a Ásia, que depende do petróleo que transita pela região.

Nas águas próximas do país, o Irã disse ter disparado mísseis de cruzeiro contra o porta-aviões americano USS Abraham Lincoln. “Os mísseis de cruzeiro Qader da Marinha iraniana (mísseis antinavio baseados em terra) alvejaram o porta-aviões USS Abraham Lincoln, pertencente aos EUA, e o forçaram a mudar de posição”, diz o comunicado. Washington não confirma a informação.

Em paralelo, o primeiro-ministro do Paquistão, Shehbaz Sharif, ofereceu-se para sediar negociações entre Washington e Teerã, numa tentativa de abrir um canal diplomático durante o conflito.

Por Folhapress

Hezbollah acusa Israel de cobrar rendição disfarçada de negociação

Em um momento de pressão interna crescente no Líbano por uma saída diplomática para o conflito contra Estados Unidos e Israel, o líder do Hezbollah, Naim Qassem, afirmou nesta quarta-feira (25) que qualquer negociação “sob fogo” equivale a uma rendição do grupo e que, portanto, não teria prosseguimento.

Em discurso televisionado lido em seu

nome e transmitido por uma emissora afiliada ao grupo, Qassem defendeu a continuidade da luta armada e pediu união contra Israel. Segundo ele, os combatentes do Hezbollah estão preparados para continuar o conflito sem “quaisquer limites”.

O líder do grupo, apoiado e financiado pelo Irã, ainda instou as autoridades libanesas a reverterem a decisão tomada no começo

de março que proibiu as atividades militares do Hezbollah, numa medida que classificou de “criminalização da atuação” da organização. Para Qassem, a reversão dessa decisão seria um passo essencial para alcançar a “unidade nacional” que ele defende.

As falas ocorreram enquanto Beirute sinaliza abertura a negociações com Tel Aviv, posicionamento este criticado por Qassem. E as críticas a Israel aumentaram na terça (24), quando autoridades anunciaram que as forças do país vão ocupar militarmente o sul libanês mais uma vez, algo que fez de 1982 a 2000.

Isso alimenta, no Líbano, o receio de uma anexação permanente por parte do país vizinho, hipótese defendida por par-

tidos da direita religiosa que compõem a coalizão do premiê Binyamin Netanyahu. Esses grupos apoiam a ideia de um “Grande Israel”, uma visão expansionista que, em algumas vertentes, projeta fronteiras que se estenderiam do rio Nilo ao rio Eufrates.

O Hezbollah afirmou que irá resistir à ocupação. “Trata-se de um risco existencial para o Líbano como Estado”, disse o deputado Hassan Fadlallah à agência de notícias Reuters, ainda na terça.

De acordo com Isael Katz, o ministro da Defesa israelense, a população só será autorizada a voltar ao sul libanês quando “a segurança do norte de Israel esteja garantida”.

Por Folhapress

CORREIO ESPORTIVO



Uniforme do goleiro Leo Jardim será leiloado

Vasco faz leilão para ajudar famílias afetadas pelas chuvas

O Vasco da Gama anunciou um novo leilão solidário em parceria com a Play For a Cause, empresa que utiliza o esporte e o entretenimento como ferramentas de transformação social. A ação tem como objetivo arrecadar recursos para apoiar famílias afetadas pelas fortes chuvas que atingiram a Zona da Mata Mineira, especialmente na região de Juiz de Fora.

A iniciativa dá continuidade a um gesto simbólico realizado dentro de campo. Durante a semifinal do Campeonato Carioca 2026, realizada no dia 1º de março, no Maracanã, o Vasco entrou em campo com um patch especial estampado nos uniformes com a mensagem “Juntos por Minas Gerais”.

Como fazer para participar do leilão

O uniforme completo utilizado pelo goleiro Léo Jardim — camisa e calção — está disponível para lances até 31 de março, no link <https://playforacause.com.br/campanha/vasco-juntos-por-minas-gerais>.

Autografados pelo atleta, os itens representam uma conexão entre esporte, história e propósito. O lance inicial é de R\$ 2.500 e não há limites para os valores máximos que podem ser oferecidos.



Calção e camisa de Léo Jardim estão no leilão

ONG ‘Amigos Mãos Abertas’

“Mais uma vez, o Vasco se sensibiliza com questões urgentes e disponibiliza uma peça usada por um de seus atletas para gerar impacto social. Mais do que uma memorabilia, o uniforme reforça o papel do futebol como agente de mobilização social”, afirma André Georges, fundador e CEO da Play For a Cause. Os valores arrecadados serão destinados à AMA – Amigos Mãos Abertas, organização sem fins lucrativos que atua no apoio a comunidades em situação de vulnerabilidade. Neste momento, a instituição atende famílias impactadas pelas chuvas, com ações emergenciais.

Vasco encaminha venda da SAF

De acordo com informações do portal ‘ge’, o Vasco da Gama encaminhou um acordo junto ao empresário Marcos Lamacchia pela compra da SAF do Vasco. A ideia do investidor é adquirir 90% do departamento de futebol do clube por R\$ 2 bilhões. O acordo inclui o pagamento de todas as dívidas do clube, investimento no elenco e na infraestrutura da instituição, como um novo CT.

Tribunal Arbitral I

John Textor continua no comando da SAF do Botafogo até que o Tribunal Arbitral resolva a briga judicial entre o americano e a Eagle Football Holdings. A decisão foi tomada pela Justiça do Rio de Janeiro, que extinguiu o processo e passou a responsabilidades para o Tribunal Arbitral.

Tribunal Arbitral II

Ou seja, enquanto não houver a decisão Arbitral, Textor permanece no controle da SAF alvinegra. No momento, a decisão é considerada positiva tanto por Textor quanto pelo clube associativo, já que a segurança jurídica do clube foi mantida, enquanto Textor acredita que uma nova investida da Eagle não vá acontecer.

Olho no adversário I

Em meio à Data FIFA, o Fluminense já começa seu planejamento para o retorno do Campeonato Brasileiro. O Tricolor vai enfrentar o Corinthians na quarta (1º de abril) e provavelmente terá um adversário desfalcado pelas convocações das seleções e critérios de cartões, chegando até a cinco desfalques.

Olho no adversário II

Pelo lado Tricolor, apenas o atacante Canobbio ficará de fora. Já no Corinthians, Hugo Souza estará voltando da Seleção Brasileira, enquanto o volante Carrillo voltará da seleção do Peru. Tirando eles, Memphis Depay e o lateral Hugo estão se recuperando de lesão, enquanto Raniele cumpre suspensão automática por cartões.

Novo patrocinador

A diretoria do Flamengo aprovou o novo patrocinador do clube: a montadora de automóveis chinesa GAC. A marca será exposta nas camisas de treino e pré-jogo do time. No uniforme de jogo, será exposta na parte traseira do calção. O contrato vai até 2029 e renderá R\$ 12.5 milhões por ano aos cofres do clube.

Alex Sandro

Cortado da Seleção Brasileira, o lateral-esquerdo Alex Sandro foi diagnosticado com uma lesão muscular no músculo posterior da coxa. A situação, porém, não preocupa a diretoria do Flamengo, que planeja utilizar essa pausa da Data FIFA para recuperar plenamente seu jogador para que volte ‘na ponta dos cascos’.



Uniformes da Seleção mostraram o lado feio do futebol

Uniformes da Seleção e o “lado feio” do futebol

Polêmica demonstra que o futebol ainda tem muito a evoluir

Por Pedro Sobreiro

O mês de março ficou marcado pelo lançamento da coleção da Nike para a Seleção Brasileira, revelando não apenas a parceria com o selo “Jordan” em linhas casuais, mas também pelos uniformes de jogo que serão utilizados pela Seleção na Copa do Mundo FIFA 2026.

A primeira grande polêmica se deu pelo controverso uniforme II, que será estreado nesta quinta (26) no amistoso contra a França. Tudo que envolve essa versão foi alvo de críticas, a começar pela parceria com a Jordan. Alguns consideram um ultraje que a principal seleção do planeta estampe o símbolo do mair jogador de basquete da história, o americano Michael Jordan. No entanto, a questão é algo que transcende o esporte e caminha em direção à moda e a um processo de popularização da Seleção Brasileira nos Estados Unidos, país que sediará a Copa e que não tem no futebol o esporte mais popular.

Alguns sugeriram que seria mais correto trocar o logo da Jordan pela silhueta do Rei Pelé, algo que é contratualmente impossível, visto que a marca “Pelé” pertence à NR Sports, do pai de Neymar. Historicamente, inclusive, Pelé foi patrocinado pela Puma, não pela Nike. Ou seja, não teria como.

Esse segundo uniforme, por mais estranho que seja, vem causando polêmica desde sua concepção, quando foi idealizado vermelho, ainda na gestão Ednaldo Rodrigues. A ideia era se inspirar no termo “brasa” e no Pau-Brasil, que eram vermelhos e teriam ajudado a nomear o país. Após torcedores alegarem motivações

políticas na camisa, a gestão de Samir Xaud impediu o lançamento, resultando na substituição do vermelho pelo azul.

Por falar em “Brasa”, o cancelamento da camisa vermelha “em cima da hora” claramente complicou toda a campanha da coleção, que subverte o tradicional “Joga Bonito” pelo “Joga Sinistro”, indicando uma versão “sem escrúpulos” da Seleção para mostrar que ainda é a maior seleção do planeta.

A camisa I, que foi muito elogiada por seu tradicionalismo, entrou no hall das polêmicas por trazer o selo “Vai Brasa!” na parte interna. Depois do lançamento do vídeo da designer brasileira Rachel Denti, da Nike, que deu a explicação por trás do conceito da camisa brasileira e afirmou que o “Vai Brasa!” é, na verdade, inspirado em um grito da torcida, parte dos torcedores começou a atacar a profissional por uma possível “desconexão” com o povo brasileiro. O caso escancarou a misoginia que, infelizmente, ainda permeia o mundo do futebol e já entra para a história da Nike como um das grandes covardias já feitas com uma profissional, já que Rachel não trabalhou sozinha na camisa. Tudo que está na coleção teve a aprovação de diferentes setores, incluindo da CBF, mas apenas a designer está sendo atacada.

A cerca de dois meses da Copa do Mundo, o lançamento da coleção brasileira é um desastre que vem despertando o pior no povo, em vez de unir a nação pelo torneio. E olha que o uniforme I e as camisas de goleiro realmente estão belíssimas - e mesmo que não estivessem, nada justificaria os ataques que a designer vem sofrendo. O futebol ainda precisa evoluir muito.

Rayan acredita estar pronto para brigar pela vaga na Seleção Brasileira

Seleção enfrenta a França nesta quinta (26) e vai encarar a Croácia na terça (31)

Revelação do Brasileirão de 2025, o atacante Rayan, de 19 anos, está pela primeira vez na Seleção Brasileira e espera aproveitar os dois amistosos da Amarelinha nos EUA – contra França, nesta quinta (26), e Croácia, no dia 31 – para fazer parte da lista dos convocados do Mundial. Em maio, o técnico Carlo Ancelotti divulgará a relação dos escolhidos para a competição.

Ele sabe da alta concorrência da equipe, principalmente no setor de ataque. Isso, no entanto, não o desanima. Pelo contrário. Está disposto a buscar uma das vagas com todo empenho possível.

“Sabemos que tem muita concorrência, ainda mais na Seleção Brasileira, que tem mais títulos que qualquer outro país. É fazer meu trabalho, trabalhar firme. Espero minha convocação na Copa, estar aqui no grupo com a Seleção. Se Deus quiser, daqui a dois, três meses, quero estar jogando uma Copa do Mundo e ganhar a Copa, que é o maior sonho de qualquer jogador,” disse.

Em entrevista coletiva nesta terça-feira (24), no hotel da delegação, em Orlando, Rayan, que atua no Bournemouth, da Inglaterra, explicou um pouco suas características.

“Sou um jogador de mobilidade, independentemente da função, tenho muita mobilidade no meu jogo. Espero fazer isso na Seleção também. No meu jogo tenho forte cabeceio, chute de fora da área. Tem muita concorrência na posição de atacante, mas espero traba-

lhar firme. Vai dar tudo certo.”

Rayan foi poupado de parte do primeiro treino da Seleção nos Estados Unidos. Por causa do desgaste físico, problema que ele minimizou.

“Foi apenas um trabalho de preparação física. Estou bem, tranquilo, apenas um controle de carga. Estou de boa.”

Rivaldo confia na Seleção

Um dos heróis do Penta em 2002, Rivaldo projetou o desempenho da Seleção Brasileira na Copa do Mundo deste ano e se disse “bem confiante” para a competição. À CBF TV, ele, que assistiu nesta terça (24), em Orlando, ao penúltimo treino antes do duelo contra a França, exaltou o trabalho realizado por Carlo Ancelotti e a importância dos amistosos com os franceses e com a Croácia.

“Estou bem confiante pelo trabalho do treinador, que está fazendo um bom trabalho. São dois jogos amistosos, mas já estão próximos do Mundial. Nada melhor do que fazer duas boas apresentações, para dar confiança aos torcedores, aos próprios jogadores e à comissão técnica. Acredito que serão dois bons jogos”, declarou o pernambucano, que foi presenteado com a nova Amarelinha pelo presidente da CBF, Samir Xaud.

Convidado pelo coordenador executivo geral de Seleções Masculinas, Rodrigo Caetano, ele acompanhou toda a atividade, percebeu um ambiente leve na Amarelinha e

Rafael Ribeiro/CBF



Atacante, Rayan quer demonstrar seu futebol nos amistosos

admitiu a saudade de quando brilhava nos gramados.

“Fui convidado pelo Rodrigo Caetano, que é uma pessoa que eu conheço, por quem eu tenho um carinho especial, ele me convidou para ver o treinamento. Bate a saudade. Vim ver os jogadores e dar um oi para o Ancelotti, que foi meu treinador no Milan. É muito legal e o ambiente da Seleção Brasileira (está) muito gostoso”, explicou.

O camisa 10 no Mundial de 2002 também comentou o valor da aproximação entre os campeões mundiais e os jogadores da atual geração.

“É sempre importante. Fico feliz pelo presidente trazer jogadores campeões do mundo. É importante que os jogadores agora possam estar junto com os jogadores campeões do mundo. Isso motiva mais ainda, estamos próximo do Mundial, então é sempre bom trazer pensamento positivo, conversar com os jogadores que vão disputar essa Copa do Mundo. É muito legal estar aqui, entrando no clima de Copa do Mundo”, contou.

Pela Amarelinha, Rivaldo disputou 78 partidas, fez 38 gols - o que lhe garante uma média de aproximadamente um gol a cada dois jogos - e se sagrou campeão, além da Copa de 2002, da Copa Umbro de 1995, da Copa das Confederações de 1997 e da Copa América de 1999. Também em 1999, ganhou a Bola de Ouro e foi eleito o melhor jogador do mundo pela FIFA.

Agência Brasil



Arthur Elias projeta grandes jogos da Seleção Feminina

Arthur Elias convoca Seleção Feminina para FIFA Series

Em evento realizado na manhã desta quarta-feira (25), o técnico Arthur Elias anunciou a convocação da Seleção Brasileira Feminina para a FIFA Series. Foram 26 jogadoras convocadas para os jogos diante da Coreia do Sul, Zâmbia e Canadá.

A competição é promovida pela FIFA. Para o torneio, a entidade máxima do futebol mundial apoia as suas federações-membros na organização de amistosos internacionais envolvendo quatro seleções de diferentes confederações num único país-sede. No Brasil, as partidas serão disputadas na Arena Pantanal, em Cuiabá (MT).

Durante este período, o chefe de delegação da Seleção Feminina será o presidente da Federação Matogrossense de Futebol, Diego Pécora.

Agenda da Seleção

■ **Brasil x Coreia do Sul** - 11 de abril - Arena Pantanal, em Cuiabá (MT) - 21h30

■ **Brasil x Zâmbia** - 14 de abril - Arena Pantanal, em Cuiabá (MT) - 21h30

■ **Brasil x Canadá** - 18 de abril - Arena Pantanal, em Cuiabá (MT) - 21h30

*Todas as partidas serão no horário local de Cuiabá (21h30) - Horário de Brasília (22h30)

Confira as convocadas

GOLEIRAS

Lorena - Kansas City (EUA)

Lelê - Corinthians

Thaís Lima - Benfica (POR)

ZAGUEIRAS

Isa Haas - América (MEX)

Mariza - Tigres (MEX)

Thais Ferreira - Corinthians

Lauren - Atlético de Madrid (ESP)

Paloma Maciel - Cruzeiro

Vitória Calhau - Cruzeiro

LATERAIS

Gi Fernandes - Corinthians

Raissa Bahia - Palmeiras

Yasmim - Real Madrid (ESP)

MEIO-CAMPISTAS

Duda Sampaio - Corinthians

Angelina - Orlando Pride (EUA)

Ana Vitória - Corinthians

Maiara - Angel City (EUA)

Ary Borges - Angel City (EUA)

ATACANTES

Ludmila - San Diego (EUA)

Kerolin - Manchester City (ING)

Tainá Maranhão - Palmeiras

Dudinha - San Diego (EUA)

Jheniffer - Tigres (MEX)

Gabi Portillo - San Diego (EUA)

Gio Garbelini - Atl. de Madrid (ESP)

Aline Gomes - Pachuca (MEX)

Marília - Cruzeiro

Fotos Rosane Naylor



As juízas Juliana Lamar e Cristiane Brandão



Os desembargadores Caetano Ernesto da Fonseca Costa com Patrícia Serra e Adriana Ramos de Mello



O presidente do TJ e governador em exercício, desembargador Ricardo Couto com Fernando Chagas e Cláudio Brandão



A psicóloga Maria Araci Martins com as magistradas: Andrea Cunha Esmeraldo, Mariana Queiroz Aquino, Adriana Ramos de Mello, Juliana Lamar, Katia Cilene e Cristiane Brandão



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Justiça e prevenção: o compromisso da Corregedoria no combate ao assédio

Um marco na construção de um ambiente jurídico mais justo, seguro e atento às urgências sociais do nosso tempo: esse foi o objetivo do Corregedoria em Diálogo, com o tema Inovações na Prevenção ao Assédio, realizado na quarta-feira, 25 de março.

Bastante prestigiado, o encontro, conduzido pelo corregedor-geral da Justiça, Cláudio Brandão, destacou-se também pelo simbolismo de uma liderança masculina à frente do enfrentamento de temas que ainda dominam os noticiários, como feminicídios e abu-

sos contra mulheres. Ao endossar a pauta, Brandão reforçou que o combate ao assédio é um debate essencial, que afeta a sociedade e os ambientes públicos de trabalho, sendo um dever institucional de promoção da ética e da humanização.

Presente ao evento, o governador em exercício e presidente do TJRJ, Ricardo Couto de Castro, parabenizou a iniciativa e ressaltou a importância do debate, especialmente no mês da mulher. Defendeu ainda uma atuação firme e ativa para coibir condutas inadequadas.



Na mesa, a juíza federal Mariana Queiroz Aquino, o corregedor Cláudio Brandão, as desembargadoras Adriana Ramos de Mello e Patrícia Serra; e a servidora e psicóloga Maria Araci Martins

Na mesa de abertura juíza federal Mariana Queiroz Aquino, a desembargadora Adriana Ramos de Mello, o desembargador Cláudio Brandão, o presidente do TJ Ricardo Couto com os desembargadores Fernando Chagas, Patrícia Serra e a psicóloga Maria Araci Martins



Rosane Naylor



O presidente do TJ e governador em exercício, desembargador Ricardo Couto com os desembargadores: Caetano Ernesto da Fonseca Costa, Adriana Ramos de Mello, Patrícia Serra e Cláudio Brandão

Flávia Freitas/OAB-RJ



A OAB-RJ e suas subseções deram um grande passo no enfrentamento à violência contra a mulher ao firmarem um compromisso estadual para o fortalecimento de direitos e promoção da igualdade de gênero em

todo o estado. A iniciativa, idealizada pela Ouvidoria da Mulher, foi oficializada na última terça-feira, dia 24, no Centro Cultural da FGV. Na foto, a presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basilio, relembrou que a gestão atual

CM



O ex-secretário Nicola Miccione foi homenageado pelos seus colaboradores mais próximos com um almoço de despedida no restaurante Assador, no Rio. Nicola foi

o mais longo secretário da Casa Civil das últimas décadas. Na foto, Miccione ladeado pelo seus ex-subsecretários e o seu sucessor, Marco Simões

PINGA-FOGO

■ PRESIDENTE DO TJRJ TRABALHA PARA ESTABILIDADE DO RIO - O governador em exercício e presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, desembargador Ricardo Couto de Castro, destacou, em entrevista coletiva, concedida na tarde desta quarta-feira, 25 de março, no Fórum Central, que está atento às necessidades do estado e da população fluminense mesmo ocupando interinamente o cargo.

■ “Vou procurar fazer tudo o que tiver ao meu alcance, durante o meu período como governador em exercício. Pode ser uma semana, um mês ou um pouco mais. Mas quero deixar claro que, nesse período, a população pode ter certeza de que o Estado tem um governador. E se tiver que tomar decisões drásticas, elas serão tomadas”, afirmou.

■ Cumprindo o prazo de 48 horas, estabelecido por lei, após ter assumido o Executivo, o governador em exercício informou que, ainda nesta quarta-feira estaria enviando ofício à Assembleia Legislativa do Rio para comunicar a ocorrência da vacância dos dois cargos de comando do Poder Executivo e determinando a convocação das eleições para o governo.

■ Revelando ter constatado o acirramento de ânimos entre possíveis candidatos, antes mesmo de ter início o processo eleitoral, Ricardo Couto destacou a importância da correção do processo para que as eleições transcorram de forma tranquila em benefício do Rio de Janeiro.

■ O governador em exercício também falou sobre sua atuação nos primeiros dias à frente do Executivo.

■ “Eu recebi ofício, na segunda-feira, 23 de março, já próximo às 22 horas, comunicando a renúncia do governador Cláudio Castro. Na terça-feira, já como governador, conversei, inclusive, com o procurador-geral do Estado sobre questões envolvendo os royalties do Rio de Janeiro. Nesta quarta-feira, me reuni com vários secretários, como o secretário de Fazenda e o chefe de gabinete da Casa Civil para discutir questões envolvendo receitas e despesas. E já estou agendando reunião com a área de segurança do Estado”, relatou.

■ O desembargador Ricardo Couto de Castro destacou, ainda, que está exercendo a interinidade dentro de uma visão de temporalidade. “Estou exercendo essa atividade de maneira excepcional e temporária. Então, nesse exercício, tenho que ter uma preocupação muito grande com Estado. Quanto a mudanças drásticas e suas consequências, considerando a minha saída, por exemplo, em uma semana. Tudo isso tenho que analisar com responsabilidade.”

■ Indagado sobre como será sua atuação, caso ocorram denúncias de eventuais irregularidades no Executivo, o governador disse que elas serão apuradas, desde que sejam apresentadas e fundamentadas pelas vias próprias.

■ “Quando falamos de irregularidades, toda e qualquer imputação de responsabilidade deve ser apurada através do processo. Se nós queremos um Estado melhor e tivermos conhecimento de alguma irregularidade, devemos comunicar pelas vias próprias, com embasamento e devidamente documentada.

15th LIDE BRAZIL INVESTMENT FORUM NEW YORK - USA



“O BRASIL E O SEU FUTURO”

12 DE MAIO - 8h ÀS 12h

HARVARD CLUB - NOVA YORK - NY

**HÁ 15 ANOS O MAIOR EVENTO
DE CONTEÚDO NA BRAZILIAN WEEK**

CONFERENCISTAS

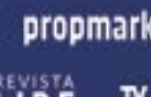
							
FLÁVIO BOLSONARO SENADOR DO RIO DE JANEIRO	RONALDO CAIADO GOVERNADOR DE GOIÁS	EDUARDO LEITE GOVERNADOR DO RIO GRANDE DO SUL	ROMEU ZEMA GOVERNADOR DE MINAS GERAIS (2019-2026)	MICHEL TEMER PRESIDENTE DO BRASIL (2016-2018)	HUGO MOTTA PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	VITAL DO REGO FILHO PRESIDENTE DO TCU - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	TARCÍSIO DE FREITAS GOVERNADOR DE SÃO PAULO
							
RATINHO JÚNIOR GOVERNADOR DO PARANÁ	HELDER BARBALHO GOVERNADOR DO PIAUÍ	EDUARDO GOMES SENADOR (PL-TO) VICE-PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL	DANIELLA RIBEIRO SENADORA (PP-PB)	CARLOS PORTINHO SENADOR (PL-RJ)	IRAJÁ SILVESTRE SENADOR (PSD-TO)	NELSINHO TRAD SENADOR (PSD-MS)	JOÃO DÓRIA FUNDADOR E CO-CHAIRMAN DO LIDE GOVERNADOR DE SÃO PAULO (2019-2022) PREFEITO DE SÃO PAULO (2017-2018)
							
ARNALDO JARDIM DEPUTADO FEDERAL (CIDADANIA-SP)	DANI CUNHA DEPUTADA FEDERAL (UNIÃO RJ)	CARLOS SAMPAIO DEPUTADO FEDERAL (PSD-SP)	ACUINALDO RIBEIRO DEPUTADO FEDERAL (PP-PB)	SIMONE MARQUETTO DEPUTADA FEDERAL (MDB-SP)	DOMINGOS NETO DEPUTADO FEDERAL (PSD-CE)	PEDRO PAULO DEPUTADO FEDERAL (PSD-RJ)	FERNANDO MARANGONI DEPUTADO FEDERAL (UNIÃO-SP)

PATROCÍNIO



APOIO

MÍDIA PARTNERS



INICIATIVA

APOIO INSTITUCIONAL

MAIS INFORMAÇÕES



LIDE.COM.BR